

# História Econômica do Brasil

Uma leitura simplificada da  
Economia Brasileira

História econômica + noções de macroeconomia



Uilton Luiz Soares Feitosa

**EDIÇÕES  
INESP**



**ALECE**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

# História Econômica do Brasil

Uma leitura simplificada da Economia Brasileira

História econômica + noções de macroeconomia.

Uilton Luiz Soares Feitosa

## **História Econômica do Brasil**

Uma leitura simplificada da Economia Brasileira  
História econômica + noções de macroeconomia.

**INESP**

Fortaleza - Ceará

2024

Copyright © 2024 by INESP

Coordenação Editorial

**João Milton Cunha de Miranda**

Assistente Editorial

**Rachel Garcia, Valquiria Moreira**

Diagramação

**Mario Giffoni**

Capa

**José Gotardo Filho**

Revisão

**Sandra Bastos Mesquita**

Coordenação de impressão

**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento

**Inesp**

**Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS**

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

F311h      Feitosa, Uilton Luiz Soares.  
              História econômica do Brasil [livro eletrônico]: uma leitura  
              simplificada da economia brasileira história econômica + noções  
              de macroeconomia / Uilton Luiz Soares Feitosa. – Fortaleza:  
              INESP, 2024.  
              236 p. : il. ; 2600 KB ; PDF

**ISBN: 978-85-7973-248-5**

1. Macroeconomia. 2. História econômica – Brasil. I. Ceará.  
Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 330

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,  
desde que citados autores e fontes.

**Inesp**

Rua Barbosa de Freitas, 2674

Anexo II da Assembleia Legislativa, 5º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

al.ce.gov.br/inesp

inesp@al.ce.gov.br

## **PALAVRA DO PRESIDENTE DA ALECE**

A economia é atravessada por diversas variáveis macroeconômicas que demandam atenção e entendimento. O livro História econômica do Brasil: uma leitura simplificada da economia brasileira fornece uma base teórica que analisa essas variáveis e, bem como outras publicações da área, colabora para que possamos alcançar melhores métodos para a alocação dos recursos, além de alternativas mais eficazes para a utilização dos fatores de produção.

A primeira parte da obra apresenta, dentre outros assuntos, as raízes da ciência econômica, os padrões monetários, os indicadores econômicos, as funções distributiva, alocativa e estabilizadora do governo e as políticas fiscais, monetárias e cambiais.

A segunda aborda a história da economia brasileira contemporânea, a República Velha, os governos de Vargas, o Estado Novo, a Quarta República, o Plano de Metas de Juscelino, a crise dos anos de 1960, o governo de Castelo Branco, o modelo de crescimento acelerado, a Quinta e a Nova República, os planos econômicos, o processo de redemocratização do país, o Plano Real e as políticas econômicas do governo Lula.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), distribui esta importante fonte de estudo, que colabora para um maior entendimento das questões financeiras e monetárias do nosso país.

**Deputado Evandro Leitão**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



## **PALAVRA DO DIRETOR EXECUTIVO DO INESP**

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o "Edições Inesp" e o "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos editar livros, coletâneas de legislação e periódicos especializados. O "Edições Inesp Digital" obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de 4 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O *História econômica do Brasil* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital", que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

**Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda**  
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	16
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	18
<b>BASE TEÓRICA – HISTÓRIA GERAL E ESTUDO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS</b> .....	21
<b>Capítulo I - A CIÊNCIA ECONÔMICA</b> .....	22
Os problemas econômicos fundamentais .....	25
Os fatores de produção.....	26
Resumo: .....	27
Atividades econômicas.....	27
Classificação usualmente adotada:.....	27
Fluxos econômicos fundamentais .....	28
<b>Capítulo II - O HOMEM ECONÔMICO</b> .....	29
A economia primitiva .....	29
Divisão da pré-história.....	29
Divisão didática da história .....	29
O feudalismo.....	31
Senhores feudais .....	32
Estrutura política e social.....	32
A economia na era feudal .....	33
Aspectos religiosos .....	33
Os conflitos na Idade Média (Idade das Trevas) .....	34
Educação, artes e cultura .....	34
O mercantilismo .....	35
Fatores que contribuíram para o surgimento do mercantilismo ..	35
Origem da moeda .....	36
O metal como moeda.....	39
As moedas como demonstração do poder político.....	39
Moeda em papel .....	41
As diversas formas da moeda .....	42
O cheque .....	43
Características das moedas.....	44
A moeda como instrumento de troca .....	45
A moeda como denominador comum de valor.....	45
A moeda e os pagamentos diferidos .....	45
A moeda como reserva de valor .....	46

Quase moeda .....	46
Surgimento dos sistemas monetários .....	46
<b>Capítulo III - HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>48</b>
Escolas do pensamento econômico.....	48
Adam Smith .....	49
A divisão do trabalho segundo Adam Smith.....	50
Stuart Mill.....	51
David Ricardo .....	52
Alfred Marshall .....	53
Karl Marx .....	54
Jonh Maynard Keynes .....	56
A crise de 1929 – A Grande Depressão .....	56
A crise no Brasil.....	58
Pensadores modernos .....	58
<b>Capítulo IV - OS PADRÕES MONETÁRIOS .....</b>	<b>59</b>
A fase primitiva .....	60
A fase do escambo .....	60
A fase da economia monetária tradicional.....	61
A fase da economia monetária moderna .....	62
A moeda bancária escritural.....	62
A multiplicação dos depósitos bancários.....	63
O controle do sistema bancário.....	65
<b>Capítulo V - TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA.....</b>	<b>66</b>
Pensamentos econômicos.....	66
A equação de Irving Fisher .....	66
<b>Capítulo VI - INDICADORES ECONÔMICOS .....</b>	<b>69</b>
Produto .....	69
Conceitos iniciais .....	69
Produto Nacional Bruto .....	70
Produto Interno Bruto.....	70
Outros Indicadores de Produto.....	72
Produto Nacional Líquido.....	72
Produto Interno Líquido (PIL).....	72
Equações: .....	72
Métodos de cálculo do Produto Interno Bruto.....	73

Pela Ótica da produção .....	73
Pela Ótica da despesa ou demanda.....	73
Equação macroeconômica básica.....	74
$PIB = C + G + I + (X - M) =$ despesa nacional.....	74
Pela Ótica da Renda nacional.....	74
<b>PIB = Remunerações do trabalho + excedente bruto de</b> <b>exploração .....</b>	<b>74</b>
<b>Crescimento e desenvolvimento econômico .....</b>	<b>75</b>
<b>PIB per capita .....</b>	<b>75</b>
<b>Inflação.....</b>	<b>76</b>
<b>Mecanismos de combate à inflação .....</b>	<b>77</b>
<b>Relação entre inflação e taxa de câmbio.....</b>	<b>77</b>
<b>Deflação.....</b>	<b>78</b>
<b>Emprego e desemprego.....</b>	<b>78</b>
<b>Sistema de Contas Nacionais .....</b>	<b>80</b>
<b>Capítulo VII - BALANÇO DE PAGAMENTOS .....</b>	<b>81</b>
<b>Sobre o Fundo Monetário Internacional.....</b>	<b>81</b>
<b>Balanço de pagamentos .....</b>	<b>82</b>
<b>Classificação das transações.....</b>	<b>82</b>
<b>Contabilização das transações .....</b>	<b>83</b>
<b>Estrutura Simplificada do Balanço de Pagamento Brasileiro.....</b>	<b>83</b>
<b>Capítulo VIII - O PAPEL DO GOVERNO .....</b>	<b>85</b>
<b>Funções do governo – política econômica, fiscal e monetária ....</b>	<b>85</b>
<b>Função distributiva.....</b>	<b>85</b>
<b>Função alocativa.....</b>	<b>86</b>
<b>Função estabilizadora .....</b>	<b>86</b>
<b>Tributos.....</b>	<b>86</b>
<b>Impostos .....</b>	<b>87</b>
<b>Taxas .....</b>	<b>88</b>
<b>Contribuição de melhoria .....</b>	<b>88</b>
<b>Empréstimos compulsórios.....</b>	<b>88</b>
<b>As contribuições especiais .....</b>	<b>88</b>
<b>Capítulo IX - POLÍTICAS ECONÔMICAS.....</b>	<b>89</b>
<b>Economia positiva .....</b>	<b>89</b>
<b>Economia normativa .....</b>	<b>91</b>
<b>Política fiscal.....</b>	<b>91</b>

Expansionista .....	91
Restritiva .....	92
Política monetária.....	92
Política cambial.....	93
Intepretação: .....	94
Capítulo X - DÉFICIT PÚBLICO.....	95
Equação que define o déficit público.....	96
Capítulo XI - ENDIVIDAMENTO PÚBLICO .....	97
Reflexão sobre as despesas públicas .....	97
Desequilíbrio fiscal e o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	97
Dados da dívida interna e externa do Brasil.....	99
Capítulo XII - A REPÚBLICA .....	102
Os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a economia brasileira .	104
O ciclo do café.....	107
A República e a frustração anunciada.....	108
As fases republicanas .....	108
Capítulo XIII - A PRIMEIRA REPÚBLICA.....	110
Situação econômica na República Velha .....	111
Principais linhas de pensamento econômico .....	111
População brasileira na República Velha .....	111
Aspectos econômicos e expectativas do período.....	112
Capítulo XIV - GOVERNOS DA REPÚBLICA VELHA.....	120
Governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.....	120
Governo de Floriano Vieira Peixoto .....	122
Governo de Prudente de Moraes .....	124
Governo de Campos Sales .....	125
O primeiro ciclo da borracha.....	127
Governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves .....	128
O acordo de Taubaté.....	128
Governo de Afonso Augusto Moreira Pena.....	130
Governo de Nilo Procópio Peçanha (curto) .....	132
Governo do Marechal Hermes da Fonseca .....	133
A política do café com leite.....	134
Governo de Venceslau Brás .....	136

Sobre a lei da oferta e demanda.....	137
Governo de Delfim Moreira .....	138
Governo de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa .....	139
Governo de Artur da Silva Bernardes .....	139
Movimentos surgidos no período: .....	140
Governo de Washington Luís Pereira de Sousa .....	140
A crise política de 1930 .....	141
<b>Capítulo XV - GOVERNO PROVISÓRIO E CONSTITUCIONAL DE VARGAS (1930-1937) .....</b>	<b>143</b>
Governo de Getúlio Dornelles Vargas .....	143
Governo Provisório .....	144
Governo Constitucional .....	145
Economia no Estado Novo (governo Vargas) .....	145
A ruptura com o fluxo circular do café .....	146
A edificação de um Estado inovador.....	147
<b>Capítulo XVI - O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DURANTE A QUARTA REPÚBLICA.....</b>	<b>151</b>
Principais dificuldades enfrentadas na implantação do PSI .....	154
Desequilíbrio externo.....	155
Forte participação do Estado .....	155
O PSI e a concentração de renda .....	156
A escassez de fontes de financiamento.....	156
<b>Capítulo XVII - GOVERNOS DEMOCRÁTICOS - A QUARTA REPÚBLICA .....</b>	<b>157</b>
O governo provisório de José Linhares .....	157
Governo de Eurico Gaspar Dutra.....	158
O segundo governo Vargas (1951-1954).....	160
<b>Capítulo XVIII - O PLANO DE METAS.....</b>	<b>163</b>
Governo de Juscelino Kubitschek .....	163
Quais eram os objetivos do Plano de Metas?.....	163
Principais problemas do Plano de Metas .....	164
Conquistas do Plano de Metas .....	165
<b>Capítulo XIX - A CRISE DOS ANOS 1960 E O PAEG.....</b>	<b>167</b>
Governo de Jânio Quadros .....	167
Governo de João Goulart (Jango).....	169

<b>Capítulo XX - DO CRESCIMENTO ACELERADO À CRISE .....</b>	<b>174</b>
As reformas institucionais do PAEG – O Brasil na década de 1970.....	174
O milagre econômico (1968 a 1973).....	176
Principais ações governamentais no período.....	176
O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) .....	179
A crise da década de 1980.....	182
Principais medidas de combate à inflação .....	184
O ano de 1982 .....	186
Principais medidas adotadas no período:.....	186
As dificuldades do ajuste externo .....	187
<b>Capítulo XXI - QUINTA FASE REPUBLICANA.....</b>	<b>192</b>
O governo Castelo Branco .....	192
As medidas de combate à inflação do PAEG.....	192
As reformas institucionais do PAEG.....	193
Principais reformas instituídas pelo PAEG .....	193
Governo de Artur Costa e Silva.....	194
Governo de Emílio Garrastazu Médici.....	194
Governo de Ernesto Geisel.....	195
Governo de João Figueiredo .....	196
<b>Capítulo XXII - A NOVA REPÚBLICA E AS FASES DE AJUSTE .....</b>	<b>197</b>
Planos econômicos .....	197
Principais planos econômicos no Brasil .....	197
Planos Cruzados I e II .....	197
Governo de José Sarney .....	197
Plano Bresser .....	199
Plano Verão .....	199
Plano Collor I e II.....	200
Governo de Fernando Collor de Mello .....	200
Plano Real .....	201
Governo Itamar Franco.....	201
Governo de Fernando Henrique Cardoso.....	202
O Proer .....	203
O equilíbrio fiscal.....	203
A crise de 1998-1999 .....	204
Dólar x real no ano de 1999.....	205

<b>Inflação – 1998 e 1999.....</b>	<b>205</b>
<b>Capítulo XXIII - GOVERNOS PÓS PLANO REAL.....</b>	<b>206</b>
<b>Economia no governo Lula.....</b>	<b>206</b>
<b>A crise de 2008.....</b>	<b>207</b>
<b>Governo de Dilma Vana Rousseff.....</b>	<b>210</b>
<b>Operação Lava Jato.....</b>	<b>211</b>
<b>Afastamento da Presidente.....</b>	<b>212</b>
<b>IPCA durante o governo Dilma.....</b>	<b>212</b>
<b>Governo de Michel Temer.....</b>	<b>213</b>
<b>Inflação no governo Temer.....</b>	<b>214</b>
<b>Evolução gráfica.....</b>	<b>214</b>
<b>Governo Bolsonaro.....</b>	<b>215</b>
<b>Inflação durante o governo Bolsonaro.....</b>	<b>216</b>
<b>Representação gráfica da evolução inflacionária.....</b>	<b>217</b>
<b>Produto Interno Bruto, no governo Bolsonaro.....</b>	<b>217</b>
<b>Capítulo XXIV - A PANDEMIA E OS REFLEXOS ECONÔMICOS.....</b>	<b>218</b>
<b>Um mundo apavorado.....</b>	<b>218</b>
<b>A pandemia no Brasil.....</b>	<b>219</b>
<b>Presidentes do Brasil.....</b>	<b>221</b>
<b>Moedas nacionais.....</b>	<b>224</b>
<b>Série histórica do PIB brasileiro.....</b>	<b>224</b>
<b>População brasileira durante a República Velha.....</b>	<b>225</b>
<b>Glossário e dados estatísticos.....</b>	<b>227</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>232</b>
<b>O AUTOR.....</b>	<b>233</b>

## AGRADECIMENTOS

Esta obra dedico, de forma especial, aos meus pais, Luiz Soares Cunha e Maria Gomes Soares Feitosa. Eles foram meus grandes mestres ao longo da vida, transmitindo-me valiosos ensinamentos que moldaram o meu caminho. Também dedico este livro aos meus queridos irmãos, Uilna, Júnior, João Batista e Neyara, cujo apoio e compartilhamento constante de conhecimentos foram fundamentais para a minha jornada.

Não posso deixar de mencionar a minha esposa, Marcia Dias, e a minha adorável filha, Maria Letícia. Elas, generosamente, consentiram em renunciar a um tempo precioso que lhes deveria ser dedicado, para que eu pudesse me dedicar à produção deste livro. Sua compreensão e apoio incondicional foram essenciais para que eu pudesse embarcar nessa jornada criativa.

A todos vocês que são a minha base, o meu alicerce, o meu porto seguro, expresso minha gratidão e reconhecimento.

Que esta obra seja uma fonte de inspiração, de reflexão e de pesquisa. Que ela possa despertar a procura pelo conhecimento e alimentar mentes curiosas. Que seja uma porta de entrada para novos mundos, novas ideias e novas perspectivas.

Sintam-se todos convidados a embarcarmos nesta jornada literária. Que cada página seja um convite para mergulhar, de cabeça, no universo da ciência econômica, onde as possibilidades são infinitas.

Com carinho e gratidão.

Quero expressar minha mais profunda gratidão aos mestres e discípulos que, em uma árdua e fascinante jornada, foram os artífices e beneficiários do saber, por meio da palavra falada ou registrada, porém sempre valorizando a grandiosidade da ciência econômica.

*“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”*

**Cora Coralina**

## APRESENTAÇÃO

Durante os cinco anos do meu curso de ciências econômicas, concluído em 1999, enfrentei um desafio gigantesco no entendimento da História Econômica do Brasil. Acredito que a dificuldade tenha sido causada, em parte, pelo momento em que a disciplina nos foi apresentada. No entanto, ao longo dos anos, como professor percebi que não foi apenas o timing do assunto, mas a falta de conhecimento prévio sobre as variáveis macroeconômicas que moldam a economia de um país.

Foi justamente com o objetivo de ajudar os novos alunos a superarem essa dificuldade que decidi escrever este livro, dividindo-o em duas grandes partes. A parte 1, intitulada "Base Teórica – História Geral e Estudo das Variáveis Macroeconômicas", composta por onze capítulos que apresentam os fundamentos teóricos da ciência econômica. O Capítulo I leva-nos às raízes da ciência econômica, explorando os problemas fundamentais enfrentados por essa disciplina e mergulhando no conceito de fluxo econômico. O Capítulo II transporta-nos para o mundo do homem econômico, revelando as intrincadas relações do feudalismo, as trocas comerciais, o surgimento do mercantilismo e o nascimento da moeda. Já o Capítulo III é uma verdadeira viagem no tempo, explorando as origens do pensamento econômico e destacando os grandes pensadores: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Alfred Marshall, concluindo com as teorias heterodoxas de Keynes, adotadas durante a grande crise de 1929. O Capítulo IV brinda-nos com uma análise minuciosa dos padrões monetários, enquanto o Capítulo V nos desvenda os segredos da teoria quantitativa da moeda. O Capítulo VI, dedica-se aos indicadores econômicos, onde o Produto Interno Bruto (PIB) assume o papel de estrela principal, acompanhado, de perto, pela inflação, deflação, emprego e desemprego. O Capítulo VII revela-nos os segredos do balanço de pagamentos de um país, enquanto o Capítulo VIII nos mostra as diversas funções do governo, incluindo a distributiva, a alocativa e a estabilizadora. No Capítulo IX, serão apresentadas as políticas fiscais, monetárias e cambiais. O Capítulo X leva-nos a uma

jornada pelos conceitos de déficit público, enquanto o Capítulo XI desafia- nos a enfrentar o tema do endividamento.

A parte II do livro, intitulada "História da Economia Brasileira Contemporânea", os Capítulos XII e XIII transporta-nos para a República Velha, mergulhando nas principais correntes de pensamento da época, como o metalismo e o papelismo. Sobre esse capítulo é importante destacar que, embora o marco inicial seja o ano de 1889, faremos uma rápida revisão dos eventos ocorridos anteriores, especialmente, no fim do império. O Capítulo XIV relaciona e explora a ações dos presidentes na República Velha, discutindo como a economia brasileira foi conduzida. Já o Capítulo XV leva-nos ao início turbulento dos governos do presidente Vargas até o Estado Novo. No Capítulo XVI, mergulhamos no intrigante modelo de substituição de importações implementado no Brasil. O Capítulo XVII apresenta os aspectos da Quarta República. O Capítulo VIII apresenta-nos o ambicioso Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. No Capítulo XIX, enfrentamos a crise dos anos de 1960 e a implantação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante o governo de Castelo Branco. O Capítulo XX leva-nos a uma análise do modelo de crescimento acelerado do Brasil, que duram até o surgimento das crises econômicas. O Capítulo XXI desvenda-nos aspectos da Quinta República e no XXII abordamos a Nova República e o processo de ajustamento externo diante das turbulências dos anos de 1980, exploramos os planos econômicos, a partir do governo de José Sarney (1986), o processo de redemocratização do país e a origem e fundamentos do Plano Real. O Capítulo XXIII apresenta-nos o período pós Plano Real, com destaque para as políticas econômicas implementadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) até o governo de Jair Bolsonaro. O Capítulo XXIV revela-nos os impactos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira.

Para enriquecer, ainda mais, a experiência dos leitores, o livro é acompanhado de um glossário repleto dos principais termos utilizados no estudo da ciência econômica, bem como dados estatísticos importantes para consultas futuras.

Em suma, espero que este livro possa superar as dificuldades que enfrentei durante minha jornada acadêmica. Sinto-me, imensamente, satisfeito por ter tido a perseverança e a coragem de oferecer aos leitores mais uma fonte de conhecimento, com a nobre expectativa de contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem no Brasil. É importante ressaltar que, ao escrever este livro, optei por não utilizar, em nenhum momento, as novas tecnologias da inteligência artificial. Acredito que o conhecimento puro, criado exclusivamente pelo ser humano, possui uma força singular, sincera e prazerosa. Ao transferir esses conhecimentos próprios e pensados para as próximas gerações, evitamos a repetição dos erros do passado. Como bem disse Platão, o conhecimento só é válido quando transformado em algo prático.

Esta é a minha contribuição.

**Uilton Luiz Soares Feitosa**

O autor,

**BASE TEÓRICA – HISTÓRIA  
GERAL E ESTUDO DAS VARIÁVEIS  
MACROECONÔMICAS**

# Capítulo I

## A CIÊNCIA ECONÔMICA

A origem da palavra "economia" remonta ao grego antigo, "*oikos*" que significava casa e "*nomos*" que se referiam as normas. Na antiguidade, os estudos representavam a arte de bem administrar o lar, considerando a renda familiar e os gastos realizados em determinado período.

Um dos primeiros escritos abordando as questões econômicas foi feito por *Xenofontes*, no século V a.C. Seu trabalho, intitulado "O econômico", era essencialmente ético e destinado aos proprietários de terra. Era uma espécie de manual que ensinava como administrar escravos, mulheres e crianças. Veja que não se pode analisar a obra com anacronismo, a administração de escravos constituía uma atividade cotidiana.

Hoje em dia, a ciência econômica é definida como uma ciência social que estuda a melhor forma de alocar os recursos escassos, promovendo eficiência e equidade, além de determinar as melhores alternativas de uso dos fatores de produção. Seu principal objetivo é maximizar os resultados para produtores, consumidores e governos. É importante ressaltar que os recursos mencionados são aqueles utilizados na produção de bens e serviços disponibilizados aos consumidores, sejam eles finais ou intermediários. A ciência, também, estuda as atividades econômicas que envolvem o uso de moeda e as trocas entre indivíduos e empresas, bem como o comportamento das variáveis macro e microeconômicas.

Cornucópia  
– representa a  
abundância e  
fortuna – agricultura  
e comércio.

---



Roda dentada  
– representa  
o trabalho e a  
indústria.

---

Folha de acanto –  
representa o triunfo.

Globo – representa  
a economia  
mundial.

No mundo dos negócios, há forte sinergia entre as empresas e os consumidores. De um lado temos as empresas empenhadas em encontrar maneiras inovadoras de produzir, da forma mais eficiente possível, buscando reduzir custos sem comprometer a qualidade dos seus produtos e serviços. O objetivo final? Alcançar os melhores resultados e maximizar os lucros.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar o comportamento dos consumidores nessa equação. Eles são os protagonistas dessa história, à medida que racionalmente analisam fatores como preços, preferências pessoais, renda disponível e a variedade de produtos e serviços disponíveis no mercado.

É como se cada parte estivesse em uma dança sincronizada, onde as empresas se movem, estrategicamente, para atender às demandas dos consumidores e, por sua vez, esses escolhem, cuidadosamente, onde investir seu dinheiro. É um verdadeiro jogo de equilíbrio, no qual a oferta e a demanda se encontram, moldando o mercado e impulsionando o progresso.

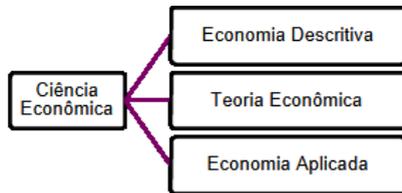
Nessa dança, a criatividade é uma aliada indispensável. As empresas precisam estar, constantemente, inovando e se reinventando para se destacarem em meio à concorrência acirrada. E os consumidores, por sua vez, estão sempre em busca de experiências únicas e produtos que atendam às suas necessidades e desejos.

É nesse cenário dinâmico que a economia se desenvolve, impulsionando o crescimento e a evolução. É um jogo fascinante, no qual cada movimento é estratégico e cada decisão

é, cuidadosamente, avaliada. Afinal, a economia é o palco onde as empresas e os consumidores se encontram para criar um espetáculo de oferta e demanda.

Então, da próxima vez que você estiver comprando algo ou observando o funcionamento de uma empresa, lembre-se dessa dança invisível que molda o mundo dos negócios. É um verdadeiro show de criatividade, inovação e estratégia, onde cada movimento é pensado para alcançar o sucesso.

Podemos dividir o estudo da ciência econômica em três grandes eixos, vejamos:



- A **Economia Descritiva** estuda fatos particularizados, sem lançar mão de análise teórica. Ela utiliza dados coletados por analistas e com uso de métodos estatísticos transformam-se em conhecimento ou fontes de consulta.
- A **Teoria Econômica** analisa o funcionamento de um sistema econômico, utilizando um conjunto de suposições e hipóteses acerca do mundo real, procurando, assim, obter as leis que o regulam. Ela se divide em dois grandes grupos:

**Microeconomia** - que trata do comportamento das firmas e dos indivíduos ou famílias, preocupando-se com a formação dos preços e o funcionamento do mercado de cada produto individual.

**Macroeconomia** - que diz respeito aos grandes agregados nacionais, estuda o funcionamento do conjunto da economia de um país, envolvendo o nível geral dos preços, formação da renda nacional, mudanças na taxa de desemprego, taxa de câmbio e balanço de pagamentos.

A microeconomia dedica-se ao estudo do indivíduo, ou das famílias como consumidores, portanto, não será objeto de estudo principal deste livro.

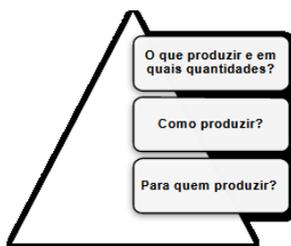
Por outro lado, é por intermédio do estudo do comportamento das variáveis macroeconômicas que tentaremos atingir nosso objetivo de entender a economia brasileira contemporânea, à medida que é por meio delas que os governos elaboram suas políticas monetárias, fiscais ou balizam a taxa de juros básica, lastreados, principalmente, no levantamento, acompanhamento e tratamento estatísticos desses números de forma agregada. A ideia central é possibilitar aos economistas, empresários ou analistas de políticas públicas a proposição de medidas econômicas que promovam o desenvolvimento econômico do país.

É fundamental entender que é com a congruência desses indicadores que se estabelece o equilíbrio geral, sem desconsiderar que o comportamento do consumidor em nível agregado influencia, diretamente, no ajuste do mercado.

A **Economia Aplicada**, por sua vez, utiliza a estrutura geral de análise fornecida pela Teoria Econômica para explicar as causas e o sentido das ocorrências relatadas pela Economia Descritiva. Podemos citar como exemplos deste ramo, a economia aplicada ao setor público ou a economia aplicada ao setor têxtil.

Como abordado, a ciência econômica dedica-se à alocação dos fatores de produção considerados escassos, esta procura incessante pela maximização do uso é o grande desafio a enfrentar.

## Os problemas econômicos fundamentais



Considerado como um dos problemas fundamentais da ciência econômica é decidir **o que produzir**. Já sabemos que os recursos são escassos e a renda do consumidor limitada, assim, a sociedade precisa decidir qual será a composição dos bens e serviços que deve ser produzida, o mais importante e em quais quantidades.

**Como produzir** é outro desafio a ser enfrentado. As técnicas utilizadas na produção dos bens estão ligadas, diretamente, a evolução tecnológica e as vantagens comparativas de se produzir internamente ou importar. Fundamental destacar, que o uso de técnicas intensivas de produção aumenta o valor agregado dos bens e serviços. Basta considerar que, atualmente, é comum a troca de toneladas de produtos primários por componentes de supercomputadores, ou bens com alto valor agregado.

Por fim, a decisão de **para quem produzir** é, em regra, tomada pelas empresas que procuram, incessantemente, maximizar seu lucro e permanecerem vivas no mercado. Para quem produzir está ligada, diretamente, ao nível de atividade econômica, à renda e ao gosto do consumidor.

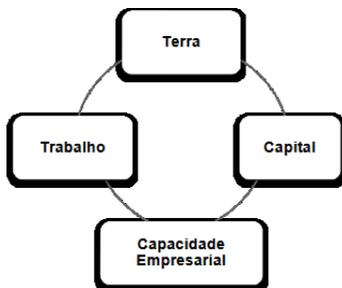
A existência da ciência econômica é justificada pela escassez dos bens e serviços e do uso apropriado do sistema produtivo. Imagine se todos os bens fossem livres, os problemas fundamentais da economia: quanto, como e para quem produzir, não existiria.

No entanto, os bens são econômicos, isto é, relativamente escassos. Observe que os conceitos de escassez e abundância diferenciam-se pela intensidade.

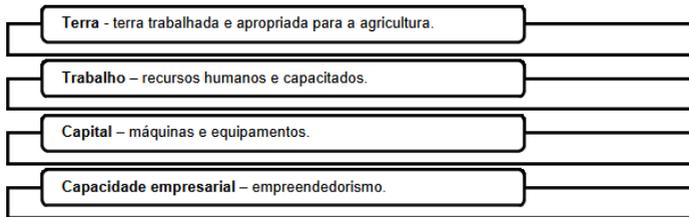
Historicamente, a ciência econômica elenca os fatores de produção como a terra, o capital e o trabalho. No entanto, os mais recentes estudos já acrescentam outros fatores, por exemplo, a capacidade empresarial.

## Os fatores de produção

Os recursos escassos são chamados de insumos ou fatores de produção, são eles:



## Resumo:

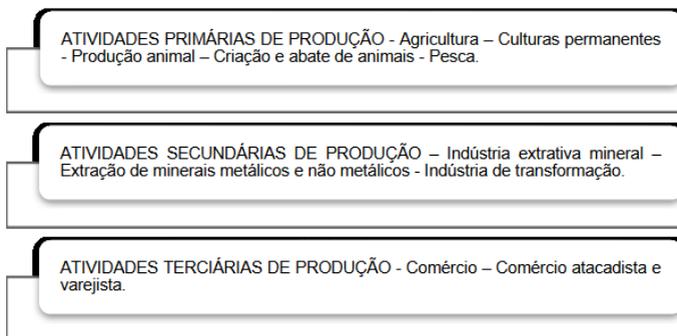


## Atividades econômicas

Podemos dividir as atividades econômicas em três setores.



## Classificação usualmente adotada:



## Fluxos econômicos fundamentais

Conceitua-se como fluxos econômicos - a dinâmica dos recursos na economia de um país sejam eles de produção ou financeiros.

**FLUXOS REAIS** Definem-se a partir de suprimentos de recursos de produção, de seu emprego e de sua combinação pelas unidades de produção.

---

**FLUXOS MONETÁRIOS** Definem-se como contrapartida dos fluxos reais. Traduzem-se, de um lado, pelos pagamentos de remunerações aos fatores de produção empregados; de outro lado, pelos preços pagos aos bens e serviços adquiridos, independentemente, de sua destinação.

---

Na parte II deste livro, estudaremos os eventos econômicos ocorridos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, dentre eles, a crise de 2008, causada, exatamente, pela financeirização exacerbada do capitalismo, ou seja, a prevalência de fluxos monetários em detrimento dos fluxos reais.

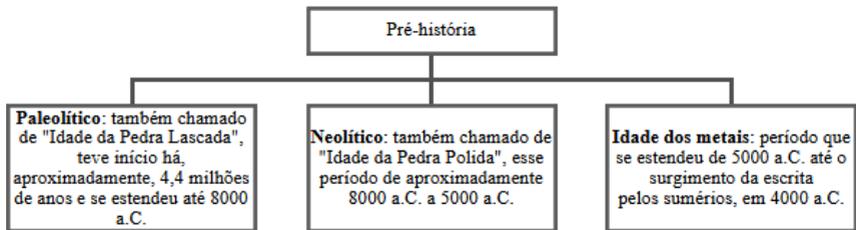
# Capítulo II

## O HOMEM ECONÔMICO

### A economia primitiva

Antes de adentrarmos no estudo do homem inserido em um contexto socioeconômico e cultural, faremos a divisão quaternária da história. Sem esquecermo-nos da pré-história, o objetivo é contextualizar o leitor.

### Divisão da pré-história



A pré-história é estudada por intermédio de fósseis e desenhos feitos pelo homem primitivo. Quando o homem deixou de ser ágrafo, iniciou-se a divisão quaternária.

### Divisão didática da história



Idade Antiga ou Antiguidade, compreende o período entre 4.000 anos a.C até a queda do Império Romano do Ocidente,

em 476 da era cristã, contada a partir do desenvolvimento da escrita pelos povos sumérios.

A Idade Média compreende o período de 476 da era cristã até o ano de 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, compreende fases como a alta Idade Média, a gênese do feudalismo, a baixa Idade Média e a formação das monarquias nacionais.

A Idade Moderna é definida como o período da história que se inicia em 1453 e termina, historicamente, em 1789, com a Revolução Francesa. Podemos destacar desta quadra: a exploração marítima, revolução comercial, o famoso mercantilismo, o colonialismo europeu, absolutismo e iluminismo.

A Idade Contemporânea inicia-se em 1789, com a Revolução Industrial e segue até os dias atuais, foi neste período que tivemos a discutida independência do Brasil, o surgimento da máquina a vapor e as duas grandes guerras mundiais.

Após esta contextualização histórica, deteremo-nos, momentaneamente, na fase primitiva, quando o homem ainda não era mestre da agricultura, sua subsistência dependia da caça, pesca e coleta de frutas. Essa etapa da história ficou conhecida por economia predatória, pois o homem retirava recursos da natureza sem se preocupar em repô-los. A procura pela sobrevivência obrigava os grupos a se deslocarem, constantemente, na busca por novas fontes de alimento. A descoberta das práticas agrícolas trouxe consigo uma série de transformações sociais e econômicas.

Somando-se ao cultivo, surgiram às permutas - a troca de mercadorias e serviços - uma característica fundamental para a formação do homem como um ser sociável. Essa dinâmica, ao longo dos anos intensificou-se, se tonando cada vez mais complexa e diversificada.

Em todas as fases da evolução do homem como ser sociável, a atividade econômica esteve presente. O surgimento do feudalismo, do mercantilismo e o advento da Revolução Industrial, aperfeiçoaram as relações econômicas, forçando a integração do homem em comunidades. Fato triste nesse processo evolutivo foram as guerras, na sua grande maioria provocadas por questões econômicas.

Em resumo, a história está intrinsecamente ligada à intensificação das atividades econômicas, iniciando-se com a eco-

nomia predatória, com a descoberta e o aperfeiçoamento das práticas agrícolas, com a transformação do vapor em energia, culminando com as complexas relações econômicas atuais.

*O homem sempre buscou formas de garantir sua subsistência e prosperidade.*

## O feudalismo

Inserido no contexto da Idade Média, conhecida por idade das trevas, o feudalismo teve sua origem no século V, constituiu-se em um sistema baseado na economia de subsistência, principalmente, no cultivo da terra e no artesanato.

Os historiadores foram os responsáveis por cunhar essa expressão, mas é importante ressaltar que não há um consenso sobre quando, exatamente, ele começou e terminou. Na verdade, o feudalismo é apenas uma fase da história mundial, na qual diferentes sociedades medievais se desenvolveram de maneiras distintas. Alguns estudiosos até questionam se o feudalismo, realmente existiu, visto que em algumas sociedades não conseguimos identificar as mesmas características.

O rótulo de Idade das Trevas foi adotado, no século XVI, pelos eruditos alemães e franceses, porém, recentemente, antropólogos e historiadores já contestam esta rotulação, tomando como principal argumento o fato de que essa fase da história humana não se resumiu, apenas, às guerras territoriais, mas produziu uma extensa gama de conhecimentos e práticas comerciais nitidamente reconhecidas.

Principais características:

Não havia relações comerciais com outros feudos;

Não havia mudanças de classes sociais (estratificação social);

Relações de escravidão, apesar de seus membros serem livres;

Não havia comércio interno.

## Senhores feudais

Eram nobres de linhagem germânica que viveram na Idade Média, entre os séculos V e XV. Eram eles que dominavam a política, o poder militar e econômico, além de aplicar as leis.

Como proprietários das terras, possuíam muitos servos e cobravam os impostos pela utilização de suas posses. Tinham uma vida abastada e moravam em castelos, protegidos por uma casta militar que se intitulava de cavaleiros. Historicamente, a Idade Média é dividida em alta Idade Média, do século V a X e baixa Idade Média, dos séculos XI a XV. Alguns autores incluem a Idade Média Central, que compreende os séculos XI a XIII.

*O período medieval é amplamente estudado, o objetivo de antropólogos e historiadores é demonstrar que a idade média não se resumiu às trevas, mas um período de eflorescência cultural.*

## Estrutura política e social

Nas relações socioeconômicas, destacaram-se a vassalagem e a suserania. Os suseranos, classe composta pelos proprietários das terras, permitiam que o vassalo explorasse uma porção de suas terras, em troca, o vassalo jurava lealdade e fidelidade ao suserano, um tipo de compromisso sagrado. Essa "parceria" rendia frutos para ambos os lados.

Nesse sistema de produção medieval, o poder econômico, jurídico e político ficavam concentrados nas mãos dos senhores feudais. Eles eram os grandes mandatários. E, vejam só, a mobilidade social era quase inexistente! A nobreza, composta por cavaleiros, condes, duques e viscondes, era a elite que detinha as terras e, evidentemente, recolham os impostos dos camponeses. O clero, também, possuía seu quinhão de poder, além de supostamente proteger a sociedade, espiritualmente, gozavam da isenção de impostos. E mais, eram autorizados a arrecadar o dízimo que acabava por se constituir em um tributo adicional. A terceira camada da sociedade medieval era formada pelos ser-

vos, pequenos camponeses e artesãos. Eles eram obrigados a pagar os tributos impostos pelos senhores feudais.

Com tanta hierarquia, centralização de poder e obrigações, a sociedade medieval foi, profundamente, marcada pela instabilidade social.

Nas relações, entre os senhores feudais e servos, algumas atividades se destacaram:

Os servos trabalhavam de 3 a 4 dias nas terras do senhor feudal
corvêia
Entregavam a metade da produção
talha
Taxa pela utilização do moinho e do forno do senhor feudal
banalidade

## A economia na era feudal

Baseava-se, principalmente, na agricultura e no artesanato. Na Idade Média, foi aperfeiçoada a prática do **escambo**, caracterizada pela troca de mercadorias. À época já circulava alguns tipos de moedas, porém, com muita timidez. A produção era, extremamente, reduzida, em virtude do uso de técnicas rudimentares de produção.

## Aspectos religiosos

O Cristianismo dominava o cenário religioso e, como detentores do poder espiritual, conseguiam influenciar todos os modos de pensar, além de controlar, em parte, o comportamento social dos feudos. Tinham grande poder econômico e participavam, ativamente, das atividades produtivas, inclusive exercendo as mesmas funções dos senhores feudais.

Durante o feudalismo, outras formas de pensar a religião já tomavam corpo.

## **Os conflitos na Idade Média (Idade das Trevas)**

As guerras, no tempo do feudalismo, eram uma das principais formas de obter poder. Os senhores feudais envolviam-se em conflitos, principalmente, para aumentar a extensão de suas terras. Os cavaleiros que formavam a base dos exércitos medievais eram compostos por nobres que juravam fidelidade absoluta ao rei.

Importante, ainda, lembrar que o aparelho de guerra servia, também, para dissuadir os servos. Era visto como um suposto oferecimento de proteção, mas representava o próprio controle social. Os cavaleiros feudais eram chamados assim por utilizarem cavalos nos seus deslocamentos, eles recebiam partes das terras da Igreja Católica ou dos reais, em troca da submissão de outros feudos ou territórios.

## **Educação, artes e cultura**

Da educação, participavam poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam. Extremamente influenciada pela igreja, ensinava-se o latim, doutrinas religiosas e de guerras. Grande parte da população não estava inserida no sistema educacional e não tinha acesso aos livros. A arte e a cultura medieval. Também foram, fortemente, influenciadas pela religiosidade, por exemplo: as pinturas que retratavam passagens da bíblia e ensinamentos religiosos.

Os vitrais das igrejas eram formas de ensinar à população um pouco mais sobre a religião. Na arquitetura destacou-se a construção de castelos, igrejas e catedrais.

O desenvolvimento natural do comércio, a ascensão da burguesia, o surgimento da classe trabalhadora assalariada, o fortalecimento do poder real e a formação dos estados nacionais abalaram os alicerces do feudalismo, provocando o fim deste sistema econômico, dando origem ao mercantilismo.

## O mercantilismo

O mercantilismo ou idade do comércio foi um momento histórico bastante intrigante. Desenvolveu-se na Europa e vigorou entre os séculos XV e XVIII, já na Idade Moderna. O sistema marcou a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Uma das características importantes dessa fase foi que a riqueza dos nobres era baseada no acúmulo de metais.

O mercantilismo, assim como o feudalismo, é um tema que desperta curiosidade e merece uma análise mais aprofundada. É importante ressaltar que, o desenvolvimento desses sistemas econômicos não foi uniforme em todas as estruturas sociais da época. No entanto, ao utilizar os termos mercantilismo e feudalismo, podemos compreender, de forma didática, a evolução socioeconômica mundial, desconsiderando as diversas formas de atividades econômicas existentes.

É importante salientar que, foram dentro das prestigiosas universidades europeias que surgiram os dois termos que revolucionaram o pensamento econômico. Essas instituições foram testemunhas privilegiadas das profundas transformações que ocorreram no continente. Nesse contexto, os estudiosos criaram conceitos que se tornaram fundamentais para compreender a realidade econômica. O fascinante é que essas palavras foram cunhadas em meio a um ambiente acadêmico vibrante e cheios de conhecimento.

### Fatores que contribuíram para o surgimento do mercantilismo

- Crescimento demográfico dos feudos;
- Gosto natural pelo comércio;
- Surgimento das primeiras moedas cunhadas;
- Surgimento dos burgos, daí os burgueses;
- Surgimento dos Estados Nacionais.

O mercantilismo, surgido em algumas sociedades existentes, originou-se a partir da expansão das atividades comerciais, impulsionadas, principalmente, pelos descobrimentos marítimos do século XVI. Frise-se que o desenvolvimento do mercantilismo não ocorreu, uniformemente, entre as nações. Uma particularidade do sistema foi a presença de um Estado monárquico e poderoso, capaz de se impor sobre outras nações europeias e seu povo.

A característica principal consistia no fato de que o Estado se fortaleceria à medida que acumulasse uma grande quantidade de moedas preciosas, bem como, controlasse o comércio e as atividades governamentais. O escocês, Adam Smith, em 1759, no seu livro de caráter filosófico "A teoria dos sentimentos morais" questionou, moralmente, as práticas mercantilistas, nos seus escritos ele já afirmava, considerando a procura incessante por metais preciosos que o homem age, primeiramente, para a realização de seu interesse próprio.

Para alcançar os objetivos mercantilistas, todos os outros interesses deveriam ser colocados em segundo plano. A ideia central era transformar a economia local em uma economia nacional. A política mercantilista tinha por premissa, a abundância de moeda, pois se acreditava que a força do Estado dependia de suas reservas monetárias. Caso uma nação não possuísse minas, ela precisava obter o ouro necessário em suas colônias ou, caso não as tivesse, adquiri-lo por meio do comércio. Tal condição exigia um saldo favorável na balança comercial. Em resumo, os valores das exportações deveriam superar o das importações.

A teoria mercantilista, ao enfatizar a importância do saldo positivo na balança comercial, contribuiu significativamente para as teorias econômicas futuras.

## **Origem da moeda**

Trata-se de uma história curiosa e fascinante. A origem das moedas retrata a própria evolução da sociedade como a conhecemos hoje. Usamos o papel-moeda, moedas metálicas,

cheques, transferências bancárias e hoje o avançadíssimo PIX como meios de troca. Pensamos sobre salários, ou outros termos ligados ao dinheiro, no entanto, desconhecemos que as procedências destes instrumentos ou destas palavras estão, diretamente, ligadas ao próprio progresso do homem, inserido em um macro contexto socioeconômico.

A moeda, assim como o mercantilismo, surgiu em decorrência do crescimento populacional, do aumento das atividades econômicas e da elevação da demanda por alimentos. A solução encontrada para produção insuficiente de certos bens foi o fortalecimento do comércio entre os feudos. Esta nova realidade forçou os senhores feudais a abandonarem o escambo e a aperfeiçoar os meios de troca.

*Feudo era o nome de uma grande propriedade territorial que possuía sua organização econômica, política, social e cultural baseada no feudalismo, um sistema comum durante a Idade Média na Europa.*

A necessidade de sustentar o crescimento demográfico interno obrigou os comerciantes a expandirem sua produção. Entretanto, a área ocupada pelo feudo tornou-se insuficiente, diante da crescente demanda, provocando desequilíbrio entre o produzido e o demandado, fato que exigiu a ampliação das trocas. A solução girou em torno dos excedentes de produção, pois alguns feudos produziam mais que o necessário à sua subsistência, permitindo que o excesso fosse comercializado.

Aqueles feudos que conseguiam produzir mais do que a demanda interna exigia, podiam trocar este excedente por outros bens produzidos, também, em excesso por outros feudos. Esta forma rudimentar de comércio, se assim podemos chamar, existe, ainda hoje, em algumas economias primitivas, especialmente, pela ausência, fraqueza ou a escassez de meios circulantes: moeda. Destaca-se que a produção de alimentos não foi o único fator que motivou o comércio entre os feudos, mas, também, a procura por bens luxuosos, especialmente, por parte dos senhores feudais.

Retornando a ampliação das trocas, alguns desafios foram postos aos comerciantes, em especial, quanto às características das mercadorias permutadas que, em sua grande maioria, encontrava-se em seu estado natural, fato que dificultava o escambo, uma vez que os diferentes tipos de bens produzidos não possuíam equivalência de valor.

Um exemplo clássico deste dilema vivido pelo povo da idade média era a troca de um animal por itens de pequeno valor, ou seja, não havia uma medida comum entre os elementos a serem trocados. Este dilema forçou os habitantes dos feudos a identificarem mercadorias que poderiam de certa forma, servir como unidade comum de troca.

As moedas-mercadorias assumiram, inicialmente, este papel por serem aceitas por todos. Elas passaram a desempenhar uma função econômica importante na Idade Média, à medida que permitiam a valorização de outros produtos em quantidades preestabelecidas destas mercadorias padrões.

O sal, por exemplo, foi uma importante moeda-mercadoria que na época, era de difícil obtenção, o que dava a ela uma característica primordial à existência e à permanência de uma moeda como meio de troca, a chamada *reserva de valor*. Utilizado na conservação de alimentos e na cicatrização de ferimentos, rapidamente, adquiriu protagonismo. A divisibilidade foi outra característica do sal que, de certa forma, resolvia o dilema antes mencionado.

Outra mercadoria que se destacou, especialmente, na comercialização de bens de valor mais elevado foi o gado.

Estas duas moedas-mercadorias, o sal e o gado, deixaram importantes marcas no linguajar econômico, basta observar a etimologia das palavras, pecúnia = dinheiro e pecúlio = dinheiro acumulado, note que elas se derivam da palavra em latim, *pecus*, que significa gado. A palavra salário, significando remuneração, vencimentos, derivou-se da palavra *Salarium Argentum*, cujo significado é pagamento em sal, visto que os soldados romanos recebiam seus soldos em porções de sal.

Uma curiosidade que merece destaque é que no Brasil circulou o "*cauri*" que chegou aqui com os escravos, além do

pau-brasil, o açúcar, o tabaco e o pano. Estas mercadorias foram usadas devido à inexistência de numerário suficiente para impulsionar o comércio no país. As moedas-mercadorias, em consequência da evolução natural do comércio em solo brasileiro, mostraram-se inconvenientes, vez que perdiam seu valor com o tempo, além de enfrentarem os mesmos problemas já explicados.

## **O metal como moeda**

Além de fabricar suas armas e utensílios para agricultura, antes produzidos em madeira, o homem percebeu que o metal, fosse ele precioso ou não, também, poderia ser usado como moeda, por apresentarem características como a divisibilidade, reserva de valor, raridade, facilidade de transporte e beleza, assim, o elegeu como principal padrão de valor. A princípio, utilizou-o na sua forma natural, depois em forma de barra ou objeto, garantindo, desta forma, seu sucesso como meio de troca.

A suspeição, uma característica natural da raça humana, exigiu que os metais fossem pesados e aferidos a cada troca, bem como, comprovado seu grau de pureza. Com o progresso, passou a ter forma e peso determinados, recebendo marcas indicativas do seu valor e da autoridade que a emitiu, como por exemplo, o brasão ou rosto da autoridade. Todas estas medidas permitiam a identificação da quantidade de metal oferecida na troca. As conjugações de suas características levaram o metal a ser utilizado como moeda padrão, principalmente, na forma de objetos representativos do poder político e econômico.

## **As moedas como demonstração do poder político**

A descoberta do metal fez, então, surgirem às primeiras moedas, muitas delas cunhadas com o brasão dos reis e monarcas da época. As marcações tinham objetivos políticos, ao mesmo tempo em que identificavam sua procedência e seu valor.

Na Grécia, foram cunhadas moedas de prata e na Lídia, nome dado a uma região na porção ocidental da antiga Ásia-Menor - Anatólia, foram, também, utilizados pequenos lingotes

ovais de uma liga de ouro e prata chamada de *electro*. Lembrando que as moedas refletiam a mentalidade do povo, basta uma breve observação para percebermos aspectos políticos, econômicos, tecnológicos e culturais cuidadosamente inscritos nas notas ou moedas metálicas. Curioso, ainda, saber que é, exclusivamente, pelas cunhagens nos metais que conhecemos hoje as *feições das principais personalidades* da história.

*Alexandre, o Grande, foi provavelmente a primeira figura histórica a ter sua efígie esculpida em uma moeda.*

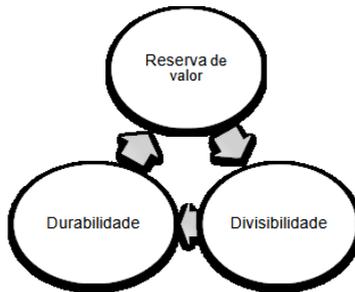
Observe, ainda, que muitas moedas antigas tinham suas bordas irregulares, ocorria devido às *técnicas rudimentares de confecção*. Os principais metais utilizados eram o ouro, a prata e o cobre, sendo que as moedas de maior valor eram cunhadas em ouro, reservando-se os dois últimos metais para as moedas de valores menores.

Este sistema de cunhagem que, naturalmente, evoluiu com o tempo, foi utilizado até o século passado quando o níquel e outras ligas metálicas bastantes resistentes substituíram as usadas anteriormente. O uso de novos metais ocorreu devido à necessidade da fabricação de grandes quantidades para suportar o rápido crescimento comercial. Nesta nova etapa, as moedas passaram a ter seu valor estabelecido em sua face, distanciando-se do valor do metal do qual era fabricada.

O crescimento e aceleração das transações comerciais fez surgir o papel-moeda, colocando as moedas metálicas em um segundo plano, agora usadas, apenas, para trocos e aquisições de itens de pequeno valor. A nova realidade exigiu das moedas uma nova qualidade e a durabilidade devido à forte circulação.

A moeda, cunhada em metal, impressa em pano ou papel evoluiu bastante, mas uma característica permaneceu imutável, elas continuam a preservar os objetivos políticos e culturais, trazendo, muitas vezes, em sua face figuras históricas e representações da fauna e flora dos locais onde circulam. Exemplo disso foi a criação da moeda comum europeia. Os países componen-

tes do grupo preferiram manter marcas que identificassem suas origens.



## Moeda em papel

O conceito de moeda transcende as simples peças metálicas arredondadas. O termo abrange, também, o papel-moeda, conhecida, popularmente, como cédulas.

No final do feudalismo e nos primórdios do mercantilismo, quando o comércio entre os feudos já se intensificava, os mercadores organizavam-se em caravanas e deslocavam-se para outros feudos na esperança de vender ou comprar novos produtos, lembre-se dos excedentes da produção. Ocorre que durante a jornada, eles eram vítimas de saqueadores.

Curiosamente, nesta fase da história, os senhores feudais não permaneciam com seus metais preciosos nos palácios, eles os entregavam aos ourives que cunhavam, guardavam e asseguravam seu valor. Na procura por uma solução aos constantes saques, inteligentemente, os mercadores fizeram uso da mesma prática dos senhores feudais, entregavam suas moedas ou metais preciosos aos ourives e conduziam nas viagens, apenas, um recibo com a garantia do cunhador de que possuíam certa quantidade de ouro, ou qualquer outro metal precioso sob os cuidados do ourives. Assim, os comerciantes deixavam os metais no feudo, evitando conduzi-los nas caravanas. Com o tempo, esses recibos começaram a circular com mais intensidade e foram, rapidamente, reconhecidos como meio de pagamento, especialmente, quando o ourives tinha uma reputação sólida e seu papel era bem aceito em outros feudos. Essa prática deu

origem ao papel-moeda e, timidamente, ao cheque e ao padrão ouro de lastreamento do valor.

No Brasil, o primeiro papel-moeda foi emitido pelo Banco do Brasil, em 1810, dois anos após a chegada da família real. Detalhe curioso é que o valor da cédula era preenchido à mão.

O crescimento expressivo do comércio e da população levou os governos a controlarem a emissão de moeda, a fim de evitar falsificações e garantir seu poder de compra. Essa responsabilidade foi atribuída aos Bancos Centrais que, por meio de suas casas de moeda, fabricam e garantem a qualidade das cédulas, além de controlar a quantidade ideal dos meios de pagamento em circulação. O objetivo principal é evitar a escassez ou a abundância dos meios de pagamento, dando origem às bases das políticas monetárias.

Ao longo do tempo, as técnicas de fabricação de moedas utilizadas pelos Bancos Centrais, também, conhecidos como "banco dos bancos", aprimoraram-se, transformando as cédulas em verdadeiras obras de arte. Elas são confeccionadas com diferentes materiais e apresentam inúmeras marcas que as identificam como autênticas e garantem sua qualidade.

*Curiosidade: o "papel-moeda" usado nos Estados Unidos é composto por 75% de algodão e 25% de linho, com pequenas fibras sintéticas azuis e vermelhas entrelaçadas.*

## **As diversas formas da moeda**

O dinheiro assumiu diversas formas, de acordo com o local e época em que foi fabricado. Circulavam moedas de tamanhos ínfimos a tamanhos exagerados, como, por exemplo, o pequeno **STATER** que circulou em *Aradus* na Fenícia, até o dinheiro de grandes dimensões como o **DÁLER** que circulou na Suécia, durante o século XVII.

Embora a forma circular tenha sido a mais utilizada, tivemos, com o passar dos anos diversos formatos, desde as quadra-

das até as ovalizadas. Quanto à cunhagem foram utilizados diferentes tipos de materiais, podemos citar: a madeira, o couro e curiosamente a porcelana, como aconteceu na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918).

As cédulas, em geral, aparecem no formato retangular, mas surgiram cédulas quadradas e de diferentes tamanhos, inclusive com inscrições na vertical. Em regra, possuíam inscrições na língua nativa, mas algumas traziam textos em outros idiomas para facilitar a circulação em outros países. Com o passar dos anos, a quantidade de moedas em circulação, representado pelo somatório das moedas-metálicas e cédulas, exigiu dos governos o desenvolvimento de sistemas monetários organizados.

## **O cheque**

Teve seu princípio com o trabalho dos ourives, como explicado, anteriormente, e se tornou um substituto excepcional para o dinheiro em espécie. A eliminação da necessidade de troco, já que o cheque é emitido no valor exato da despesa, foi a grande inovação.

Nos últimos anos, porém o uso do cheque tem se enfraquecido. Em alguns países, por exemplo, ele só é aceito em situações especiais. As transferências eletrônicas de valores, com uso de cartões ou o PIX têm, gradualmente, substituídos essa forma de pagamento. A diminuição no seu uso, em parte, é justificada pelos custos envolvidos na confecção e na sua compensação. Ademais, há o risco de o beneficiário não receber os valores declarados, uma vez que não é possível consultar, imediatamente, o saldo do emitente ou bloquear os valores no momento da emissão.

No ano de 2020, o Brasil lançou o PIX, um meio inovador de transferência eletrônica de valores, corroborando com o fim do cheque e da moeda em papel ou metal. Em 2023, o Banco Central do Brasil lançou o Drex, uma moeda digital com valor equivalente ao Real. Segundo o Banco Central, cada letra da sigla representa uma característica da nova ferramenta. O "D" significa digital, o "R" significa Real, o "E" significa eletrônico

e o "X" transmite a ideia de modernidade. O drex é garantido pelo governo e não terá as mesmas características das criptomonedas. A ideia é que essa ferramenta seja utilizada para aquisição de imóveis, títulos públicos e outros ativos.

## Características das moedas

Como explicado, diversos materiais foram utilizados como moedas, mas a ausência de certas características fez com que eles fossem abandonados, seja pela facilidade com que eram encontrados na natureza, ou por problemas relacionados à divisibilidade. Para que uma moeda permaneça em circulação é necessário que ela possua algumas características essenciais:

Servir como meio de troca;
Divisibilidade;
Mater-se como reserva de valor.

Destaca-se aqui o termo "*medida comum de valor*", significando que a moeda deve ser aceita por toda a sociedade. Costuma-se dizer que qualquer objeto ou artefato, seja ele no estado bruto, ou trabalhado e que seja aceito como meio de troca entre as partes envolvidas numa negociação é considerado moeda. Atualmente, temos a moeda manual que constitui o dinheiro em poder do público e a moeda escritural constituída pelos valores depositados nas contas bancárias e em circunstâncias especiais.

De qualquer modo, para se computar o total de meios de pagamento de uma determinada economia, considera-se o somatório do total de moedas manuais, correspondente ao Papel-Moeda em Poder do Público (PMPP), mais o total de moeda escritural, correspondente ao saldo dos depósitos à vista nos Bancos comerciais. Este é o M1, conceito de base monetária baseado na liquidez.

## **A moeda como instrumento de troca**

Esta é a característica original da moeda, na verdade, foi criada, exclusivamente, para este fim. A moeda tem o poder de funcionar como meio de pagamento, ou como meio de extinguir dívidas. Aceita por todos, garante ao seu detentor o direito de adquirir bens ou serviços na sociedade, contanto que transfira a terceiros o valor correspondente.

A moeda generaliza o poder de compra de quem a possui, facilita as transações comerciais e patrocina a especialização e a divisão do trabalho.

## **A moeda como denominador comum de valor**

Outra importante função da moeda é servir como denominador comum de valores, ou seja, ela permite que todos os bens e serviços sejam avaliados e comparados no mercado.

*Fato curioso e que merece destaque é que o mercado se constitui em uma enorme relação de trocas e de comparações de preços, contexto em que a moeda desempenha um papel fundamental.*

## **A moeda e os pagamentos diferidos**

A evolução natural do comércio fez com que a moeda adquirisse outras qualidades, dentre elas, funcionar como instrumento para pagamentos futuros, criando assim o crédito, ou seja, as dívidas agora podem ser transferidas para uma data futura. Esta característica, importantíssima nas transações comerciais, permite que a renda futura das famílias se transforme em consumo atual e acontece durante o uso dos cartões de crédito ou cheques pré-datados.

## **A moeda como reserva de valor**

É uma das mais importantes qualidades da moeda. Significa que para ser moeda e aceita por todos, deve conservar o seu valor no tempo, foi o caso do ouro que, em virtude da sua raridade, mantém seu valor elevado até os dias de hoje. Esta característica, também, permite que as famílias guardem seus valores para o uso futuro, atividade conhecida como poupança.

*Poupança ou aforro, na ciência econômica, é a parcela da renda das famílias que não é gasta no período em que é recebida e, por consequência, é guardada para ser usada num momento futuro.*

A poupança das famílias é um importante instrumento de crédito, à medida que o excedente é emprestado pelas instituições financeiras a outros agentes, mediante uma pequena remuneração ao poupador, decorrente da cobrança de juros ao tomador.

## **Quase moeda**

O entesouramento (poupança) permite que certos ativos, dependendo da sua liquidez, sejam chamados de quase moeda, exemplos deles são os títulos da dívida pública, bônus governamentais e depósitos a prazo. Estes ativos podem circular, por longos períodos, sem que sejam convertidos em espécie. Por serem garantidos pelo governo, são transacionados com certa confiança. Este assunto será estudado mais à frente, quando abordaremos a criação de moedas pelos Bancos.

## **Surgimento dos sistemas monetários**

Os sistemas monetários tiveram origem na Lídia, atual Turquia, porém o impulso no uso das moedas foi dado pelo povo grego.

Chamamos de sistema monetário de um país - o conjunto de regras que regulam a velocidade e a quantidade de cédulas e moedas em circulação, em determinado país ou território. O controle evita o surgimento da inflação ou deflação, assunto que será abordado nos próximos capítulos.

Curiosamente, uma das maiores preocupações dos países são os gastos com a substituição do dinheiro inutilizado, representando vultosas quantias. Esta substituição é amenizada pela qualidade dos materiais utilizados, especialmente, pelo uso de ligas metálicas de grande durabilidade. As cédulas são mais vulneráveis, por isso, são emitidas para grandes valores. O Brasil emitiu cédulas de R\$ 1,00 (um real), porém não teve continuidade, em virtude do alto custo envolvido na sua fabricação, inviabilizando o custo-benefício.

O mundo moderno e globalizado envereda para a decretação do fim da moeda como a conhecemos hoje, o viés é que existam apenas moedas escriturais, como os cartões, transferência via PIX, drex ou outros mecanismos de transferência automática e eletrônicas de valores.

# Capítulo III

## HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

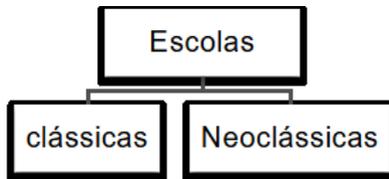
Antes de embarcarmos na história econômica brasileira, vamos explorar a contribuição dos grandes pensadores econômicos ao longo da história. Prepare-se para mergulhar no rico legado deixado por Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall, Stuart Mill e muitos outros.

Vamos desvendar as principais escolas e a contribuição desses filósofos para a ciência econômica, analisando, ainda, a teoria marxista e explorando os pontos de vista heterodoxos de Keynes. Ao entender suas ideias, poderemos enxergar como o pensamento econômico moderno foi moldado pelos acontecimentos histórico-culturais dos séculos XIX.

Descubra como essas teorias revolucionaram a forma como vemos e entendemos a economia. Vamos explorar os pilares fundamentais que sustentam cada corrente e desvendar os segredos por trás de suas ideias inovadoras.

Não abordaremos, aqui, o pensamento dos fisiocráticos, aqueles que acreditavam ser a agricultura o motor da economia, mas recomendamos a leitura, em virtude da beleza da história. A escola fisiocrática antecedeu os clássicos.

### Escolas do pensamento econômico



O conhecimento científico não avança de forma sistemática. As teorias podem conviver ou serem sobrepujadas por ou-

tras. A histórica econômica não fugiu dessa regra, as escolas de pensamento sucederam-se no tempo. Cada linha preocupou-se com um rol de problemas que pretendiam explicar ou resolver. Na ciência econômica, distinguem-se duas grandes correntes de pensamento: a escola clássica, preocupada com a riqueza das nações, tendo como um dos seus principais representantes o filósofo Adam Smith. Essa linha de pensamento estendeu-se até 1871, com o advento da revolução marginalista que deu protagonismo a escola neoclássica.

Quando nos referimos aos problemas econômicos, aquele que deveriam ser explicados ou resolvidos entrou no cerne das escolas de pensamento.

Os clássicos, representados por autores como Smith, Marx, Hegel e Ricardo, ocupavam-se como a chamada *plutologia*, ou o estudo da origem da riqueza. Smith, por exemplo, abordou a riqueza das nações, enquanto Ricardo e Marx estudaram a riqueza entre as classes sociais.

Já os neoclássicos, como Menger, Walras, Jevons, não abordaram a distribuição da riqueza, mas a forma como deveriam ser alocados os recursos escassos, maximizando o bem-estar das famílias e o fomento ao desenvolvimento econômico. Em resumo, estudaram a teoria das escolhas entre as diversas alternativas existentes.

Para os pensadores neoclássicos, a economia deve estudar a ação humana nos mercados. Dessa maneira, a economia seria o estudo das trocas, ou *catalaxia*, em contraste com o foco *plutológico* da escola clássica.

Passamos, então, ao estudo individualizado de cada autor.

## **Adam Smith**

Filósofo tornou-se conhecido após a publicação, no ano de 1776, da obra intitulada de "*An inquiry into the nature and Causes of the wealth of nations*" - *Uma Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. No século XVIII, os estudiosos que tratavam de assuntos econômicos não eram chamados de economistas, mas sim de filósofos ou simplesmen-

te pensadores. No entanto, a genialidade de Smith transcendeu seu título e sua obra e tornou-se um marco na evolução do pensamento econômico, ao longo dos séculos.

"Riqueza das Nações" não é apenas um tratado de economia, é uma obra que faz parte de um sistema filosófico abrangente. Ela parte de uma teoria sobre a essência humana e chega a uma concepção sobre a organização política e a evolução histórica. Smith leva-nos em uma jornada intelectual fascinante, explorando não, apenas, a natureza da riqueza, mas também a natureza humana e as forças que moldam o curso da história.

Vejamos parte da obra de Smith que trata da divisão do trabalho, base, inclusive, do fordismo.

## **A divisão do trabalho segundo Adam Smith**

O livro inicia-se com uma famosa passagem sobre a divisão do trabalho em uma fábrica de alfinetes.

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maioria também constitui provavelmente um ofício especial.

No Capítulo II do seu livro, é descrito o princípio que dá origem à divisão do trabalho no grupo social.

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer. Ela é consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa tendência ou propensão existente na natureza

humana... a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.

Dessa forma, a certeza de o homem poder permutar toda a parte excedente da produção que ultrapasse seu consumo pessoal, segundo Smith, estimulava cada pessoa a dedicar-se a uma ocupação específica e a cultivar e aperfeiçoar todo e qualquer talento, ou inclinação que possa ter por aquele tipo de ocupação ou negócio. A divisão do trabalho equilibra-se pelo mesmo mecanismo da competição e da "oferta e demanda".

## **Stuart Mill**

John Stuart Mill foi um filósofo britânico. Nasceu em 1806 e faleceu em 1873, na França. É considerado por muitos como o filósofo de língua inglesa mais influente do século XIX.

Nas suas teorias, defendeu o utilitarismo, discorreu sobre o consequencialíssimo, sobre o liberalismo político e socialismo liberal. Seus livros são fontes de discussão e inspiração sobre as liberdades individuais até os dias atuais.

*O utilitarismo é uma doutrina que avalia a moral e, sobretudo, as consequências dos atos humanos.*

*"As ações são boas quando tendem a promover a felicidade e más quando tendem a promover o oposto da felicidade."*

**John Stuart Mill**

Para Mill, o desenvolvimento da sociedade parte do desenvolvimento do próprio indivíduo. Quanto maior a liberdade do indivíduo, maior o bem-estar geral da população. É neste ponto que suscitam tantas discursões sobre a obra de Stuart Mill, exatamente, por ela tratar de aspectos morais, o que nos remete ao questionamento sobre a procura incessante dos empresários pelo lucro, direcionando a produção às determinadas classes sociais e aos determinados setores geográficos, sem a devida preocupação com o bem-estar geral.

## David Ricardo

David Ricardo nasceu em Londres, no ano de 1772, era judeu e seu pai operava na Bolsa de Valores, ofício que o tornou muito rico. Davi seguiu os mesmos passos do pai e a exemplo dele foi muito bem-sucedido. O fato de ter ficado, prematuramente, abastado permitiu que David Ricardo se dedicasse, integralmente, à literatura, à ciência e, especialmente, à matemática.

O forte interesse pelas obras de Adam Smith levou-o a estudar diversas questões econômicas. Seu primeiro trabalho foi "*The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes*" - *O alto preço do lingote de ouro, uma prova da depreciação das notas de banco*. Neste trabalho, David demonstrou que a aumento dos preços decorria das políticas do Banco Central da Inglaterra que não restringia a emissão de moeda. O fato chamou a atenção do comitê indicado pela Câmara dos Comuns que concordou com os pontos de vista de Ricardo, o que lhe deu enorme prestígio.

Pontos importantes na obra de David Ricardo:

David fazia distinção entre a noção de valor e a noção de riqueza. Para ele, valor era a quantidade de trabalho aplicada na produção de algum bem e riqueza eram os bens que as pessoas possuíam.

O preço de um bem era estabelecido pela comparação com outro bem. Este preço era produto da quantidade de moeda despendida para sua aquisição e que variações no valor da moeda ocasionavam variação de preços.

David entendia que o valor da moeda era constituído pelo valor do material aplicado na sua fabricação, ou seja, se o valor da moeda variasse, o preço do bem também variava, mas seu valor não.

Fez referência à teoria da escassez para justificar o valor das obras de arte.

Assim como Adam Smith, David Ricardo entendia que o valor dos bens era consequência da quantidade de trabalho aplicado na sua produção.

## Alfred Marshall

Marshall, um brilhante e visionário inglês que viveu entre 1842 e 1924, deixou sua marca na história como um dos maiores pensadores de todos os tempos. Sua mente inovadora o levou a se destacar como um dos pioneiros das teorias econômicas neoclássicas. A diferença entre Marshall e seus antecessores clássicos foi o fato de ter dedicado parte significativa da sua vida à docência, o que lhe permitiu capilarizar seus conhecimentos. Enquanto lecionava em Cambridge, Marshall exerceu uma enorme influência sobre uma geração de estudantes extremamente talentosos. Um desses alunos era ninguém menos que John Maynard Keynes, cujo trabalho estudaremos adiante.

Na sua principal obra, intitulada "Princípios de Economia", publicada em 1890, Marshall apresentou uma perspectiva única sobre o estudo da economia. Ele afirmou que a economia é, essencialmente, o estudo do comportamento humano em suas atividades cotidianas, como negócios e transações comerciais. Marshall acreditava que o excesso de teorias matemáticas, embora necessárias em certa medida, pode dificultar a compreensão das teorias econômicas em sua essência.

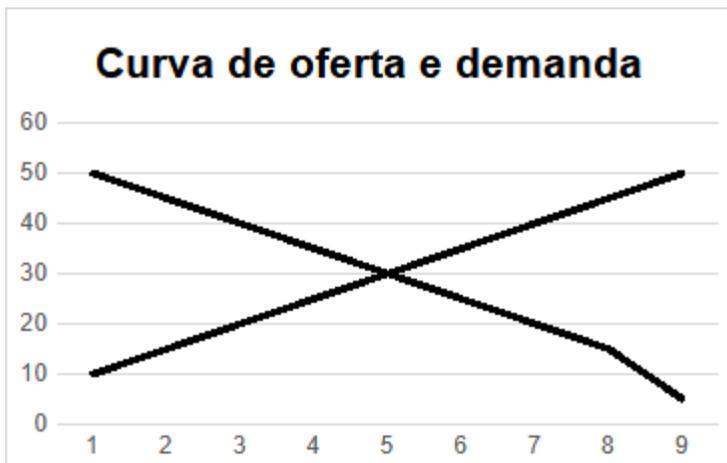
Para Marshall, o ponto de partida para entender o sistema de mercado era analisar o comportamento dos seus principais atores. Os consumidores em incessante busca na maximização de sua satisfação, e os produtores na procura por maximizar seus lucros. Foi ele quem desenvolveu os conceitos fundamentais da microeconomia, como a curva de demanda e oferta.

*"O preço de todas as coisas sobe e desce de tempos em tempos e de um lugar para o outro; e com cada uma dessas variações, o poder aquisitivo do dinheiro varia enquanto isso continuar."*

**Alfred Marshall**

Em resumo, Marshall revolucionou a forma como entendemos a economia. Suas ideias inovadoras e seu estilo de ensino cativante deixaram um legado duradouro. Ele nos ensinou

que o estudo da economia deve começar com uma compreensão profunda do comportamento humano, e que as flutuações de preço têm um impacto direto na demanda dos consumidores.



Com base nos conceitos de demanda e oferta, Marshall explicou os preços como sendo o valor estabelecido pelo equilíbrio entre as duas forças, e que ocorre, exatamente, na interseção das duas curvas. Preços fora do equilíbrio, para cima, estimulavam os fabricantes a produzirem mais, para baixo desestimulavam. Provou que o mercado acabaria por estabelecer o preço de equilíbrio por intermédio da oferta e da demanda, o conhecido equilíbrio geral do mercado.

Sobre o termo demanda, na ciência econômica, significa o desejo de consumir e não, necessariamente, o consumo efetivo.

## Karl Marx

Karl Marx, um brilhante pensador (filósofo), nascido em Tréveris, Prússia, no distante ano de 1818, revolucionou o pensamento econômico ao postular, juntamente, com David Ricardo, uma teoria que relacionava o valor de um bem à quantidade de trabalho necessário para produzi-lo. Marx não parou por aí, ele foi além e trouxe à luz uma ideia genial: o lucro concretiza-se no momento da produção, e não na troca do bem por seu valor.

De forma magistral, Marx observou que os trabalhadores não recebiam uma remuneração condizente com o valor de sua produção, mas apenas o mínimo necessário para sobreviver. Daí surgiu o conceito, mundialmente, conhecido como "mais-valia", que representa a diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho necessário para sua produção.

Para Marx, a apropriação privada dessa "mais-valia" não era a principal característica do sistema capitalista, mas sim a sua exploração. A partir dessa premissa, ele construiu uma obra que ultrapassou os limites da economia e tornou-se uma reflexão profunda sobre o ser humano, a sociedade e a história.

Marx expôs, sem rodeios, a exploração do proletariado, defendendo que o trabalho humano é capaz de agregar valor aos materiais e equipamentos utilizados na produção. Em sua monumental obra *O Capital*, ele utiliza o exemplo das fiandeiras que transformavam o algodão em camisolas, agregando valor ao produto final por meio de seu trabalho. Para Marx, a "mais-valia" não poderia ser considerada uma apropriação indevida por parte dos capitalistas, uma vez que os trabalhadores aceitavam e eram pagos para realizar suas tarefas.

A grande crítica de Marx ao capitalismo reside no fato de que os proprietários buscam, incessantemente, aumentar seus lucros, diminuindo os rendimentos dos trabalhadores. Ele denuncia a essência dessa forma de organização econômica que se baseia na exploração da força de trabalho pelos detentores do capital e, segundo suas previsões, provocará uma revolução social.

É interessante refletir sobre a obra de Karl Marx e fazer uma analogia com o mundo empresarial. Podemos comparar os empresários a martelos e os sindicatos a bigornas. Enquanto os empresários, ávidos por maiores lucros, pressionam os salários de seus trabalhadores para baixo, os sindicatos, através de negociações ou greves, lutam para elevá-los. Esse mecanismo, conhecido como "martelo e bigorna", perpetua uma constante batalha entre as partes envolvidas.

Em suma, o pensamento inovador de Karl Marx traz à tona questões fundamentais sobre a estrutura do capitalismo e

a exploração do trabalho. Suas ideias ecoam até os dias de hoje, despertando discussões acaloradas e alimentando a busca por um sistema econômico mais justo e equilibrado.

## **Jonh Maynard Keynes**

Considerado pela comunidade científica como o mais importante economista da primeira metade do século XX. Keynes nasceu em 1883 e faleceu em 1946, deixando um forte legado e uma vasta literatura, filho de professor, nasceu destinado a influenciar, decisivamente, a economia de seu país, a Grã-Bretanha.

Retirando Karl Marx da relação dos maiores pensadores da ciência econômica, Keynes desponta como um dos economistas que mais interferiram nas práticas econômicas. O seu trabalho impactou no pensamento político e na sua reformulação em praticamente todas as nações capitalistas. O último de seus escritos e o mais importante surgiu em 1936 - "*The General Theory of Employment, Interest and Money*" - *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Seus escritos, especialmente, os que tocavam na ação governamental, produziram um furor nas relações econômicas, inclusive, com a formação de grupos anti-Keynesianos.

Keynes, ao contrário de Adam Smith, não acreditava que o mercado se equilibrava automaticamente. Afirmou que, sem a ação do governo, o mercado não corrigia suas distorções. Suas teorias retiraram os Estados Unidos da grande recessão de 1929.

## **A crise de 1929 – A Grande Depressão**

Enquanto os países europeus se concentravam, exclusivamente, em sustentar os custos da Primeira Grande Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1914 e 1918, os EUA, em virtude de sua localização transatlântica, enviavam aço, alimentos, maquinário, carvão e outros itens básicos necessários para o sustento da guerra. Não é exagero dizer que a Grã-Bretanha perdeu sua hegemonia mundial durante esse período.

Os tempos de *boom* econômico, gerados pelas altas exportações, tiveram sua origem nos anos 20, e os altos lucros levaram grandes empresas a investirem em títulos na bolsa de valores. A atmosfera era excepcional, o que parecia ser o melhor momento para o capitalismo americano.

No entanto, uma crise global e de efeitos catastróficos aproximava-se, originária, em parte, de uma economia artificial nascida nos porões da Bolsa de Valores. Assim, em 24 de outubro de 1929, ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que teve impactos incalculáveis na economia mundial. Se desejar, faça uma consulta antecipada ao capítulo sobre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva que trata da crise das hipotecas subprime de 2008, nos Estados Unidos e perceba as semelhanças.

Outros fatores, também, contribuíram para o "crash" da Bolsa, entre eles, a expansão da produção industrial e o aumento desenfreado da demanda que, naquela ocasião, tinha atingido seu pico máximo.

Por consequência da crise, as empresas norte-americanas deveriam ter se ajustado à renda da população, não o fizeram, e o pior aconteceu, elas tiveram que moldar-se, repentinamente, diante de uma enorme redução nas receitas, fato que levou à falência inúmeras empresas.

A grande crise provocou forte impacto na indústria alimentícia norte-americana, que produzia acima da capacidade de consumo das famílias e das empresas. Após a retração econômica houve um alvoroço para estabilizar o setor.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York foi o auge da crise que, aos poucos, ia se formando nos Estados Unidos. Com a forte quantidade de moeda circulando, as pessoas passaram a comprar ações das empresas, as mesmas que passaram a produzir mais do que economia demandava, suas ações começaram a cair dia após dia, sem tempo para que os investidores procurassem um bom preço para a venda. Na verdade, houve uma superoferta de ações, reduzindo seus preços e provocando a quebra da Bolsa, acirrada, principalmente, pelo desinteresse dos investidores em recomprá-las.

## **A crise no Brasil**

A crise refletiu-se, fortemente, na economia brasileira, o assunto será tratado com mais detalhes no capítulo dedicado à análise do governo de Washington Luís.

### **Pensadores modernos**

Podemos ainda citar nomes importantes, a exemplo de Olivier Blanchard, economista francês que foi professor na Universidade de Harvard. Paul Samuelson (1915-2009) escreveu o livro *Economia*, a obra é colocada no mesmo patamar que as de Adam Smith ou Stuart Mill. Estudou na Universidade de Chicago e de Havard e lecionou no Massachusetts Institute of Technology (*MIT*).

Greg Mankiw, em seus trabalhos, procurou atualizar as ideias macroeconômicas de Keynes, propondo novos modelos para os conceitos postulado por aquele economista.

Por fim, cumpre destacar os ganhadores do prêmio Nobel de economia, no ano de 2022.

O ex-presidente do *Federal Reserve*, *Ben Bernanke*, e outros dois pesquisadores americanos – Douglas W. Diamond e Philip H. Dybvig, por seus estudos sobre bancos e crises financeiras.

# Capítulo IV

## OS PADRÕES MONETÁRIOS

Para entendermos o conceito de padrão monetário é essencial discorrer sobre suas fases, iniciando-se com o mais importante, o sistema *Bretton Woods* que estabeleceu regras de gerenciamento econômico com alcance mundial.

*Em julho de 1944, ao final da Segunda Guerra mundial foi realizado um encontro com representantes de cerca de 45 países, a fim de definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial pós-guerra. Este encontro foi realizado na cidade americana de Bretton Woods.*

A proposta, estabelecida pelos países mais desenvolvidos, teve como objetivo principal regular as relações monetárias entre as nações independentes. O sistema *Bretton Woods* vigorou até o ano de 1971, quando, em definitivo os Estados Unidos abandonaram a conversibilidade do dólar em ouro, tornando-a uma moeda fiduciária. A mudança acabou por tornar a moeda americana um padrão monetário internacional.

Principais propostas da convenção:

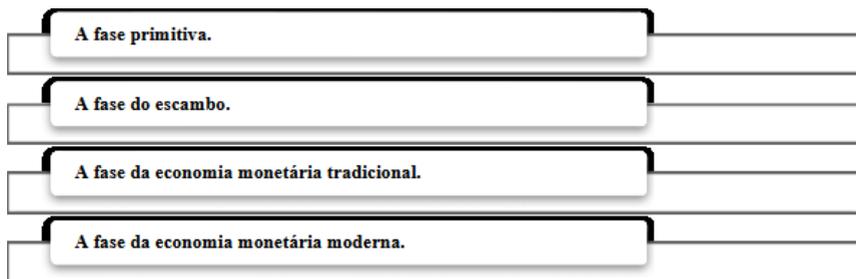
O dólar americano seria a moeda padrão das transações internacionais.

Conversibilidade das moedas dos países participantes em dólar americano, com uma variação máxima de 1% para cima ou para baixo.

Conversão do dólar para ouro. Definido o lastro do padrão dólar-ouro, onde um dólar seria equivalente a 35 gramas de ouro.

Criação de importantes entidades econômicas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

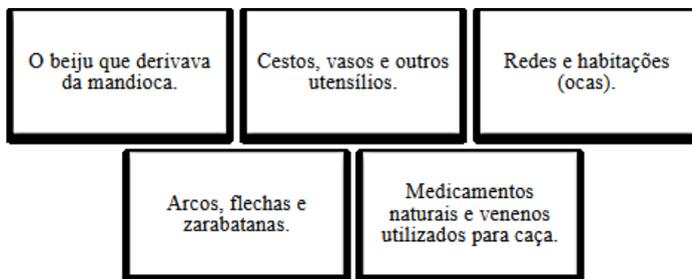
A seguir relacionamos, didaticamente, as quatro fases evolutivas que facilitam o entendimento dos padrões monetários, desde sua ausência até os sistemas mais modernos.



## A fase primitiva

Com base na leitura dos capítulos anteriores, nos quais foram discutidos os sistemas fechados que dependiam do excedente da produção agrícola, é seguro assumir que a origem dos padrões monetários pode ser atribuída ao intrincado sistema de troca que ocorria dentro dos feudos.

Quando do descobrimento/invasão do Brasil, por exemplo, as tribos que aqui habitavam se encontravam nesta fase e realizavam trocas de excedentes provenientes da agricultura, o milho e a mandioca. Era comum, também, a troca de produtos transformados, dentre eles:



## A fase do escambo

No escambo, diferentemente, da fase primitiva, as trocas foram realizadas fora dos sistemas fechados, porque o comércio já envolvia as comunidades mais próximas.

É interessante notar que foi nessa fase que surgiram as permutas de mercadorias, exatamente quando as comunidades passaram a produzir bens diferentes. A diversificação tinha um propósito, uma vez que a geração do mesmo tipo de excedente não ensejaria as relações de trocas. O escambo favoreceu a especialização em razão da necessidade natural de novos produtos.

## **A fase da economia monetária tradicional**

A necessidade do estabelecimento de um padrão de trocas transformou algumas mercadorias em denominadores comuns de valor, surgia, assim, a moeda. As trocas que eram realizadas, de forma direta, passaram a ser feitas de forma indireta, primeiro transformavam-se as mercadorias na moeda comum para depois adquirir os bens desejados. Esse processo perdura até os dias atuais, inclusive com uso de moedas de outros países.

Nessa fase, ocorreu o desenvolvimento das relações de trabalho, onde a moeda como denominador comum de valor, exerceu papel fundamental. Assim, elas passaram a possuir valor intrínseco, evoluindo em duas fases distintas: a primeira, com a introdução de bens de consumo, a exemplo: o sal, peles, grãos e do tabaco, desde que fossem consensuais entre as partes envolvidas. A segunda com os metais, ou moedas metálicas.

O desenvolvimento tecnológico que permitiu a extração, fundição e refino de metais, principalmente, os ditos nobres (ouro e prata) tornaram-se a escolha ideal para servirem de balizadores nos meios de troca. Esses metais acrescentavam vantagens únicas nos aspectos de divisibilidade, portabilidade, durabilidade e escassez, que os fizeram servi de base para a emissão de moedas, em quase todos os países do mundo até recentemente (ano de 1971). Nessa fase, surgiu o padrão-ouro que nada mais era que a fixação de preços, baseada na quantidade de ouro.

Alguns países usavam o “bimetalismo” que consistia no uso de dois metais, geralmente, o ouro e a prata, mas este sistema não se mostrou muito eficiente, pois a desvalorização de

um dos metais, ocasionada pelo mecanismo de oferta e procura fez com que a moeda "ruim" se desvalorizasse com a queda do preço do metal e expulsasse a moeda "boa" de circulação, era a chamada **Lei de Gresham**.

## **A fase da economia monetária moderna**

Essa fase surgiu com a evolução dos Estados Modernos, dando origem à moeda fiduciária, sem valor intrínseco, ou seja, seu valor dependia da confiança do público e era estabelecido pelo Estado. Nesta nova etapa da economia monetária, a emissão não, necessariamente, era feita com a obrigação de se possuir o lastro em ouro (padrão ouro).

Por exemplo, no Brasil, em 1808, o Banco do Brasil emitiu bilhetes bancários de curso forçado que eram garantidos pelo Estado e não possuíam valor intrínseco. Esses bilhetes circularam com os réis de prata e ouro (moedas com valor intrínseco). A inovadora prática suscitou inúmeras controversas, pois alguns bancos emitiam moeda, na medida certa de seus estoques em ouro ou prata, o que possibilitava seu resgate, outros, mais entusiastas, não mediram esforços no lançamento de moedas sem lastro. Desde 1971, quando os Estados Unidos renunciaram ao padrão ouro, as emissões de moedas ficaram a cargo dos Bancos Centrais. A partir desse momento, muitos países não mais observam a existência de lastro em ouro ou outro metal precioso.

## **A moeda bancária escritural**

Nessa nova fase, os bancos eram responsáveis pela emissão de outro tipo de moeda, a moeda escritural, ela é representada pelo total de depósitos à vista em todo o sistema bancário de um país.

Essas exigibilidades imediatas junto aos bancos podem ser utilizadas pelo público, em geral, por meio de cartões de débito, cheques e transferências on-line. Percebe-se que não há necessidade da condução das moedas em espécie para realização de despesas. A moeda escritural é consequência da multi-

plicação dos depósitos bancários, criando-se moeda. Vejamos como funciona esse mecanismo.

## **A multiplicação dos depósitos bancários**

Vamos supor que o correntista "A" deposite a quantia de R\$ 1.000,00 em um determinado banco, considere-se que esse correntista não movimente este valor por algum tempo, e considere, ainda, que nesse intervalo de tempo, o banco pode emprestar esse valor (R\$ 1.000,00) para outro correntista "B", colocando assim R\$ 2.000,00 em circulação.

*Este mecanismo de criação de moeda é baseado em dados estatísticos, especialmente após a coleta e análise de dados de correntistas com pouca movimentação financeira.*

Essa capacidade dos bancos denomina-se de Sistema de Reservas Fracionárias, ou seja, os bancos têm a faculdade de manter, em caixa, apenas uma fração de seus depósitos totais. Em decorrência disso, a capacidade do sistema bancário de criar moeda depende de seu montante de reservas fracionárias e da quantidade de dinheiro que sai do sistema bancário, conhecida por **drenagem**.

Essa prática que pode aumentar a quantidade de moeda em circulação fez com que os Bancos Centrais instituíssem os depósitos compulsórios que visam, principalmente, à redução dos meios de pagamento à vista, evitando, assim, o surgimento da inflação. Os depósitos compulsórios são quantidades percentuais dos depósitos à vista que devem ser recolhidos ao Banco Central depois de cada dia de negociação. Essa prática é uma ferramenta poderosa de política monetária.

Vejamos a tabela a seguir, para entendermos melhor como o mecanismo funciona.

Vamos chamar de (k) o efeito multiplicador; de (do) os depósitos originais, de (r) os depósitos compulsórios e de (d) a drenagem.

Banco	Depósito original (do)	Reserva depósito compulsório (r)	Empréstimo	Drenagem (d)	Retorno ao Sistema Bancário
Banco A	R\$ 1.000,00	R\$ 330,00	R\$ 670,00	R\$ 70,00	R\$ 600,00
Banco B	R\$ 600,00	R\$ 198,00	R\$ 402,00	R\$ 42,00	R\$ 360,00
Banco C	R\$ 360,00	R\$ 118,80	R\$ 241,20	R\$ 25,20	R\$ 216,00
Banco D	R\$ 216,00	R\$ 71,28	R\$ 144,72	R\$ 15,12	R\$ 129,60
Banco F	R\$ 129,60	R\$ 42,77	R\$ 86,83	R\$ 9,07	R\$ 77,76
	R\$ 77,76	R\$ 25,66	R\$ 52,10	R\$ 5,44	R\$ 46,66
	...	...	...	...	...
Total	R\$ 2500,00(*)	R\$ 880,00	R\$ 1.596,85	R\$ 120,00	R\$ 1.430,02

(1) Consideramos o depósito compulsório em 33% dos depósitos originais.

(2) Consideramos que a drenagem equivale a 7% dos depósitos originais.

O efeito multiplicador (k) do depósito original (do) se esgota quando o valor acumulado de (r) mais o valor acumulado de (d) alcançam esse valor. No caso:

Usando um pouco de matemática, temos:

$$(r + d = do)$$

$$\text{Ou seja: } 880,00 + 120,00 = 1000,00$$

(\*)  $k = 1 / (r + d)$ , onde:

k = Multiplicador

r = Taxa de Reserva (Depósito Compulsório)

d = Drenagem

Substituindo os valores:

$$k = 1 / (0,33 + 0,07) = 1 / 0,4 = 2,5$$

Com um multiplicador de 2,5, os R\$1.000,00 iniciais, em depósito, transformam-se em R\$ 2.500,00.

Com uma taxa de reserva de 100% (igual a 1) não existe a possibilidade de multiplicação dos depósitos bancários. Quando da implantação do Plano Real, em 1994, a política monetária do governo brasileiro manteve os depósitos compulsórios em 100% sobre os saldos dos depósitos à vista, como medida anti-inflacionária. Mudanças são realizadas até os dias atuais.

## O controle do sistema bancário

Essa capacidade dos bancos de criarem moeda obrigou os Bancos Centrais a exercerem um rigoroso controle do seu sistema bancário.

As funções de um Banco Central incluem:

**Manter exclusividade na emissão de moeda manual.**

**Atuar como banco dos bancos, emprestando recursos aos bancos comerciais, aplicando a taxa de desconto.**

**Acompanhar a evolução dos indicadores e os fundamentos da economia do país.**

Os Bancos Centrais desenvolvem um papel fundamental para a economia, à medida que atuam como guardião da moeda, garantido seu poder de compra, prevenindo e corrigindo causas e efeitos inflacionários e deflacionários.

# Capítulo V

## TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA

### Pensamentos econômicos

Para iniciarmos o estudo sobre a teoria quantitativa da moeda é fundamental que citemos alguns economistas que trataram do tema. John Stuart Mill, que já foi motivo de estudo no capítulo dedicado a história do pensamento econômico, afirmava que o valor da moeda é, inversamente, proporcional a sua quantidade em circulação, ou seja, quanto maior a quantidade de moeda menor será o seu valor de compra.

Irving Fisher, um economista nascido nos Estados Unidos, introduziu elementos sobre a velocidade de circulação da moeda e do nível de produção da economia, resumindo seus pensamentos em uma famosa equação.

### A equação de Irving Fisher

$$PT=MV$$

Onde temos:

P = preço médio (nível de preços).

T = número de unidades transacionadas (produção real).

M = estoque de moeda (moeda manual mais depósitos bancários à vista).

V = velocidade de circulação da moeda

A expressão desenvolvida por Irving Fischer estava em consonância com as teorias de John Stuart Mill, particularmente, por demonstrar que o aumento de moedas em circulação au-

mentava o nível de preços (inflação – perda do poder de compra), vejamos:

Supondo que na economia de um país, o estoque de moedas (moedas manuais mais os depósitos à vista em bancos comerciais) – M1 - estivesse fixado em \$ 50.000.000,00. A velocidade de circulação em torno de 2,5 e o número de unidades transacionadas em \$ 20.000.000,00, aplicando a equação de Irving Fischer:

$$M = 50.000.000,00$$

$$V = 2,5$$

$$T = 20.000.000,00$$

Então, qual seria o valor dos Preços Médios (P) desta economia?

Utilizando sua equação, temos:

$$P = MV/T = (50.000.000,00 \times 2,5) / 20.000.000,00 = \$6,25$$

(\$ - Unidades Monetárias).

Suponha que o estoque de moedas passe de \$50.000.000,00 para \$100.000.000,00:

$$P = MV/T = (100.000.000,00 \times 2,5) / 20.000.000,00 = \$12,50$$

**O aumento de 100% no estoque de moedas gerou uma inflação de 100% nos preços.**

Em resumo, acréscimos nos estoques de moedas ou o aumento na sua velocidade de circulação geram inflação. Esse fenômeno ocorre, em regra, nas economias instáveis. No Brasil, durante a década de 1980, esse quadro caótico foi vivido pelo povo brasileiro, causado, principalmente, pela emissão desenfreada de moeda diante dos exagerados gastos governamental.

Este assunto, analisado de forma simplificada, torna-se fácil de entender, veja:

Se há pouca moeda em circulação, as famílias tendem a reduzir seu consumo, priorizando os bens de primeira necessidade, obrigando os vendedores a reduzirem seus preços, enquanto, se houver muita moeda em circulação, as famílias

tendem a aumentar seu consumo, além de adquirir bens supérfluos.

Dessa análise torna-se necessária a introdução de dois conceitos importantes na economia, o de curto e de longo prazo.

Os dois conceitos referem-se ao período em que é possível a modificações nas quantidades dos fatores de produção, principalmente, no item capital, ou seja, máquinas e equipamentos. Em curto prazo, basicamente, não existe a possibilidade de ampliação das plantas de produção, enquanto em longo prazo as mudanças são possíveis, ou seja, todos os insumos são variáveis.

Então, por que introduzimos esse conceito quando se fala de aumentos ou diminuições dos meios de pagamento? Simples de responder. Quando há a ampliação da base monetária, provocadas de forma artificial, pelo governo, as famílias passam a ter excedentes. No entanto, as empresas estão operando, em curto prazo, onde os fatores de produção (terra, capital e trabalho) são fixos, e o excedente monetário, em poder das famílias. força os preços para cima, uma vez que as empresas não conseguem ampliar a produção.

Base monetária (conceito resumido):

É o agregado monetário básico. É o somatório do papel-moeda emitido pelo governo em poder do público e o volume de reservas mantido pelos bancos comerciais.

# Capítulo VI

## INDICADORES ECONÔMICOS

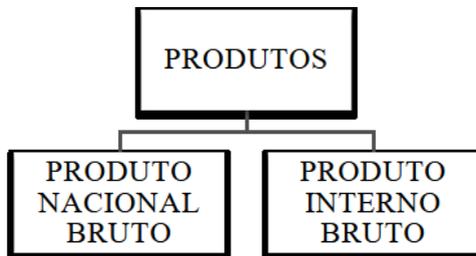
*“O desenvolvimento econômico de um país deve ser interpretado por meio do levantamento de indicadores. Este trabalho é feito com o uso de ferramentas estatísticas, principalmente, para se criar séries históricas para fins de comparações e acompanhamento. Indicadores como Inflação, Produto Interno, nível de salários e produtividade são extremamente importantes para auxiliar na tomada de decisão dos governos”.*

### **Produto**

É a atividade social que tem como objetivo adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas.

### **Conceitos iniciais**

De início, é importante dividirmos, conceitualmente, o produto de um país em dois grandes grupos:



O Produto Nacional Bruto (PIB) considera as operações com o exterior, a exemplo, sendo a Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE). Considera, ainda, todos os valores que um país recebe do exterior, além das riquezas que foram apropriadas por outras economias, em outras palavras, os valores que saem.

É justamente essa a diferença, o PNB considera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB, não as aceita por tal.

No Brasil, o indicador mais utilizado é o Produto Interno Bruto (PIB).

Ampliando esse conceito, podemos citar, por exemplo, uma empresa nacional que produz no exterior, suas receitas são contabilizadas no PNB, porém não são no PIB. Lembrando, ainda, que PIB não é estoque e sim a produção interna de bens novos durante um determinado período. Alguns estatísticos preferem divulgar o PIB, de forma trimestral, outros de forma anual.

Portanto:

## **Produto Nacional Bruto**

Valor monetário total de bens e serviços finais produzidos por agentes econômicos nacionais em um ano, independentemente, da localização desses agentes.

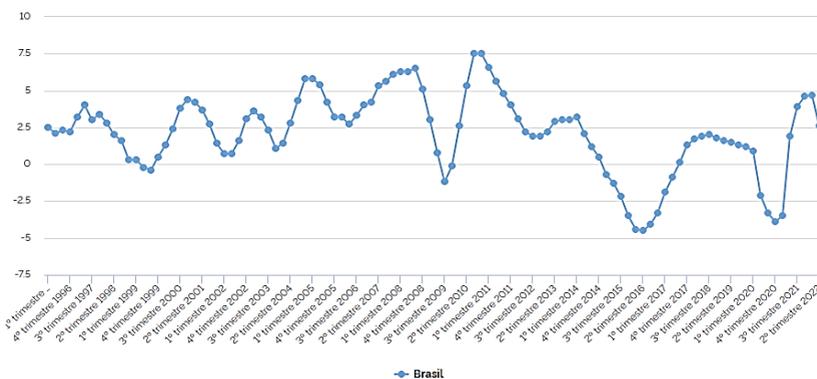
## **Produto Interno Bruto**

É a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país, durante um determinado período, geralmente, apresentados na moeda nacional. Veja que na própria definição, o PIB não considera as relações com o exterior.

O PIB foi um modelo desenvolvido, na década de 1930, por Simon Kuznets, um economista russo naturalizado americano que, inclusive, recebeu o Prêmio Nobel em 1971, fruto do seu trabalho relacionado ao tema.

Apresentamos, a seguir, a série histórica do PIB brasileiro a preços de mercado.

PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996  
- 2º trimestre 2022



Fonte: IBGE.

O encolhimento do PIB é um reflexo direto da recessão, ou seja, a diminuição da atividade econômica interna. Esse indicador tem a capacidade de espelhar a retração dos setores produtivos de uma economia.

O Produto Interno Bruto considera, apenas, os bens e serviços finais, o objetivo é evitar a dupla contagem. Por exemplo, se um país produz R\$ 1 bilhão de borracha, R\$ 2 bilhões de fios de aço para confecção de pneus e R\$ 10 bilhões de pneus prontos, seu PIB será de R\$ 10 bilhões, uma vez que tanto a borracha quanto os fios de aço já estão embutidos no preço final do produto. Fato importante e que merece destaque é que o PIB tem seu valor calculado com base nos preços que chegam ao consumidor, assim, considera também os impostos indiretamente pagos.

Lembrando que há um equívoco muito comum em considerar o PIB sendo o total de riquezas de um país (estoque), porém tal entendimento não é apropriado, o PIB na verdade é um indicador do fluxo de novos bens e serviços finais, produzidos em um determinado período.

Recentemente, o Brasil saiu da lista dos dez maiores PIB do mundo, ocupando hoje a 12ª posição no ranking.

Veja os 10 maiores PIB do mundo em 2020:

País	PIB
Estados Unidos	20,8 trilhões de dólares
China	14,8 trilhões de dólares
Japão	4,9 trilhões de dólares
Alemanha	3,7 trilhões de dólares
Reino Unido	2,6 trilhões de dólares
Índia	2,59 trilhões de dólares
França	2,55 trilhões de dólares
Itália:	1,8 trilhão de dólares
Canadá	1,6 trilhão de dólares

O PIB brasileiro, no ano de 2020, foi de 1,609 bilhões de dólares.

## Outros Indicadores de Produto

### Produto Nacional Líquido

É o Produto Nacional Bruto (PNB) subtraído do montante destinado à reposição da depreciação do capital (bens).

“Depreciação é a perda de valor do bem com o passar dos anos, ou mesmo, consequência do surgimento de novas tecnologias, tornando algumas máquinas obsoletas”.

### Produto Interno Líquido (PIL)

É o Produto Interno Bruto depois de subtraída a depreciação dos bens.

### Equações:

$$PNL = PNB - Depreciação$$

$$PIL = PIB - Depreciação$$

## Métodos de cálculo do Produto Interno Bruto

Existem três óticas para se medir o PIB e nas três possibilidades o resultado é o mesmo. Lembre-se de que, no cálculo do PIB, considera-se, apenas, dos bens e serviços finais.

**Ótica da produção:** para calcular o PIB de uma localidade, somam-se todas as riquezas produzidas na área, incluindo indústria, setor de serviços e agropecuária.

**Ótica da despesa:** é baseada na despesa, ou seja, o consumo. A análise considera o consumo das famílias, do governo, despesas das empresas, exportações e importações.

**Ótica da Renda:** é possível calcular o PIB com base na renda, somando remunerações (salários), juros, lucros distribuídos e aluguéis.

### Pela Ótica da produção

Trata-se da forma mais comum de se calcular o Produto Interno de um país. A metodologia consiste em somar o valor de todos os bens e serviços finais, produzidos em um determinado período e em uma região específica. Importante lembrar que, ao se utilizar esse método, não se contabilizam as matérias-primas (insumos), necessários à produção dos bens finais.

### Pela Ótica da despesa ou demanda

Por essa ótica, o PIB consideram-se os seguintes componentes: consumo das famílias, consumo do governo, investimentos, comumente chamados de formação bruta de capital fixo, e, por fim, a diferença entre as exportações e importações.

## Equação macroeconômica básica

$$\text{PIB} = C + G + I + (X - M) = \text{despesa nacional}$$

C – Consumo das famílias

G – Gastos do governo

I – Investimento Privado Nacional \*\*

X – Exportação

M – Importação

\*\* Investimentos podem ser em edificação, plantas, equipamentos ou variações nos estoques.

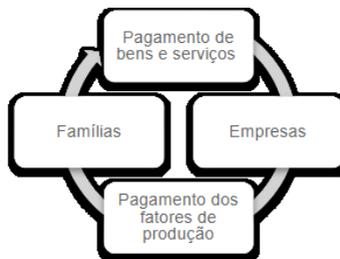
## Pela Ótica da Renda nacional

Pela ótica da renda, o valor do PIB é calculado, a partir dos rendimentos de fatores produtivos. Segundo essa ótica, o PIB corresponderá à soma dos rendimentos dos trabalhadores mais os rendimentos provenientes dos excedentes brutos de exploração.

## PIB = Remunerações do trabalho + excedente bruto de exploração

Esse cálculo leva em consideração o fluxo circular da renda.

### FLUXO CIRCULAR DA RENDA



Quando calculamos o Produto pela Ótica da Renda, consideramos a renda nacional igual ao Produto Nacional.

*Renda nacional: é a soma de todas as rendas derivadas da utilização dos fatores de produção (Incluindo Aluguel, Juros, etc.), geralmente, representada pela Letra (Y).*

## **Crescimento e desenvolvimento econômico**

**Crescimento econômico:** ampliação da capacidade produtiva caracteriza-se pelo aumento na produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido, basicamente, pelo índice de crescimento anual do Produto Interno Bruto per capita. O crescimento de uma economia é indicado, ainda, pelo índice de crescimento da força de trabalho.

**Desenvolvimento econômico:** deve ser acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica do país. O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade entre, de um lado, os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e acentuados desníveis sociais.

## **PIB per capita**

Segundo o IBGE, o PIB per capita é calculado, a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país, se todos recebessem partes iguais.

Considerando o PIB brasileiro, no ano de 2022, equivalente a R\$ 9,9 trilhões e a população total do Brasil de R\$ 203.062.512 habitantes, temos:

$$\text{PIB per capita} = \frac{9.900.000.000.000}{203.062.512} = \text{R\$ } 48.753,46$$

# Inflação

É o aumento no nível de preços, em outras palavras, mede o crescimento nos custos de um conjunto pré-determinado de bens e serviços em um determinado período. De maneira didática, um índice de preço (ou índice de inflação) tem por base uma cesta de produtos e os serviços que buscam refletir o padrão de consumo de um cidadão comum. Itens como alimentos, moradia, transporte e educação compõem tal cesta de produtos e serviços.

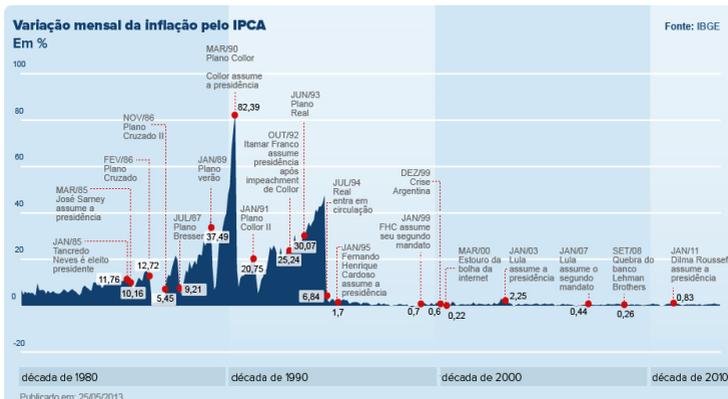
No Brasil, o responsável por produzir dois dos principais índices de inflação - Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é o IBGE.

O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre um e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Desde junho de 1999, é o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação do país.

Veja como a inflação se comportou, no Brasil, entre os anos de 1980 e 2010, referindo-se aqui ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Séries estatísticas da inflação de 1980 a dezembro de 2010.

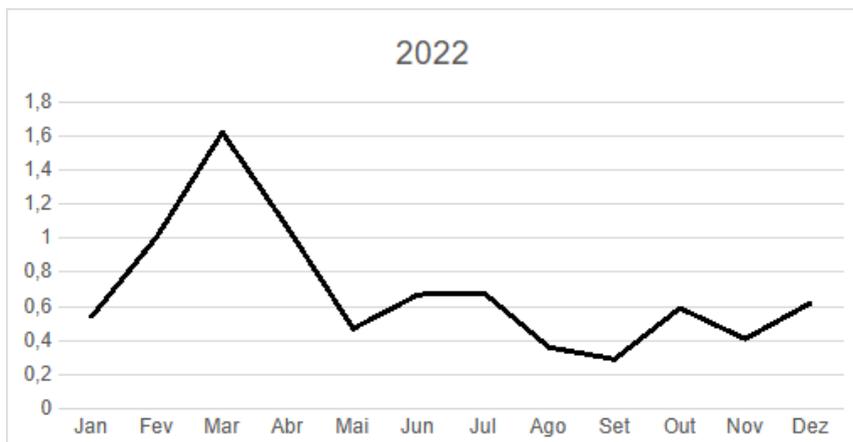
## 1 Inflação de 1980 a 2010 - Analítico



Fonte: IBGE.

## 2 IPCA 2022

Fonte de dados: IBGE.



No cálculo dos "Produtos Nacionais" é uma regra retirar a inflação do resultado: ela é considerada um incremento indesejável.

### Mecanismos de combate à inflação

Como se combate inflação, evitando-se a corrosão do poder de compra? Há diferentes caminhos a seguir, cada um com seus efeitos colaterais, por exemplo, a desaceleração da economia por intermédio do aumento de juros, conhecidos por choques monetários ou a redução dos gastos públicos, denominados choques fiscais. As duas alternativas reduzem o consumo de bens e serviços, impactando, diretamente, na renda das famílias à medida que aumenta o desemprego e reduz o Produto Interno Bruto, beneficiando os especuladores que vivem dos juros altos.

### Relação entre inflação e taxa de câmbio

Podemos introduzir este assunto por intermédio de exemplos. No mercado de automóveis, ocorrendo uma depreciação cambial da moeda nacional (dólar subindo em detrimento do

real), os carros que possuem tecnologia ou componentes importados ficarão mais caros, ocasionando o aumento dos preços no mercado nacional e esse incremento indesejável reflete-se no IPCA.

Outro mercado fortemente influenciado por aumentos ou depreciações no câmbio é o turismo. No caso de majorações na moeda estrangeira, os serviços consumidos nas viagens internacionais, o hotel, aluguel de carro e alimentação tornam-se mais caros, direcionando parte dos turistas para as viagens no próprio país, o que pressionará os preços dos pacotes nacionais.

## **Deflação**

É o processo inverso da inflação, se ocorrer em períodos continuados pode trazer enormes prejuízos econômicos a um país, sendo o principal a recessão. Só podemos considerar que uma economia entrou nesse estágio quando a deflação ocorrer por longo período.

*Lembre-se de que, reduções ocasionais não significam que determinado país entrou em recessão.*

Difere da desinflação, está significa o abrandamento do ritmo no aumento de preços em um processo inflacionário. Caso a inflação baixe de 5% ao mês para 2%, por exemplo, o país encontra-se em uma situação de desinflação.

*Você sabe o que é sazonalidade? Sazonais, são eventos que acontecem em períodos específicos. “No mercado, o termo sazonalidade refere-se a flutuações temporárias nos indicadores econômicos”.*

## **Emprego e desemprego**

O número de pessoas empregadas é um indicador de sucesso para qualquer economia, enquanto os índices de desem-

prego, permanecendo em patamares elevados, representam retração na atividade da econômica.

O desemprego reflete-se, diretamente, na renda das famílias, produzindo efeitos sobre a equação básica do Produto Interno Bruto sob a Ótica da despesa.

$$\text{PIB} = \text{C} + \text{G} + \text{I} + (\text{X} - \text{M}) = \text{despesa nacional}$$

C é o consumo das famílias. Se a renda cai, o consumo diminui;

G são os gastos públicos;

I representa os investimentos das empresas; e,

(X-M) a saldo líquido das exportações, ou seja, Exportações – Importações.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego.

Desemprego, ainda segundo o IBGE difere da taxa de desocupação que segundo o Instituto é, assim, conceituado como:

O IBGE conceitua as pessoas desocupadas como a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) que engloba indivíduos sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho, nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias. Dessa forma, a mensuração da taxa de desocupação *é expressa pelo percentual de pessoas desocupadas na semana de referência*, em relação à PEA nessa semana.



Fonte: IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>

A taxa média de desemprego fechou o ano de 2022, em 9,3%, da população economicamente ativa.

## Sistema de Contas Nacionais

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no país. Trata ainda, por meio de métodos estatísticos dos dados sobre acumulação de ativos não financeiros, patrimônio e as relações da economia nacional com o resto do mundo. É divulgado pelo IBGE por intermédio de informativos que resumem os dados da economia brasileira.

Segundo o IBGE, o Sistema de Contas Nacionais Anuais (SCNA), como sistema síntese, reúne informações de várias pesquisas do IBGE tais quais: a Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA), a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual de Serviços (PAS). Reúne, ainda, informações econômicas de registros fiscais e administrativos como a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e, dados de agências reguladoras.

# Capítulo VII

## BALANÇO DE PAGAMENTOS

### Sobre o Fundo Monetário Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado, em 1944, durante a Conferência de *Bretton Woods*, nos Estados Unidos. Tem por objetivo acompanhar e orientar as finanças e a economia internacional, de forma a evitar problemas econômicos crônicos, a exemplo das crises que ocorreram em 1929 e 2008. Sua sede encontra-se na cidade de Nova York.

Os países membros do FMI, aproximadamente 188, obrigam-se a manter registros sistemáticos da escrituração, em modelos padronizados, e especial atenção é dada ao Balanço de Pagamentos, mais conhecido como Balança Comercial.

O FMI trabalha com modelos predefinidos que nem sempre refletem, com exatidão, a situação econômica de um país, porém são fundamentais no estudo comparativo dos indicadores macroeconômicos das nações integrantes do fundo, permitindo que sejam feitos ajustes nas políticas econômicas desses países, trazendo-os de volta aos trilhos do desenvolvimento e da estabilidade econômica.

Na América do Sul, o FMI foi por muitos anos, sinônimo de endividamento, suas medidas foram interpretadas como uma agiotagem institucionalizada. Tal rotulação decorreu dos vultosos valores dispendidos pelos países que recorriam ao fundo. Em diversas ocasiões, o Brasil, por exemplo, pagou apenas o serviço da dívida, ou seja, somente os juros, sem qualquer amortização do principal.

## Balanço de pagamentos

É um dos instrumentos que o Banco Central (Bacen) utiliza para medir, mensalmente, o saldo de todas as transações realizadas, no Brasil, com o restante do mundo. É padronizado pelo Fundo Monetário Internacional (convenção).

O objetivo da padronização dos BP:

*Comparar o BP em diversos anos.*

*Comparar o BP dos diversos países.*

Levantamento (exemplos).

O controle realizado pelo FMI baseia-se em dados estatísticos.

Exportação e Importação – Alfândegas.

Rede Bancária – entrada e saída de moedas estrangeiras.

Turistas – declaração de porte de moedas estrangeira.

## Classificação das transações

**VISÍVEIS** –  
Importação e  
Exportação

**INVISÍVEIS** –  
Prestação de serviços  
e movimentos de  
capitais

A existência das transações invisíveis torna impreciso o Balanço de Pagamentos de um país.

## Contabilização das transações

Divide-se o Balanço de Pagamentos de um país em dois grandes grupos.



### Estrutura Simplificada do Balanço de Pagamento Brasileiro

A – Transação Corrente
a – Mercadorias
b – Serviços
- Viagens internacionais
- Transporte
- Seguros
- Renda de capitais
- Serviços governamentais
- Serviços diversos
B – Movimentos de Capitais
a – Capitais a curto prazo
b – Capitais a longo prazo
c – Ouro monetário

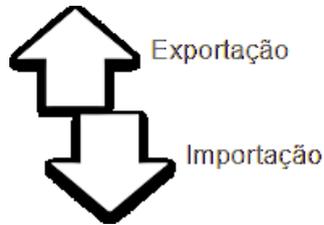
Qualquer transação entre um residente e um não residente gera um direito ou uma obrigação.

As transações correntes, que dão lugar a um direito, são registradas a **crédito** e as transações que dão lugar às obrigações são registradas a **débito**.

Exemplos:

A Exportação – crédito

A importação – débito



Detalhe relacionado à apresentação dos balanços de pagamentos e de outras demonstrações obrigatórias é que elas devem ser confeccionadas em modelos definidos pelo FMI. O objetivo é permitir a comparabilidade, evitando que países integrantes do Fundo apresentem seus demonstrativos maquiados com a finalidade de obter crédito. Todos os balanços são auditados e postos à disposição dos demais países. Os investidores utilizam os balanços ou indicadores padronizados pelo FMI, como parâmetros que interferem, diretamente, no processo decisório de investimentos.

# Capítulo VIII

## O PAPEL DO GOVERNO

“Um dos atores mais importantes na economia de um país é o governo, ele é responsável por aplicar políticas que estabilizam os indicadores econômicos”.

### **Funções do governo – política econômica, fiscal e monetária**

Controlar a inflação e outros indicadores econômicos é fundamental ao desenvolvimento de qualquer país. Constitui-se uma das principais funções dos governos e mantê-los dentro das metas estabelecidas é fator de sucesso para uma economia moderna, seja ela aberta ou fechada. Estudar a forma como o governo controla seus indicadores, em especial a inflação, deve-se, de início, analisar as principais funções governamentais.

Podemos destacar, aqui, as três principais funções de um governo.

### **Função distributiva**

A função distributiva consiste na redistribuição da renda da população, dá-se com a arrecadação e aplicação correta e justa dos tributos pagos pelo contribuinte, esta função permite que o governo transfira parte dos impostos recolhidos para a manutenção de serviços essenciais, a exemplo da educação, saúde e segurança pública. A redistribuição só é possível com um sistema de tributação justo, um sistema ineficiente onera os mais pobres, principalmente na cobrança de impostos indiretos (*ad valorem*).

## Função alocativa

No planejamento inicial de governo, os representantes do povo definem onde os impostos serão aplicados, por exemplo, em rodovias, educação, infraestrutura, saúde e segurança pública. A definição é feita com a apreciação e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, por sua vez, baliza o Orçamento Geral do ente público.

## Função estabilizadora

Somente as forças que movem o mercado não conseguem o equilíbrio geral, trazendo o bem-estar e o desenvolvimento econômico. Neste contexto, o Estado deve exercer sua função estabilizadora, que atua, exatamente, onde há falhas no mercado, promovendo o pleno emprego e a estabilidade econômica. As ações dos governos são concretizadas por intermédio de políticas públicas.

## Tributos

A arrecadação de tributos, historicamente, sempre foi uma questão controversa, inclusive, foi motivo do surgimento de inúmeras revoltas populares. A forma conforme os impostos, às taxas e contribuições são recolhidos, em especial, quanto à transparência e ao respeito aos preceitos legais norteadores de uma boa política fiscal são condições inegociáveis. Assim, para que um governo possa implementar uma política de arrecadação de tributos justa é fundamental que ele siga algumas regras.

A primeira é a regra da **Equidade**, ou seja, o valor a ser cobrado deve ser justo para cada contribuinte, respeitando-se o nível de renda.

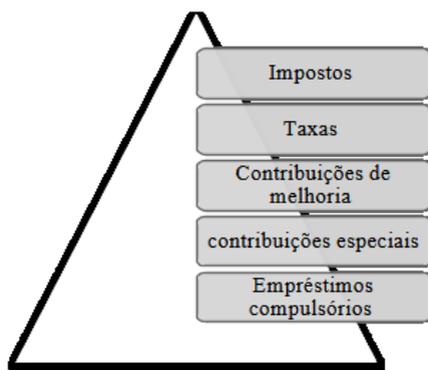
A segunda é a **Progressividade**, quanto mais renda possui o contribuinte, mais impostos ele pagará.

A terceira é a **Simplicidade**, esse princípio evita a complexidade na cobrança, com intuito de reduzir custos extras.

A quarta e última é a **Neutralidade**, ou seja, os impostos não podem desestimular os investimentos e, principalmente, o consumo das famílias.

Em linhas gerais, os tributos são obrigatórios e previstos em lei, geralmente, atrelados a um fato gerador. A nossa Constituição estabelece cinco tipos de tributos:

Sobre os tributos é importante que o leitor identifique as características de cada um:



Vamos às definições:

## **Impostos**

Incidem sobre o patrimônio do contribuinte, sob a renda e o consumo. Lembrando que no caso dos impostos, não há contraprestação estatal. Eles podem ser: federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operação Financeira (IOF); estaduais, como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e, municipais, como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviço (ISS).

## **Taxas**

Diferentemente dos impostos, as **taxas** são pagas, apenas, por aqueles que utilizaram o serviço público, geralmente, oferecidos por uma autarquia. Serviços públicos, porém sobre os quais incide uma taxa que pode ter seu uso efetivo ou potencial.

Exemplos:

Taxa de coleta e resíduos sólidos, taxa de iluminação pública (uso potencial) e taxas de órgãos de trânsito.

## **Contribuição de melhoria**

Por sinal, muito desconhecida do público, em geral, essa contribuição resulta de qualquer melhoria realizada pelo Estado que, direta ou indiretamente, valorize os imóveis em determinada área. Não esqueça, a contribuição é calculada com base no valor agregado a cada imóvel beneficiado.

## **Empréstimos compulsórios**

Trata-se de mais uma modalidade de tributação, porém, só quem pode instituir ou legislar sobre os empréstimos compulsórios é a União. O objetivo desse tributo é custear as despesas conhecidas como extraordinárias, por exemplo, calamidades públicas e conflitos. Diferente dos impostos, que não possuem uma finalidade específica, os empréstimos só podem ser aplicados pelos governos na finalidade para as quais foram criados.

## **As contribuições especiais**

Instituídas, exclusivamente, pela União, essa contribuição deve ter, necessariamente, um fim específico, a exemplo das contribuições sociais PIS/PASEP.

# Capítulo IX

## POLÍTICAS ECONÔMICAS

Antes de nos aprofundarmos no estudo das políticas econômicas, introduziremos três, conceitos econômicos fundamentais, o de positividade e o de normatividade.

### **Economia positiva**

Baseada em estudos científicos, o positivismo tenta explicar como a economia funciona na realidade. Em regra, utilizam-se da coleta de dados reais, métodos estatísticos e matemáticos, assim como equações já testadas e consideradas válidas. A economia positiva apresenta dados reais que acabam por subsidiar as empresas, governos e investidores quanto a real situação dos indicadores econômicos.

Exemplo da economia positiva são as pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelos periódicos que tratam de assuntos econômicos ou pelo Banco Central.

Você já ouviu falar sobre Elasticidade Preço da Demanda (EPD)?

É um conceito bastante utilizado pelo mercado e representa o percentual de aumento ou diminuição da procura por um bem, decorrente da majoração ou redução no seu preço.

*Vejamos: considere que a gasolina, em determinado período e em um local específico, custa R\$ 5,00 o litro, e com esse preço, a demanda pelo produto é de 1.000.000 de litros. Considere, ainda, que devido ao aumento nos preços internacionais, a gasolina foi reajustada para R\$*

7,00. Após o acompanhamento e a constituição de sérias estatísticas, os economistas perceberam que o consumo reduziu para 700.000 litros.

Matematicamente, podemos representar esse evento econômico, com a seguinte notação:

$$EPD = \frac{\Delta Q/Q}{\Delta P/P}$$

Varição na demanda dividida pela quantidade procurada anteriormente.

Varição no preço, dividida pelo preço anterior.

Temos então:

$$EPD = \frac{(1.000.000 - 700.000)/1.000.000}{(7 - 5)/7} = 1,05$$

Analisando a tabela de elasticidade:

Bem elástico	EPD superior a 1
Bem de elasticidade unitária	EPD = 1
Bem inelástico	EPD inferior a 1

**Bem elástico** é aquele que aumentos ou diminuições no seu preço causam fortes mudanças na sua procura.

**Bem de elasticidade unitária** é aquele que aumentos ou diminuições no seu preço não interferem na sua procura.

**Bem inelástico** é aquele que aumentos ou diminuições no seu preço causam pouca mudança na sua procura.

Assim, analisando sob o aspecto da positividade, temos que a gasolina, nesse período e nessa localidade é um bem elástico.

## Economia normativa

Por outro ângulo, temos a economia normativa, ela baseia-se em modelos pré-concebidos para inferir sobre os efeitos provocados por medidas econômicas, sem testá-las empiricamente.

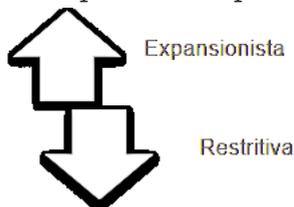
Modelos econômicos são simplificações, muitas vezes matemáticas, das interações entre os agentes econômicos. Em regra, utilizam um conceito bastante conhecido na ciência econômica, em latim, *Coeteris Paribus*, que significa "tudo o resto permanecendo constante". O uso do conceito visa, exatamente, simplificar o entendimento do modelo proposto.

Após esse ciclo de definições importantes, podemos então partir para o estudo das políticas econômicas utilizadas pelos governos para controlar a economia. Podemos destacar as seguintes:



### Política fiscal

É um conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de administrar e controlar o Orçamento Público procura, incessantemente, estabelecer o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Estado. A política fiscal regula a arrecadação dos impostos cobrados dos contribuintes, ajustando-os aos gastos governamentais. Ela pode ser expansionista ou restritiva.



### Expansionista

Ocorre quando a economia entra em leve recessão, geralmente dois trimestres com índices negativos de crescimento.

to econômico, como forma de trazer os índices aos patamares aceitáveis, o governo reduz impostos em determinados setores, geralmente, naqueles que possuem maior poder de estimular a economia. Pode, ainda, aumentar impostos sobre as importações, estimulando o consumo e a produção interna.

## **Restritiva**

A **política fiscal restritiva** ocorre quando há mais demanda que oferta, condição que gera o nocivo processo inflacionário, assim, o governo aumenta impostos, ou reduz as barreiras tarifárias de importação, de forma que os preços internos se reduzam.

## **Política monetária**

Atua na base monetária do país, controlando a quantidade de moeda em circulação, tem por objetivo o crescimento econômico e o superávit comercial.

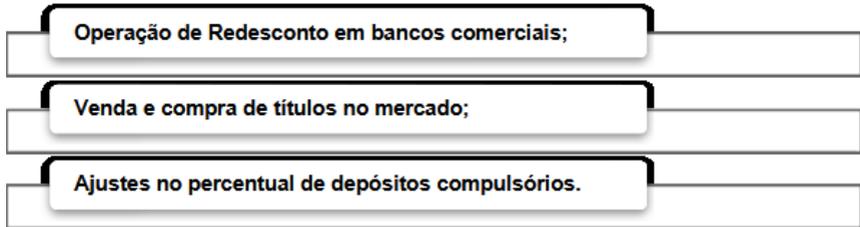
**Base monetária**<sup>1</sup>: é o passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta 'Reservas Bancárias'. É a principal variável de política monetária, refletindo o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central. Fatores condicionantes: Refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de 'Reservas Bancárias' significa expansão monetária (criação de moeda) e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de 'Reservas Bancárias' significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas

---

1 Segundo o glossário do Banco do Brasil, consultado no endereço eletrônico: [https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dimec/cva/dwn/Glossario\\_B.pdf](https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dimec/cva/dwn/Glossario_B.pdf).

e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias)".

Os mecanismos de política monetária são:



A política monetária, aos mesmos moldes da política fiscal, utiliza estes mecanismos de forma expansionista ou restritiva.

Como ilustração, em junho de 2023, a base monetária brasileira contabilizou R\$ 403,1 bilhões, com crescimento de 1,7% no mês e queda de 1% em doze meses.

## **Política cambial**

Entende-se por política cambial um conjunto de medidas que definem o regime de taxas de câmbio, que pode ser flutuante, fixo ou administrativo. Segundo o próprio Banco Central, a política cambial tem por objetivos deliberar sobre as relações financeiras entre o país e o resto do mundo.

Segundo o IPEA, "taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional, refletindo o custo de uma moeda em relação à outra".

Lembre-se de que, a condução racional da política cambial se reflete, diretamente, no consumo das famílias, à medida que alterações cambiais influenciam nas importações e exportações de produtos e serviço. O Brasil adota o regime de câmbio flutuante e o órgão responsável pela regulamentação da política é o Conselho Monetário Nacional (CMN), porém, é operacionalizada pelo Banco Central.

Câmbio flutuante significa que o Banco Central não interfere no mercado, mas apenas viabiliza sua funcionalidade.

**Histórico de cotações do dólar em parte do mês de agosto de 2023**

DATA	VALOR
31/08/23	4.94
30/08/23	4.86
29/08/23	4.85
28/08/23	4.87
25/08/23	4.87
24/08/23	4.8

### **Intepretação:**

Na tabela, US\$ 1,00 dólar equivalia a R\$ 4,94, no dia 31 de agosto de 2023.

Alguns economistas incluem neste rol a **política de renda**, que por constituir a conjugação das anteriores, nela o governo cuida da renda média do trabalhador e aplica medidas para que o poder de compra não se corra.

# Capítulo X

## DÉFICIT PÚBLICO

Déficit<sup>2</sup> público ou **défice público** é um dos indicadores macroeconômicos de um país. Ocorre quando as despesas do governo ultrapassam as receitas. Em regra, é apresentado como percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar de o conceito nos remeter a uma ideia de desarranjo, na economia, ele não deve ser interpretado, apenas, sob esse prisma, o fato dele ser negativo ou positivo não representa, exatamente, um desequilíbrio nas contas públicas, pode significar, apenas que naquela ocasião o governo praticam uma política fiscal expansionista ou contracionista, não representando, de forma alguma, a qualidade dos gastos públicos. Em resumo, o déficit ou superávit não pode ser considerado bom ou ruim, para que ele tenha representatividade deve ser analisado em conjunto com outras variáveis macroeconômicas.

No entanto, o déficit, quando ocorre pela ausência de planejamento e descontrole nos gastos públicos, gera o indesejável endividamento que, ao final, consome vultosas quantias dos impostos pagos pelos contribuintes a títulos de juros e outros encargos.

Importante, ainda, é trazer à baila que, no orçamento fiscal, as receitas são estimadas, em virtude da impossibilidade de se prever o valor total de impostos arrecadados em determinado período. Porém, as despesas são previsíveis e fixadas para cada ano orçamentário, essas sim, podem e devem ser controladas.

*Lembrete: Só é possível realizar despesas que estão autorizadas no Orçamento Geral da União, que é proposto todos os anos*

---

2 Origem do termo Déficit: o termo vem do Latim e significa o que falta para preencher certo valor ou quantidade numérica; aquilo que está faltando para completar uma conta.

*pelo Executivo, votado e aprovado pelo legislativo. Quando o governo necessita financiar despesas extraordinárias ele vende títulos públicos, ampliando assim, a dívida pública.*

Não se pode confundir déficit público com déficit na balança comercial, esse último ocorre quando as importações superam as exportações.

### **Equação que define o déficit público**

O déficit público pode ser calculado, utilizando a seguinte expressão matemática:

Dívida do governo + variação do valor dos ativos + variação da moeda

A dívida do governo é a diferença entre as receitas e despesas.

A variação dos ativos é a diferença entre as compras e a venda de ativos do governo.

A variação da moeda reflete a oscilação da base monetária do país, o conceito M1<sup>3</sup>.

Com base na equação básica do déficit público, temos:

Se o déficit público < 0	Política fiscal contracionista
Se o déficit público > 0	<b>Política fiscal expansionista</b>

O déficit público pode ser caracterizado como:

- Déficit Primário (DP): quando as despesas, com juros, são excluídas do cálculo do déficit;
- Déficit Operacional (DO): quando somente as despesas com Correção Monetária (CM) e cambial são excluídas do cálculo;
- Déficit Nominal (DN): quando as despesas, com juros são consideradas no cálculo do déficit.

<sup>3</sup> Lembrando: M1 é um conceito que se refere aos meios de pagamento: papel moeda em poder do público mais depósito à vista em bancos comerciais.

# Capítulo XI

## ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

### **Reflexão sobre as despesas públicas**

Muito se fala, em especial, na mídia especializada, sobre a necessidade da redução dos gastos e a diminuição do tamanho do estado, base das teorias neoliberais. No entanto, considerando que a parcela das despesas do governo tem importância estratégica na economia, em virtude das inúmeras funções desempenhadas, fica, portanto, difícil estabelecer em quais ações governamentais se dará a redução. Como encurtar despesas na saúde, educação, defesa, justiça, enfim, são muitos os centros de gastos, qual escolher?

No Brasil, temos observado a crescente evolução dos gastos públicos em relação ao PIB, historicamente, explicado pelo processo de urbanização e envelhecimento da população. Esse avanço tem sido compensado pela elevação da carga tributária (aumento de impostos).

### **Desequilíbrio fiscal e o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal**

O desequilíbrio fiscal generalizado, ou seja, gastos sistematicamente superiores às receitas predominaram no Brasil até recentemente, interrompidos, parcialmente, pelo Plano Real (1994). As consequências destes desequilíbrios ultrapassam gerações e causam prejuízos enormes à economia de um país. Sinais como inflação alta, taxas de juros elevadas, carga tributária exorbitante e forte endividamento público são característicos das situações de desequilíbrio.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), representou um instrumento para auxiliar os governantes a gerirem os recursos públicos, dentro de um marco de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores de recursos públicos e em todas as esferas de governo, relativas à gestão da receita e da despesa públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público. Além disso, a lei consagra a transparência da gestão como mecanismo de controle social, através da publicação de relatórios e demonstrativos da execução orçamentária, apresentando ao contribuinte a utilização dos recursos que ele coloca à disposição dos governantes.

Entre o conjunto de normas e princípios estabelecidos pela LRF, alguns merecem destaque:

Limites de gasto com pessoal: a lei fixa limites para essa despesa em relação à receita corrente líquida para os três poderes e para cada nível de governo (união, estados, distrito federal e municípios).

Limites para o endividamento público: serão estabelecidos pelo senado federal por proposta do presidente da República.

Limites para o endividamento público: serão estabelecidos pelo senado federal por proposta do presidente da República.

Mecanismos de compensação para despesas de caráter permanente: o governante não poderá criar uma despesa continuada (por prazo superior a dois anos) sem indicar uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa.

Definição de metas fiscais anuais: para os três exercícios seguintes.

Mecanismo para controle das finanças públicas em anos de eleição: a lei impede a contratação de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), no último ano de mandato e proíbe o aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecedem o final do mandato.

A obediência a essas novas regras tem favorecido, mesmo que não atingido, totalmente, um ajuste fiscal no Brasil, uma vez que a disciplina fiscal introduzida pela Lei proporciona o fortalecimento da situação financeira dos entes da Federação.

Isso, por sua vez, possibilita o aumento da disponibilidade de recursos para o investimento em programas de desenvolvimento social e econômico.

Segundo o Relatório Anual da Dívida Pública Federal, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em 23 de janeiro de 2023, ao longo de 2022, além da alta inflação global, com recuperação das principais economias e aumento de suas taxas básicas de juros, o cenário internacional manteve-se desafiador, a eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia contribuiu para a alta volatilidade no mercado externo e a necessidade de ajustes nas emissões do Tesouro Nacional.

Trechos do Relatório:

“No cenário doméstico, o aperto monetário, a turbulência política de um ano eleitoral, a consolidação de uma melhor perspectiva de crescimento econômico para 2022 e a evolução dos resultados fiscais foram elementos importantes às colocações de títulos no mercado ao longo do ano. No aspecto fiscal a receita surpreendeu positivamente de maneira consistente ao longo de todo período, o que permitiu alterar a previsão do resultado primário do governo central de 2022 de déficit primário de R\$ 76,3 bilhões, conforme orçamento aprovado, para superávit de R\$ 34,1 bilhões (Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), extemporâneo de dezembro). Esse resultado, somado ao bom desempenho fiscal dos entes subnacionais, e o crescimento do PIB nominal favoreceram a queda da razão entre Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e PIB, que finalizou o ano de 2022, com estimativas próximas a 73,3%, patamar abaixo do nível pré-pandemia, de 74,4% do PIB (2019), mas ainda elevado quando comparado à média dos países emergentes com grau de investimento, de 61% do PIB, o que reforça a importância de medidas de controle do gasto público e de melhora na arrecadação tributária”.

## **Dados da dívida interna e externa do Brasil**

Segundo o Ministério da Economia, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) totalizou R\$ 5,87 trilhões, em novembro

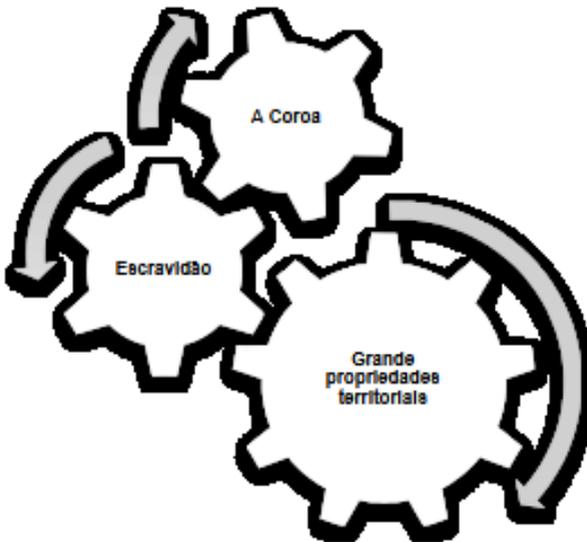
de 2022, um aumento de R\$ 92,6 bilhões (1,60%) em relação a outubro, quando o montante foi de R\$ 5,77 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve seu estoque ampliado em 1,59%, passando de R\$ 5,52 trilhões para R\$ 5,61 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe), registrou aumento de 1,89% sobre o estoque apurado em outubro e encerrou novembro em R\$ 254,73 bilhões (US\$ 48,12 bilhões). As informações constam do Relatório Mensal da Dívida referente a novembro, produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

# **História da Economia Brasileira Contemporânea**

# Capítulo XII

## A REPÚBLICA

Antes de mergulharmos no estudo da economia brasileira durante a fase republicana, vamos fazer uma retrospectiva do momento político e socioeconômico que marcou as últimas décadas do império. Vamos começar expondo o escopo da sociedade brasileira, no final do período monárquico, composta por três grandes pilares: a coroa, a escravidão e os grandes proprietários de terra. Essa era a estrutura que sustentava o país na época e, entender seu funcionamento, é ponto básico para compreendermos a evolução econômica brasileira.



Com base no censo de 1872, mesmo considerando a precariedade da informação, é possível aferir, com certo grau de acerto, a formação da população brasileira no período.

		Percentual
População livre	8.419.672	94,5%
População escrava	1.510.806	5,5%

Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Apesar da existência do dado do censo não é possível separar, com exatidão,, a divisão das classes em profissões - agricultores, comerciantes, militares e profissionais liberais.

Por outro lado, no período de 1972 a 1890, ocorreu forte incremento populacional nos principais estados brasileiros, no Amazonas, Rio de Janeiro e nos quatro estados do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande. O Amazonas, Pará e Maranhão receberam expressivo número de imigrantes graças à expansão da extração da borracha, principalmente, nordestinos que fugiam das secas.

Na fase final do império, 80% das exportações nacionais advinham das atividades rurais, e o café, a borracha e o açúcar é que geravam divisas em moeda estrangeira, garantindo o consumo e a formação de capital. A venda desses produtos, no exterior, auxiliava no pagamento da dívida externa e no próprio financiamento das ações do governo.

O império vivia uma crise de liquidez. Após a abolição do trabalho escravo, fato que provocou novas exigências, principalmente, dos fazendeiros que precisavam de recursos para pagar a nova classe assalariada e garantir suas hipotecas, antes lastreadas no número de escravos.

Em 24 de novembro de 1888, o governo imperial, editou o Decreto nº 3.403, que assegurava maior liquidez ao mercado. Consistia, basicamente, em repassar aos bancos dinheiro do Tesouro Nacional, e esses, por sua vez, deveriam financiar a lavoura.

Os auxílios à lavoura, como ficou conhecida a política, acabou por gerar forte especulação, principalmente, pela procura das ações dos bancos que, naquela ocasião, se beneficiavam dos empréstimos sem juros do governo. Os resultados do socorro aos fazendeiros, ao contrário de criar um sistema bancário sólido, acabaram por gerar uma grave crise econômica que seria transferida a república.

## **Os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a economia brasileira**

Talvez o marco mais importante da política e da economia do segundo império foi a Guerra do Paraguai, deflagrada no final de 1864. O Paraguai de Solano López e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai encontravam-se no centro da disputa. Iludidos, previam que o conflito teria curta duração, no entanto, consumiram longos cinco anos, provocando a morte de aproximadamente 250 mil pessoas.

O conflito surpreendeu os países envolvidos quanto aos custos da guerra que superou todas as expectativas. O Brasil, naquela ocasião, era a única nação em condições de arcar com os dispêndios financeiros da contenda. A guerra pôs fim ao ideário conservador dos metalistas, em virtude da necessidade de financiar o conflito com pagamento de soldos aos soldados, obrigação que fez aumentar, vertiginosamente, os meios circulantes no país.

Nesta contenda, a situação da Argentina ficou insustentável. O país teve que recorrer a ricos cidadãos, suplicando por gordas contribuições, cujo objetivo era salvar as finanças do país e não incorrer na grande vergonha de capitular diante do inimigo por falta de recursos. O Brasil, que naquele momento, era o único país com fôlego e alternativas para sustentar o esforço de guerra, tinha a opção de aumentar a dívida externa e emitir notas do tesouro nacional. Os caminhos escolhidos para suportar o esforço exigiram do país uma reorganização do sistema monetário nacional, exigência essa que foi acompanhada pela pressão dos políticos metalistas, contrários à emissão de moedas fiduciárias, particularmente, diante de uma situação de beligerância. Como era de se esperar, o rápido crescimento da oferta de moeda no país estimulou a economia que vinha sofrendo com a baixa liquidez, porém, essa situação veio acompanhada por efeitos colaterais para a economia nacional, principalmente, no pós-guerra.

Não se pode negar que a insistência do Imperador, em prosseguir com os combates até a destruição total do Paraguai,

teve ainda forte repercussão na política, em particular, quanto à ascensão dos conservadores ao poder em 1868, fato fortemente criticado pelos liberais.

Nesse cenário, originário da insatisfação com o império, foi que grandes proprietários de terra, militares e parte da sociedade civil, cada um na esfera de seus interesses, alimentaram o efervescente descontentamento com a política de D. Pedro II.

O descontentamento dos militares e dos produtores de café, esses últimos inconformados com a ausência de indenizações por conta da libertação da escravatura, certamente foram os principais atores na queda da monarquia. A falta de apoio interno deixou o imperador suscetível, politicamente, a consequência desse enfraquecimento foi o golpe militar que retirou D. Pedro II do trono após 49 anos no poder.

Ao final da Guerra do Paraguai, os militares, além da influência dos ideais positivistas, estavam insatisfeitos, alegando, principalmente, o desprestígio. Os cafeicultores foram na esteira do descontentamento devido às leis em favor da abolição.

*Curiosidade: a palavra “progresso” na Bandeira do Brasil foi uma ideia dos republicanos, no entanto, completamente desvalorizada pelos ministros da fazenda metalistas. A origem da frase “Ordem e Progresso”, remota à expressão ordem e progresso que foi o lema político do positivismo, e é uma forma abreviada do lema de autoria do positivista francês Auguste Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”.*

É consenso na historiografia nacional que a ruptura com a monarquia não se deu, abruptamente, mas em consequência de um processo de mudanças internas nas instituições, em especial, no exército e na formação de uma massa crítica que envolvia militares e a sociedade civil.

Questões políticas envolvendo esses setores da sociedade direcionavam o país à mudança de regime e já anunciavam a queda da monarquia. Após as campanhas da Prata e do Paraguai, a caserna, representada historicamente pela figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, exigia respeito e reconhecimento àqueles que haviam lutado pela pátria, tais exigências passavam pelo próprio exercício do poder político. O Marechal Floriano Peixoto, que também havia lutado, bravamente, na Guerra do Paraguai, se insurgiu contra a política-gem no império.

Floriano, após o Ministro da Guerra, Alfredo Chaves proibir que militares se pronunciassem pela imprensa sobre questões política, anunciou:

*“Fato único que prova, exuberantemente, a podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la. Como liberal não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele que sabe purificar o sangue do corpo civil que, como o nosso, está corrompido.”*

O sistema parlamentar brasileiro, se é que podemos chamá-lo, assim, devido à existência do poder moderador, desde o ano de 1836, estava dividido entre dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador<sup>4</sup>, que não representavam, claramente, interesses de distintos grupos sociais, muito menos os conflitos de uma inexistente opinião pública.

Fatores econômicos, também, deram sua contribuição, considerando que o desempenho da economia no império foi medíocre. Embora houvesse limitações em todas as estimativas de crescimento da economia brasileira no século XIX, os dados disponíveis permitem afirmar que o produto real brasileiro per capita cresceu com taxas muito baixas ao longo deste período.

---

<sup>4</sup> Estes partidos sucediam-se no poder, baseados em sistema político plutocrático, mas legitimado por regras mutuamente aceitas.

A política monetária do governo imperial que, posteriormente, se estendeu para a República, é um dos temas mais controversos da história econômica recente do Brasil. Durante os anos 80, a política econômica imperial era conhecida pela sua ortodoxia, com restrição creditícia e valorização cambial. Os persistentes déficits fiscais eram financiados por meio de endividamento externo.

Os desequilíbrios foram cobertos por um vigoroso influxo de capital estrangeiro, seja por meio de investimentos diretos, ou captação de empréstimos. Internamente, não houve expansão dos meios de pagamento, o que gerou uma insatisfação generalizada devido às crises sazonais de numerário. Alguns historiadores atribuem essas crises à substituição da mão de obra escrava pela assalariada, o que exigiu o aumento na base monetária do país.

A política monetária do governo imperial, com suas peculiaridades e consequências, é um verdadeiro exemplo de como as decisões econômicas podem ter um impacto significativo na sociedade e na história de uma nação. E é justamente essa complexidade que torna esse tema tão interessante e envolvente para ser explorado.

## **O ciclo do café**

O ciclo do café teve seu começo em 1727, início do século XVIII, quando chegaram ao país às primeiras mudas.

No norte do país, as primeiras sementes foram plantadas, dando início a uma jornada que se expandiu pelo sudoeste. Mas foi a partir de 1870, que a grande história do café começou a ser escrita, especialmente, nas vibrantes cidades de Campinas e Ribeirão Preto. Foi lá que o café encontrou o solo perfeito, conhecido como "terra roxa"<sup>5</sup>, um solo rico e fértil que fez os cafezais florescer de maneira espetacular. A partir desse momento, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro.

---

<sup>5</sup> Terra Roxa: é um tipo de solo avermelhado muito fértil, consequência de milhões de anos de decomposição de rochas basálticas. Uma curiosidade sobre o assunto é que ela foi batizada pelos italianos que a chamaram de "terra rossa", em italiano a palavra rossa significa avermelhado, no entanto, no Brasil ficou conhecida como Terra Roxa.

A cafeicultura exportadora foi aos poucos se consolidando e logo o café transformou-se no principal produto de exportações do país. O Brasil chegou a exportar mais de 50% de todo consumo mundial. O ciclo do café sofreu dois grandes reveses nas primeiras décadas do século XX, decorrentes das crises internacionais.

*“Curiosidade: o café era muito consumido nas fábricas inglesas e americanas, uma vez que tinha efeito estimulante, permitindo que os trabalhadores permanecessem por longas horas nas fábricas. Lembre-se de que a Revolução Industrial ocorreu na Europa, no ano de 1760”.*

## **A República e a frustração anunciada**

Na primeira década republicana, as esperanças do povo se transformaram em frustração. É certo que a década, também trouxe mudanças positivas, mas, ao mesmo tempo, veio carregada de crises, instabilidade política, frustrações e insegurança. Os setores progressistas, otimistas com a substituição da monarquia pela República tiveram seus planos fracassados pela falta de expectativas nos setores produtivos, os acontecimentos deram início a um clima de revoltas, uma vez que a descentralização republicana acabou se transformando em regionalismo, marcada, principalmente, pelo surgimento das oligarquias<sup>6</sup>, fundadas no poder econômico e político, mas agora restritas às determinadas regiões do país. Criou-se, portanto, não uma versão sul-americana dos Estados Unidos da América, mas uma versão brasileira do federalismo oligárquico latino-americano.

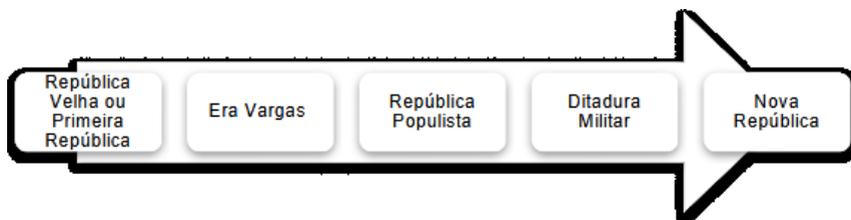
## **As fases republicanas**

Historiadores costumam dividir a República brasileira de duas formas, conforme a corrente de pensamento.

---

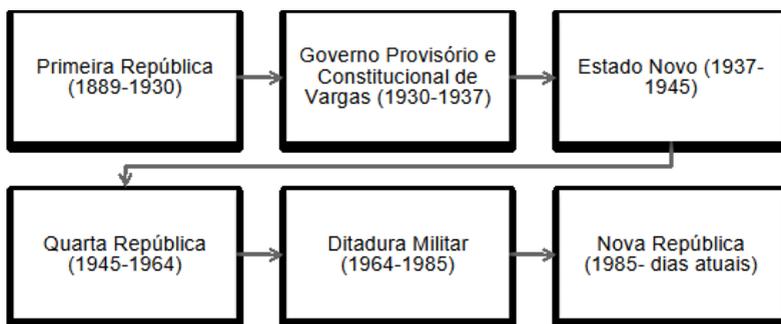
<sup>6</sup> República Oligárquica trata-se a uma forma de governo chamada de oligarquia que, no grego, significa ‘governo de poucos’. Esse pequeno número de pessoas possui algum privilégio político e social, ligados por alguma atividade econômica ou política em comum.

Uma divide-se em cinco grandes fases, a saber:



A segunda em seis fases:

As duas divisões serão abordadas no decorrer dos capítulos.



# Capítulo XIII

## A PRIMEIRA REPÚBLICA

A primeira ou República Velha vigorou no Brasil entre os anos de 1889 e 1930.

Logo após a proclamação, um governo provisório foi instalado no país, e que deveria durar até a promulgação de uma nova Constituição, o que ocorreu em 24 de fevereiro de 1891. Esse governo foi chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca que se tornaria, mais tarde, o primeiro Presidente do Brasil.

A Primeira República está dividida em dois grandes períodos.



A República das Espadas iniciou-se, em 1889, terminando em 1894, após o governo de Floriano Peixoto. É chamada assim pelo fato de os dois presidentes serem militares. O segundo período, estende-se de 1894 até 1930, caracterizado pelo protagonismo das oligarquias cafeeiras.

A Proclamação da República foi influenciada, sobretudo, pelos ideais positivistas de Benjamin Constant (1833-1891), um militar e político brasileiro.

O positivismo de Auguste Comte:

*“O amor por princípio e a ordem por base;  
o progresso por fim.”*

“O progresso é o desenvolvimento da ordem”. Duas das máximas mais importantes de Augusto Comte, filósofo francês, nascido no ano de 1798, demonstram claramente algumas das ideias básicas da doutrina positivista, e sua influência na construção do Brasil Republicano.

## Situação econômica na República Velha

1	O Brasil enfrentava uma forte escassez de moeda.
2	Iniciava-se a disseminação do trabalho assalariado (fator mais importante nesta década).
3	Inserção do país na economia internacional.

## Principais linhas de pensamento econômico

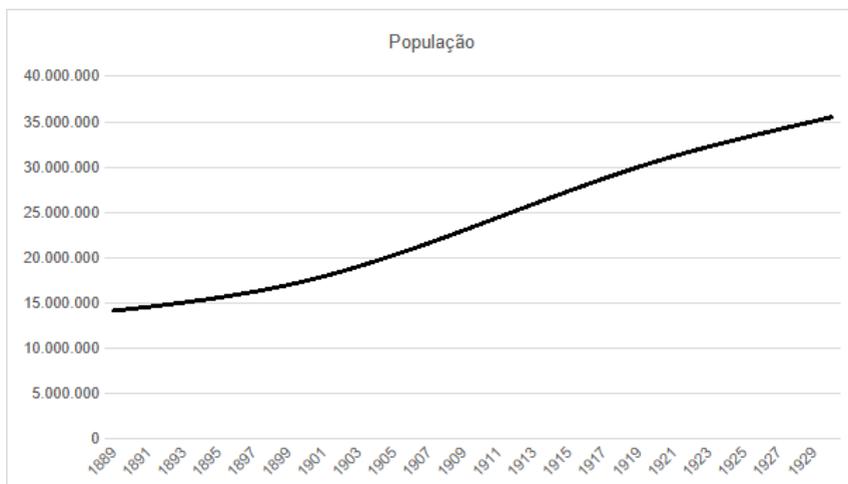
<b>PAPELISTAS</b> Defendiam a circulação da moeda do curso forçado. Seu principal representante foi Rui Barbosa.
<b>METALISTAS</b> Defendiam a moeda lastreada no padrão ouro. Situação defendida por Joaquim Murinho.

**Moeda de curso forçado:** é aquela aceita na economia por força de lei. Não possui valor intrínseco (sem lastro em ouro), sendo necessário um decreto governamental garantindo sua circulação. Denomina-se moeda fiduciária.

**Moeda lastreada no padrão ouro:** o valor total das moedas em circulação deveria corresponder ao valor total em ouro depositado no Banco do Brasil (Banco Central na época).

## População brasileira na República Velha

Segundos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população brasileira durante a primeira república cresceu quase que de forma linear.



Fonte: IPEA – disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) – consulte tabela ao final do livro.

## Aspectos econômicos e expectativas do período

A economia foi marcada, positivamente, pelo sucesso da economia cafeeira, pela rápida ascensão da borracha no norte do país e pela produção do cacau no estado da Bahia, porém, negativamente pela volatilidade das taxas de câmbio e dos fluxos de capitais.

A economia da República Velha pode ser dividida em algumas fases distintas:

- **Entre 1889 e 1894:** foi um período de transição. A economia continuou a depender fortemente da agricultura, especialmente, do café. O governo tentou modernizar a infraestrutura e fomentar a industrialização do país, incentivando a construção de ferrovias e de outros setores, porém enfrentou desafios financeiros significativos.
- **Entre 1894 e 1929:** durante a maior parte da República Velha, o Brasil era dominado, politicamente, por oligarquias esta-

duais, e a economia continuou a ser baseada na produção de café e do leite, que representavam a principal fonte de receita do país. O Brasil passou a ser conhecido como "República do Café com Leite" devido à aliança política entre os estados de São Paulo (produtores de café) e Minas Gerais (produtores de leite), a chamada de política dos governadores.

O Brasil, à época, já era um dos maiores produtores de café do mundo, o produto era responsável por quase a totalidade das exportações brasileiras. A economia, porém era vulnerável às flutuações dos preços internacionais, o que provocava crises sazonais, enriquecendo os cafeicultores e reduzindo a renda da população mais pobre.

A industrialização, no Brasil, deu seus primeiros passos, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, decorrente da primeira grande guerra. Os países envolvidos no conflito direcionaram sua produção industrial para sustentar o esforço da guerra, fato que obrigou o Brasil a desenvolver indústrias internamente. Curiosamente, essa diversificação do capital entre a produção do café e a industrialização foi patrocinada pelos próprios cafeicultores.

Nessa fase da nossa história, o Brasil contraiu dívidas substanciais para financiar projetos de infraestrutura, manter o preço do café e o padrão de vida das elites.

- **De 1929 a 1930:** a Grande Depressão, que teve seu pico no ano de 1929, produziu efeitos devastadores na economia brasileira, reduzindo o preço do café e conduzindo o país a uma severa crise econômica. Todos esses fatores contribuíram para a insatisfação popular e desencadearam a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e marcou o fim da República Velha.

Em resumo, a economia da República Velha era fortemente baseada na produção de café e dependente de sua exportação. Embora tenha havido alguns esforços para modernizar a infraestrutura e iniciar a industrialização, a economia brasileira permaneceu amplamente agrícola e sujeita às flutuações nos preços internacionais.

## Parte superior do formulário

Na esteira da Primeira Grande Guerra Mundial, o Brasil deu seus primeiros passos rumo à industrialização, consequência da redução das exportações dos países beligerantes (1914 a 1918), fato que forçou o país a estabelecer programas de substituição de importações. Nessa fase, mesmo que incipientemente, surgiram várias fábricas de tecidos, moinhos de trigo, cervejarias e as indústrias metalmeccânicas que fabricavam pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes.

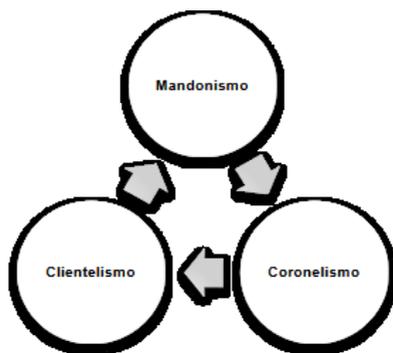
O estilo do desenvolvimento nacional durante a República Velha foi carregado de incompletudes, surgiram às classes dominantes, manchas de pobreza e inconformismo, além de uma precária distribuição de renda. Por sinal, este período assinalou o aparecimento das políticas públicas desastrosas que acabaram por dar o ritmo do desenvolvimento social no Brasil, muitas vezes, marcado pelo predomínio de negócios pessoais sobre os interesses nacionais, resultando, por fim, no surgimento de uma classe política preocupada, exclusivamente, em apropriar-se de parcela dos impostos recolhidos pelos contribuintes, relegando a um segundo plano uma sociedade mais justa e igualitária.

Analisando, cuidadosamente, o descortinar da fase republicana, nota-se que as expectativas originárias da propaganda republicana deram a transparecer que o fim do período monárquico implicaria na melhoria da situação econômica e social do Brasil, e as conclusões advinham do progresso experimentado pelos Estados Unidos da América.

Basta observar que enquanto o Brasil proclamava a sua República, os EUA já produziam seus primeiros veículos.

O estabelecimento da República trouxe consigo a visão da descentralização, era o momento ideal para liberar o potencial criativo dos estados, significava a substituição de uma monarquia inerte por um estado dinâmico e democrático que respeitaria os interesses dos produtores, dando espaço aos crescentes negócios urbanos, tanto no comércio quanto nas finanças. Não foi o que aconteceu, deu-se início a um período de grande frustração.

Nesse contexto, práticas como o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo afloraram diante de uma parcela da população empobrecida.



O **mandonismo**: controle que um grupo de poderosos exercia sob uma população, cada vez mais pobre, usava de sua influência para forçar as pessoas a agirem conforme seus interesses.

O **coronelismo**: refere-se ao poder que o intitulado coronel, grande proprietário de terras, tinha sobre a localidade na qual residia. Sua atuação era fundamental para garantir os interesses da oligarquia, pois, para essa figura era pela intimidação que esse sistema político fraudava as eleições, seja por meio do voto de cabresto, da compra, ou da sua manipulação do resultado.

O **clientelismo**: está relacionado com o sistema de troca de favores que existia entre dois atores, politicamente, desiguais. Como ocorria? Quando um coronel oferecia um emprego público a um eleitor e, em troca, pedia o seu voto em determinado candidato, significava que a manutenção dessa pessoa, naquele cargo, dependia desse ato e da vitória do candidato em outras eleições.

Atualmente, o posto de Coronel é usado, exclusivamente, pelos integrantes das Forças Armadas, Polícias Militares e Bombeiros. No período pós-República, tratava-se de um título dado aos grandes proprietários de terra.

A historiografia nacional prova que a república não representou uma revolução social, mas sim o desfecho de um processo de desgaste do antigo regime, culminando em um golpe militar.

É importante considerar, também, que o Brasil deixou de ser um império unitário para se tornar uma república amplamente descentralizada. As províncias foram transformadas em estados e o país se transformou em uma grande Federação. Esses estados passaram a ter autonomia financeira, administrativa e até mesmo política. Tamanha transformação, ao contrário de um ambiente político pujante, acabou por gerar agitações e conflitos, consumindo longos anos de existência da nova república.

Podemos, portanto, enxergar esse período, inicialmente, como uma fase repleta de reviravoltas e desafios. A transição para a República foi um processo complexo, que exigiu, não apenas ações políticas e militares, mas também uma reorganização completa da estrutura do país. Os maiores entraves vieram da heterogeneidade dos interesses, principalmente, dos membros do governo provisório, instalado logo após a Proclamação da República, o que de fato, não agradava a grande maioria dos brasileiros.

Não há como negar que os políticos brasileiros, aqueles que decidiam os rumos do país, sempre privilegiaram interesses pessoais ou de grupo específicos, em detrimento dos anseios de uma nação em construção. Essa opção pela proteção dos oligárquicos atingiu seu ápice nesse período e perdura até os dias de hoje. Esta preferência, por posicionamentos baseados em negócios, não permitiu que medidas econômicas importantíssimas pudessem ser adotadas no país.

Rui Barbosa foi o primeiro Ministro da Fazenda na Nova República e sentiu, fortemente, esta característica da política nacional, na época, tendo sido duro crítico das medidas do último gabinete imperial. Coube a ele superar as dificuldades financeiras advindas da queda da produção cafeeira, resultado da falta de braços para a colheita, causada pela abolição da escravatura. Já, nos seus primeiros relatórios, afirmava que havia no país a necessidade premente de reorganizar as funções dos

órgãos responsáveis pela condução e elaboração dos orçamentos, propondo uma nova ordem federativa. As crises de governança mereciam uma nova Assembleia Constituinte que estabelecesse um novo modelo tributário, especificando as fontes de receitas e as obrigações do governo federal e dos estados, processo que, segundo Rui Barbosa, certamente, seria lento e demandaria longas negociações.

A imperiosa necessidade de realizar reformas sem as longas discussões parlamentares, unida à pressão por fazê-las, levou o Ministro da Fazenda a reformular a estrutura financeira do país, por intermédio de decretos.

Diante do cenário desalentador, Rui Barbosa tentou implementar uma nova ordem econômica baseada nos princípios papelistas. Por suas iniciativas, no comando das finanças do país acabou por ser responsabilizado pela crise de 1891.

A tensão econômica ocorrida, no final do século XIX, foi chamada de Encilhamento, termo que fazia referência ao local onde se fizeram os últimos preparativos dos cavalos para disputa dos páreos, numa clara analogia, inicialmente, às disputas das ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que dava a ideia de uma jogatina e otimismo com a nova fase vivida pelo país, principalmente, com a mudança de um regime monárquico para um republicano.

O encilhamento se iniciou em decorrência da onda de choque financeira provocada pelo default dos títulos da dívida argentina e do 1º colapso do Banco Baring Brothers, no Reino Unido, a partir de setembro de 1890.

Conforme sabido, em 1889, o exército derrubou a monarquia e proclamou a República. Naquela ocasião, os republicanos encontraram um país estagnado e dependente de alguns poucos produtos primários, em especial do café.

Sobre industrialização, pouco se falava, a população era predominantemente rural e a classe média incipiente. Como Deodoro da Fonseca idealizou mudar a situação e industrializar o Brasil, Rui Barbosa, no ano de 1890, adotou uma série de medidas. Uma delas, que mais tarde seria o pivô da crise de 1891, foi à autorização para que os bancos fizessem emissões de

moedas com base em títulos públicos – lembre-se: Rui Barbosa era papalista. O Encilhamento, então, ampliou a oferta de crédito para abertura de novas empresas, estabeleceu tarifas para produtos importados e reduziu a burocracia para obter empréstimos, porém os efeitos das medidas não surtiram os resultados desejados. O excesso de meios de pagamento colocados à disposição das empresas acabou por se transferir para as famílias, o que gerou um surto inflacionário, sepultando o desejo de Deodoro pela industrialização.

A possibilidade do fim da insuficiência creditícia para as atividades comerciais e o término da incipiente oferta monetária foi interpretada a época como o início de um longo período de progresso econômico.

O fato é que, desde o início de 1880, o aumento da demanda por moeda, em consequência do crescimento econômico e da propagação do trabalho assalariado, produzia no país inúmeras reclamações quanto à escassez dos meios de pagamento. Veja que a crise não era tão fácil de resolver, pois a sazonalidade da demanda por dinheiro por parte dos fazendeiros, aliada à abolição da escravatura, gerou uma pressão que levou o governo a propor uma reforma monetária que atendesse aos anseios da sociedade.

Apenas no ano de 1888, foi aprovada a Lei Monetária que autorizava a criação de Banco de Emissão. A lei permitia duas espécies de emissão, as baseadas em títulos públicos e as baseadas em reservas metálicas. Essa iniciativa liberalizava a política de emissão que seria baseada, essencialmente, em títulos de dívida pública, e regulamentava as operações bancárias que seriam as mais amplas possíveis, abrangendo não só descontos, empréstimos, câmbio, hipotecas e penhor agrícola, mas também adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e de estradas de ferro, docas e portos.

As medidas de Rui Barbosa desagradaram importantes grupos econômicos, e políticos ligados a interesses tradicionais, provocando o temor de uma onda inflacionária, que foi agravada com a contínua queda da taxa do câmbio. Outros fatores

transformaram os anos de 1890 e 1891, ainda, mais difíceis, a especulação desenfreada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e as dificuldades para financiar as transações correntes criaram um clima de tensão nos mercados. Não resistindo às pressões, Rui Barbosa pediu demissão em 1891.

A substituição de Rui Barbosa na condução da economia nacional, por Tristão de Alencar Araripe, em janeiro de 1891, e que, posteriormente foi sucedido pelo Barão de Lucena, contribuiu, ainda mais, para aumentar o clima de instabilidade. Ambos eram pouco ambientados com a complexidade da administração financeira e demonstraram incapacidade de lidar com a difícil situação econômica do país.

# Capítulo XIV

## GOVERNOS DA REPÚBLICA VELHA

### Governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca

Iniciou-se, em 15 de novembro de 1889, logo após a Proclamação da República. O seu governo é dividido em duas fases: uma provisória e outra constitucional.

O provisório durou 15 meses, a contar da Proclamação da República. O Constitucional foi estabelecido após a Constituição de 1891, promulgada no dia 24 de fevereiro do mesmo ano.

Nossa segunda Carta Magna inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa do Brasil.

Foi com estes objetivos que Rui Barbosa, nomeado Ministro da Fazenda já no governo provisório, propôs o aumento da base monetária por meio da emissão de papel-moeda. A ideia inicial era aumentar a oferta de moeda e facilitar a instalação de sociedades anônimas. Como é sabido que, a emissão de moedas sem lastro em ouro ou prata abriu as portas da inflação, gerando forte crise financeira, uma vez que foi entendida como prejudicial a alguns estados. As críticas vieram dos seus representantes e da imprensa. Rui adotou o princípio da pluralidade bancária, concedendo a vários bancos o direito de emitir moeda sem lastro, garantida, exclusivamente, por títulos da dívida pública. Nessa fase, houve a fusão de dois Bancos, formando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB). A esta instituição foi concedida autorização para emitir moeda, impulsionando a emissão de papel-moeda não conversível. Os fazendeiros, aproveitando-se da forte circulação de dinheiro, passaram a especular com os valores disponibilizados por intermédio dos fáceis empréstimos concedidos pelos Bancos recém-criados, ou

pelos já existentes desde a monarquia. A forte movimentação financeira transformou-se em uma "bolha especulativa", cujas origens se deram nos últimos anos do império. Como já abordado, a crise ficou conhecida como "O encilhamento".

O resultado da crise foi o pedido de exoneração de Rui Barbosa, em janeiro de 1891. Assumiram a pasta, inicialmente, Tristão de Alencar Araripe e, posteriormente, o Barão de Lucena, político ligado à monarquia. A nomeação do Barão, em especial, agravou a crise política já instalada, levando à dissolução do Congresso e à renúncia do Marechal Deodoro.

O excesso de meios circulantes redundou na queda da taxa de câmbio, ocasionando a elevação do custo de vida da população menos abastada que consumia produtos importados considerados de primeira necessidade. Além da carestia ocasionada pela inflação, sofriam, ainda, com a baixa oferta de empregos causada pela forte imigração. Juntando-se aos eventos ocorridos na década de 1890, o governo aumentou os impostos sobre produtos importados, que passariam a ser cobrados em ouro.

A nova Constituição de 1891 instaurou, no Brasil, o sistema presidencialista, sendo o Marechal Deodoro reeleito, indiretamente, com seu vice, o também Marechal Floriano Peixoto. Curiosamente, Deodoro e Floriano não compartilhavam, exatamente, das mesmas ideologias, enquanto Deodoro tinha o apoio dos tarimbeiros, quase todos os veteranos da Guerra do Paraguai e que não haviam frequentado a escola militar, fato que os distanciava do positivismo.

Enquanto Floriano, também veterano, contava com o apoio dos Jacobinos, que eram militares mais novos oriundos da escola militar, defendia o progresso, baseado na ordem.

Comum aos dois grupos era a aversão ao liberalismo republicano, para eles a vertente liberal, representada em sua grande maioria por produtores rurais, tinham interesses obscuros, que na visão do exército poderia acarretar a fragmentação do país.

Após reeleito, o governo constitucional de Deodoro durou apenas nove meses, de 26 de fevereiro de 1891 a 23 de novem-

bro do mesmo ano, profundamente, marcado por crises políticas decorrentes do viés autoritário do Marechal, por sinal, com fortes características do próprio regime imperial, como o nepotismo e favoritismos indevidos. Quando o Congresso iniciou as tratativas de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, fato que, certamente, agravaria os problemas econômicos do governo, o então Presidente, decretou o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891, prometendo novas eleições e a revisão da Constituição vigente, a ideia central de Deodoro era fortalecer o Poder Executivo da União, e diminuir a autonomia dos estados. Na ocasião, prendeu opositores políticos e decretou o estado de sítio no país.

Aproveitando-se da crise e alegando o restabelecimento da ordem republicana, eclodiu na Baía de Guanabara, a primeira Revolta da Armada, tendo como líder o Almirante Custódio de Melo. O levante pôs em rota de colisão o Exército Republicano, e a Marinha do Brasil, com tendências monárquicas. Sem prestígio e enfraquecido, politicamente, o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo em favor do seu vice, Floriano Peixoto.

## **Governo de Floriano Vieira Peixoto**

Floriano assumiu o poder logo após a renúncia do seu antecessor, em 23 de novembro de 1891. Durante seu mandato, nomeou quatro Ministros da Fazenda na tentativa de estabilizar a economia. Floriano não pretendia conduzir o país com o protagonismo das forças econômicas dominantes, pensava em um Brasil mais estável, nacionalista e centralizado. Esta forma de governar conflitava-se com a República dos Fazendeiros, que desejavam um governo mais liberal e descentralizado.

Fato inusitado visto o conflito de ideias com Deodoro, foi o envio de forças federais aos estados governados por apoiadores do governo anterior, tendo como objetivo evitar o retorno do Marechal ao poder.

Aos moldes do governo de Deodoro da Fonseca, Floriano sofreu com os interesses oligárquicos, em especial, dos grupos

de São Paulo, que acabaram por provocar forte instabilidade política. Os anos de 1893 e 1894 foram marcados por diversos conflitos internos, dentre eles: conflitos regionais no Rio Grande do Sul e a segunda Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894. Foi neste clima de instabilidade que as finanças públicas se deterioraram rapidamente. Em 1894, Rodrigues Alves, durante seu curto período como Ministro da Fazenda, propôs retirar as emissões de moedas dos Bancos, passando esta possibilidade apenas para o Tesouro Nacional. A intenção era reduzir a circulação de moeda fiduciária, todavia, nas circunstâncias vividas pelo país, as medidas não possuíam nenhuma praticidade.

A possibilidade de diversos bancos emitirem moeda, aliada à necessidade de financiar o crescente déficit público, resultou em uma grande expansão da oferta monetária, provocando, aos moldes do governo anterior, pressões inflacionárias e instabilidade no câmbio. Rodrigues Alves se demitiu em 29 de agosto de 1891, sendo substituído por Serzedello Correia.

O substituto de Rodrigues Alves tentou controlar a situação financeira do país promovendo a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e o Banco do Brasil, formando o Banco da República do Brasil (PRB). Esperava-se, desta forma, melhorar a situação financeira dos grandes bancos brasileiros, e apoiar as novas empresas industriais criadas no período de euforia especulativa, principalmente, na importação de maquinário. Vale lembrar que, a corrente industrialista permaneceu viva, não apenas no governo provisório, mas se estendeu até o mandato de Campos Sales, que veremos mais adiante. Os industriais tinham como principal preocupação, a manutenção e a regulamentação dos impostos de importação que pudessem garantir proteção à indústria nacional.

Para as classes urbanas, Floriano baixou os preços da carne e de produtos básicos de consumo, além de reduzir os aluguéis e incentivar a construção de moradias populares, ações que deram ao Marechal grande prestígio no Rio de Janeiro. As medidas ficaram conhecidas pelo nome de Florianismo, o primeiro fenômeno político brasileiro.

As medidas acabaram por desagradar aos cafeicultores, que defendiam uma política voltada à exportação do seu principal produto. As políticas econômicas de Floriano Peixoto acabaram por fracassar, em virtude da deterioração das contas públicas e do clima de instabilidade política, trazendo profundas consequências às contas externas e ao comportamento do câmbio.

Em 15 de novembro de 1894, termina a República das Espadas, sendo eleito o primeiro Presidente civil do Brasil – Prudente de Moraes.

### **Governo de Prudente de Moraes**

Em 15 de novembro de 1894, assume o Poder o republicano histórico Prudente de Moraes, paulista, nascido em 4 de outubro de 1841, tornando-se, portanto, o terceiro Presidente e o primeiro governo civil da República, dando fim à República da Espada.

Nesse período, caracterizado pelo enfrentamento e pela progressiva superação da instabilidade política, um fato histórico a ser considerado, foi à derrota do jacobinismo militar, que representou uma das mais expressivas vitórias do seu governo. Entretanto, no plano econômico, esse governo enfrentou grandes dificuldades, como a Guerra Civil no Sul, que se estendeu até o segundo semestre de 1895, consumindo, nesse período elevados recursos do governo federal.

Sobre o jacobinismo militar: a permanência de Floriano Peixoto no poder era defendida por alguns setores, chamados de republicanos jacobinos. Provinham da classe média, do operariado, da juventude civil ou militar, do funcionalismo, dos positivistas e, principalmente, dos quadros do exército. Seus integrantes se concentravam no Rio de Janeiro e em São Paulo. Eram radicais e nacionalistas, quase xenófobos. Defendiam uma república forte em oposição ao liberalismo. Detectavam ameaças monarquistas nas agitações do período, estendendo sua atividade até o governo civil de Prudente de Moraes.

Cabe lembrar que, no governo de Prudente de Morais, eclodiu a primeira crise de superprodução do café, consequência do período de euforia associado à elevada lucratividade, gerada pela expansão creditícia dos primeiros anos da República e a desvalorização cambial, que compensou as variações do preço do café em libras. Observe que o encilhamento transpassou vários governos.

Em 1896, houve a insurgência do arraial de Canudos, no interior da Bahia, liderada pelo beato Antônio Conselheiro. Os habitantes de Canudos eram acusados de serem restauradores monarquistas, devido às pregações de Antônio Conselheiro contra as medidas republicanas que prescindiam da religiosidade, como, por exemplo, a instauração de um Estado laico, ocorrida nos primeiros anos da República.

Atrelada às questões de cunho religioso, o povoado de Canudos insurgia-se, sobretudo, contra as precárias condições de vida no Sertão nordestino, assolado pelos desmandos do coronelismo e ao aumento de impostos. Para liquidar as sublevações em Canudos, foram enviadas tropas militares locais e federais. O povoado resistiu, bravamente, após sangrentas batalhas, tomou março de 1897.

Em 15 de novembro de 1898, terminou o mandato presidencial de Prudente de Morais, assumindo Manuel Ferraz de Campos Sales.

## **Governo de Campos Sales**

O quarto Presidente da República, assumiu o governo em 15 de novembro de 1898 e estendeu-se até 1902. Seu mandato foi marcado pela austeridade fiscal. A política econômica do seu governo foi intermediada pelo Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, que promoveu o aumento de impostos, a redução de despesas com os serviços públicos e o controle dos salários do funcionalismo.

Característica importante do governo de Campos Sales foi à busca pelo apoio dos governadores dos estados.

A chamada política dos governadores, antes problemática, permitiu um Pacto Federativo que operou, no Brasil, com razoável eficiência durante, aproximadamente, 30 anos. Embora a ideia positivista de progresso tenha sido abandonada por uma política de sustentação de interesses regionais, a economia brasileira, bem diferente da economia do século XIX, mostrou-se muito mais dinâmica. No entanto, este dinamismo baseava-se na conjuntura internacional favorável e, em especial, na excepcionalidade do mercado internacional do café, que naquela ocasião permitia que as ousadas políticas de valorização do produto fossem bem-sucedidas. Importante, ainda, destacar que as tarifas de importação e os mecanismos cambiais incentivaram o crescimento industrial nas primeiras décadas do século XX.

A política dos governadores, instituída no governo Campos Sales (1898-1902), revisitou as contradições da Constituição de 1891, entre o federalismo e o presidencialismo, constituía-se em uma política excludente que trouxe a estabilidade entre as elites do país, em resumo, o governo federal daria apoio político e econômico aos estados e recebia na mesma moeda, na época, comandados pelas oligarquias cafeeiras e por tabela, ainda, ganhava o apoio dos coronéis nos municípios, reduzindo, assim, a força da oposição. A prática, como veremos, vai se perpetuar por toda a República Velha, dando origem ao coronelismo, voto de cabresto e fraudes eleitorais.

Joaquim Duarte Murtinho foi nomeado Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo Presidente Prudente de Moraes, e, no ano seguinte, foi o mais importante colaborador do presidente Campos Sales, agora, como Ministro da Fazenda (1898/1902).

O ano de 1898 marcou um momento de inflexão nos indicadores econômicos do país. Lembrando que dois anos antes, o governo já havia cassado os direitos de emissão dos Bancos, medida tomada por Rui Barbosa (papalista) e, extremamente, combatida por Joaquim Murtinho, que era um metalista convicto. No entanto, a instabilidade econômica não advinha exclusivamente, da quantidade de moedas em circulação, mas também de outros fatores, como a redução das receitas de exportações e

os elevados serviços da dívida externa. O déficit em conta corrente levou à contínua deterioração do câmbio.

Quanto à dívida externa, o novo Ministro da Fazenda deu uma nova dinâmica às negociações, cujo principal objetivo era a celebração de acordos com os credores. A solução parcial ocorreu, ainda, no ano de 1898, quando uma proposta de moratória chegou aos banqueiros londrinos, levando à assinatura do *Funding Loan* (junção de vários empréstimos em um único, com nova taxa de juros e prazo de pagamento).

É fato que, após a nomeação de Joaquim Murinho, todas as medidas papelistas foram deixadas de lado, inclusive, as de estímulo ao crescimento econômico por intermédio da ampliação do crédito (expansão da base monetária).

## **O primeiro ciclo da borracha**

Em 1839, Goodyear inventou o processo de vulcanização, que preservava a elasticidade da borracha e a tornava mais resistente. Em 1845, o escocês Robert Thomson inventou o pneu de borracha. No ano de 1867, o mesmo Thompson inventou o automóvel com rodas com borracha.

A extração e comercialização do látex para a produção da borracha ocupou lugar de destaque na história da economia nacional, na primeira década do século XX. Eram produzidas por ano, cerca de 35 mil toneladas. A extração ocorreu na região amazônica, entre 1879 e 1912, com novo surto entre os anos de 1942 e 1945, por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

O momento da borracha ficou conhecido como "Belle Époque Amazônica" que foi de 1890 a 1920, responsável pelo crescimento de cidades como Manaus, Porto Velho e Belém. Essas cidades receberam a influência europeia, e ali foram abertos museus, cinemas e implantados sistemas de água encanada e esgotos. O segundo, de 1942 a 1945, será abordado nos capítulos seguintes.

A Amazônia, no final do século XIX, respondia por 65% da produção de borracha no mundo.

No início do século XX, com o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo na Ásia, essa região passou a produzir mais do que todos os países sul-americanos. Em 1910, o preço da borracha entrou em declínio no Brasil, encerrando a euforia em 1915. A extração continuou, mas reduzida, ocasião em que os estados produtores foram entregues à própria sorte.

## **Governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves**

Foi o quinto Presidente da República, assumindo o mandato em 15 de novembro de 1902. Rodrigues Alves não foi um republicano histórico como seus antecessores civis, tendo atuado, inclusive, como Conselheiro do império durante os anos finais desse regime.

A candidatura de Rodrigues Alves à Presidência da República foi apoiada pelo Presidente antecessor, Campos Sales, que buscava um substituto que continuasse à política econômica de austeridade fiscal. O governo de Rodrigues Alves pretendia realizar a modernização do país, com a promoção de obras de saneamento, de reurbanização da capital federal, do incentivo à imigração e da fixação de estrangeiros no campo, bem como a expansão da malha ferroviária nacional.

Quanto à fixação de estrangeiros no campo, a iniciativa tinha por principal objetivo aperfeiçoar as técnicas de produção e substituir a mão de obra escrava, extinta em 1888. Especial atenção foi dada ao imigrante italiano que se dedicava à produção do café.

No final do governo de Rodrigues Alves, foi celebrado o acordo de Taubaté (1906), que envolveu os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos eles cafeicultores.

## **O acordo de Taubaté**

Durante o governo de Rodrigues Alves e Afonso Pena, que será estudado mais adiante, a grande preocupação ficou por conta do excesso de produção do nosso principal produto,

o café. Enquanto a produção cresceu 60%, a demanda evoluiu apenas 15%.

A estimativa da safra brasileira entre os anos de 1906 e 1907 girava em torno de 16 milhões de sacas, estimativa superada por uma safra de 20 milhões, representando, naquela ocasião, a maior colheita brasileira. O exterior já contava com um estoque de 10 milhões de sacas e o mercado competidor estimava sua produção em quatro milhões, somando-se, por fim, em uma oferta mundial de 30 milhões de sacas de café. A demanda de todos os consumidores não ultrapassaria os 16 milhões. Certamente, o preço do café, numa expectativa otimista, atingiria níveis inferiores aos dos anos de 1901 e 1902, fato que impactaria, gravemente, a renda da cafeicultura em moeda nacional, uma vez que a taxa de câmbio se mantinha elevada.

Foi nesse clima de intensa crise de superprodução, queda de preços e valorização cambial, que surgiram as primeiras proposições envolvendo a intervenção oficial do Estado. A ideia central era a valorização do principal produto nacional.

Os cafeicultores propuseram um acordo ao governo, intitulado de acordo de Taubaté, assinado em 1906, que estabelecia que o excedente fosse comprado pelo governo. Dentre as principais medidas, destacam-se:

1	O governo faria intervenções no mercado, comprando os excedentes, e propiciando, assim, o equilíbrio entre procura e oferta.
2	Em virtude da fragilidade das contas nacionais, o financiamento para essas compras e para a manutenção dos estoques seria realizado com empréstimos estrangeiros.
3	Uma Caixa de Conversão seria criada para estabilizar o câmbio em um nível aceitável; o empréstimo externo serviria de lastro à Caixa, que emitiria papel-moeda destinado à compra do café.
4	Um novo imposto seria cobrado sobre cada saca de café exportada para pagar o serviço da dívida externa resultante.
5	Para solucionar o problema em longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam adotar medidas para frear a expansão dos cafezais.

Mesmo contrariado, o Presidente aceitou o acordo no final do seu mandato. Alguns historiadores apontam a despreocupação pelo final do seu governo, como um fator que contribuiu para a celebração do feito. O problema do preço e a transferência do prejuízo ao governo ficaram para o governo de Afonso Pena.

## **Governo de Afonso Augusto Moreira Pena**

Afonso Pena governou o Brasil de 1906 a 1909, data do seu falecimento. Seu governo deu continuidade às políticas de Rodrigues Alves. Sua gestão incentivou o emprego de mão de obra estrangeira no campo. Dessa política, formaram-se colônias para a produção de trigo e vinho nos estados do Sul do país, e incentivou o emprego dos imigrantes japoneses na produção cafeeira no estado de São Paulo.

Apesar de o acordo de Taubaté ter sido assinado durante o governo de Rodrigues Alves, o ônus político recaiu sobre Afonso Pena, particularmente, quanto à forma de execução do acordo. O novo Presidente, cafeicultor mineiro, não teve outra opção que não fosse a de iniciar uma política de valorização do café. Historiadores dão conta que o preço do café, durante o governo de Afonso Pena, estava estabelecido ao preço de 45 francos-ouro (FO), por saca de 60 kg. Os cafeicultores queriam 55 francos-ouro, assim, o governo deveria arcar com a diferença de 10 FO.

Para viabilizar tal operação, o governo teria de contrair empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, apenas, no primeiro ano de execução da nova política do café. Este valor poderia ter sido utilizado para a industrialização do país.

Apesar de não ter nenhuma relação com a economia do país, faz-se necessário destacar, por ser um fato importante na historiografia nacional, que no governo de Afonso Pena foi instituído o serviço militar obrigatório e feita à reorganização do exército e da marinha.

Retornando ao campo econômico, Afonso Pena adotou medidas intervencionistas, abandonando seu viés liberal de-

monstrado durante o final do império e início da República Velha. Muitas foram as realizações do seu governo, destacando-se a construção de portos, usinas hidroelétricas e ampliação das redes ferroviárias e telegráficas. No social, realizou obras de saneamento e deu importância às organizações de saúde, aproximando-as dos modelos europeus. Durante seu governo conseguiu operacionalizar o acordo de Taubaté, como já explicado, que envolvia os estados de São Paulo, maior produtor, Minas Gerais e Rio de Janeiro, No entanto, em virtude da hegemonia de São Paulo na produção, muitas decisões do acordo acabaram por beneficiá-lo, o que obrigou o governo a tomar medidas de equalização, principalmente, quando da efetivação dos empréstimos que deveria ser contraído pelo governo federal. Tão logo se fez necessária uma participação maior da União na operação, mudanças tiveram que ser feitas, para que os interesses dos três estados envolvidos fossem contemplados.

Amparado pela necessidade de aval da União para que o volumoso empréstimo fosse contraído, Afonso Pena condicionou sua aprovação ao atendimento de interesses dos cafeicultores mineiros e fluminenses, que produziam, na ocasião, um café de qualidade inferior. Dentre as condições básicas e específicas podemos citar:

Inclusão dos tipos inferiores nas operações.

Inclusão de fiscais mineiros e fluminenses na comissão responsável pela classificação dos tipos de café.

Como medida política, a garantia do apoio dos paulistas à candidatura de Davi Campista à sucessão presidencial.

O aval veio em novembro de 1908, após as condições impostas serem atendidas, em que pesa a enorme resistência dos paulistas.

A estabilidade cambial e o equilíbrio das contas públicas foram viabilizados pelo funcionamento da Caixa de Conversão, bom ressaltar que a lei de conversibilidade não foi aprovada, conjuntamente, com o Convênio de Taubaté, em virtude da oposição de Rodrigues Alves ao controle do câmbio pelo Estado. No entanto, Afonso Pena concordava, plenamente, com o instituto, alegando condição indispensável ao equilíbrio das finanças públicas. Veja que o apoio atesta o viés de Pena a uma política mais ortodoxa e mais intervencionista. No seu governo, foi o criador do Ministério dos Negócios, Indústria e Comércio, que só funcionou após sua morte. Esse Ministério foi responsável pela proposta de diversificação da produção nacional e pelo impulsionamento da indústria nacional.

Afonso Pena faleceu em 14 de junho de 1909, em pleno exercício de suas funções, após uma forte pneumonia, substituído por Nilo Peçanha, seu vice.

### **Governo de Nilo Procópio Peçanha (curto)**

Nilo Peçanha foi o sétimo Presidente da República, assumindo o poder do país, após o falecimento de Afonso Pena. Foi o primeiro e único afrodescendente a ocupar o cargo até os dias atuais.

No curto espaço de tempo em que ocupou a Presidência, Nilo Peçanha deu continuidade às políticas econômicas do seu antecessor, prosseguiu com a ampliação da malha ferroviária do país, com a construção de estradas nas regiões, Nordeste, Sudeste e Sul. Estendeu as obras de saneamento da capital federal para a Baixada Fluminense, modificou parte do fornecimento de luz na cidade do Rio de Janeiro para o sistema elétrico e reformou os Correios e Telégrafos, expandindo ainda mais a rede telegráfica na região.

No cargo, prosseguiu com o programa de emissão de papel-moeda, aumentando impostos sobre as importações e captando mais recursos no estrangeiro.

Por fim, além da intensa disputa que existiu em seu governo, Nilo Peçanha teve grande importância ao criar o Ministé-

rio da Agricultura, Comércio e Indústria. Nessa mesma época, também, foram dados os passos iniciais para a criação e o desenvolvimento do ensino técnico-profissional no país.

Nilo Peçanha investiu, fortemente, na industrialização do país, o capital investido passou de 12,4% para 18,5%, elevando o número de empresas no Brasil para 3.424. Peçanha acreditava que o desenvolvimento econômico era a base para o exercício do regime republicano, considerando que as forças produtivas eram os propulsores da riqueza nacional.

Às vésperas da sucessão presidencial de 1910, a agitação política tomou conta do país, colocando em lados opostos as forças oligárquicas regionais, de um lado, São Paulo, apoiando Rui Barbosa, e do outro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que haviam optado por Hermes da Fonseca.

## **Governo do Marechal Hermes da Fonseca**

Em 15 de novembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca assumiu o comando do país como o oitavo Presidente da República, foi o primeiro militar eleito mediante um pleito nacional. Era sobrinho de Deodoro da Fonseca e representava, naquela ocasião, a volta dos militares ao poder. Assumiu após o surgimento no cenário político nacional, da aliança entre o Rio Grande do Sul e os militares, rompendo, assim, momentaneamente, a “política do café com leite”.

Durante seu governo, eclodiu a Revolta da Chibata, levante de marinheiros que se opunham ao regime de castigos físicos em vigor na marinha.

*Curiosidade: em 28 de julho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado em Sarajevo, principal cidade da Bósnia. Em represália, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia, dando início à Primeira Guerra Mundial.*

Um dos efeitos do primeiro conflito mundial, conhecido como a Guerra de Trincheiras, foi expor as fragilidades da economia brasileira, na época, ainda, extremamente, dependente das exportações de café. O assunto será estudado no governo de Venceslau Brás, uma vez que o Brasil só declarou guerra à Alemanha, em 26 de outubro de 1917.

Quando a guerra eclodiu, em 1914, o Brasil praticava uma economia predominantemente, agroexportadora e focada no café. Controlava nada menos que quatro quintos da oferta mundial, o efeito da guerra foi desastroso para a economia cafeeira.

Hermes, republicano convicto, continuou com a política de valorização do café, fato que distanciou seu governo da preocupação com a industrialização do país. Da mesma forma que seu antecessor, teve que recorrer a empréstimos internacionais. Hermes da Fonseca prosseguiu o programa de construção de ferrovias, incluindo a ferrovia Madeira-Mamoré e de escolas técnico-profissionais.

O novo governo trouxe consigo a primeira crise do poder oligárquico no Brasil. Na ocasião, os preços do café e da borraça, principais produtos de exportação, despencaram, como consequência de uma política ineficaz de proteção e do início da grande guerra. O foco do governo permaneceu em resolver as contínuas revoltas (Chibata e Contestado).

## **A política do café com leite**

Fase da nossa história originária da política dos governadores ficou conhecida como "a política do café com leite", sendo uma clara alusão às forças oligárquicas existentes na República Velha, representadas pelo poder dos cafeicultores de São Paulo e pela força dos produtores de leite, em Minas Gerais. O objetivo principal da política era que todos os presidentes fossem alternados entre paulistas e mineiros. Seus escolhidos contavam com o patrocínio financeiro do círculo que dominava a economia nacional. A política do café com leite mirava, ainda, a não interferência do governo federal nos interesses das oligarquias.

“Veja que pouco se mudou no Brasil desde o período republicano; porém, avanços *já* foram feitos, por exemplo, a reforma eleitoral de 2018, que proibiu a doação de recursos por parte de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais, instituindo, assim, o fundo eleitoral, que nada mais é que o financiamento das campanhas com recursos públicos. Em que pese às críticas, o novo sistema evita erros do passado, à medida que classes empresariais financiem seus candidatos em troca de favores futuros.”

A política do café com leite teve seu fim no governo de Washington Luís (1926-1930), quando, contrariando o acordo de alternância, o Presidente apoiou outro paulista, Júlio Prestes, para o mais alto cargo no Executivo no Brasil.

Que tal um resumo para consolidar:

<b>Presidentes</b>	<b>Mandatos</b>
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Floriano Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894
Prudente de Moraes	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914

É fato que as práticas políticas no Brasil sempre estiveram envolvidas em interesses econômicos, exemplo foi a estabelecida no governo de Marechal Hermes da Fonseca, chamada política do café com leite. Consequência dessa proximidade é a sobreposição de interesses econômicos sobre o social, deixando um rastro de pobreza e desigualdade.

## **Governo de Venceslau Brás**

Venceslau Brás Pereira Gomes foi um político brasileiro, nascido em Minas Gerais, filho de proprietário de terras. Ocupou o cargo de Presidente do Brasil, entre 15 de novembro de 1914 e 15 de novembro de 1918.

Venceslau esteve à frente da nação durante a Primeira Guerra Mundial, na qual o Brasil participou enviando grupos pequenos de militares ao Noroeste da África. Na ocasião, os países beligerantes direcionaram suas produções industriais e agropecuárias, para atender os custos da guerra, o que de fato impactou as importações brasileiras, comprometeu a produção do café, provocando a diversificação da produção nacional, em especial, da agricultura e da indústria. Entre 1914 e 1915, as vendas de café caíram em um terço em função do bloqueio naval estabelecido pela Grã-Bretanha para produtos de países como o Brasil, que permaneceram neutros até 1917.

No governo de Venceslau Brás, foi dada continuidade à política de valorização do café, inclusive, com a queima de parte da produção para manter o preço do produto nacional.

Por conta da diversificação, o Brasil passou a exportar outros itens como o carvão, carnes, algodão e cereais, além de desenvolver sua indústria bélica. O Brasil, como participante da força aliada, acabou por direcionar parte da sua produção interna ao mercado internacional, à época, mais lucrativo, fato que gerou greves gerais no país em virtude da carestia de alguns produtos, consequência natural da lei da oferta e da demanda.

## Sobre a lei da oferta e demanda

Um dos grandes objetivos da ciência econômica é compreender o comportamento dos agentes econômicos no mercado. Para tal, estuda as ações dos consumidores frente à procura por bens produzidos pelas firmas (empresários), estabelecendo a lei da oferta e da demanda.

A análise parte do pressuposto de que os preços dos bens crescem, ou se reduzem, à medida que a produção aumenta, ou diminui. No caso brasileiro não houve diminuição da produção, e, sim, o direcionamento da produção interna para o mercado internacional, fato que provocou a escassez de alguns bens no mercado nacional, o que, logicamente, provoca o aumento dos preços internamente. Podemos exemplificar:

*Caso produtos, como os alimentos e tecidos, sejam direcionados ao mercado externo, logicamente, a procura interna pelo bem ocasiona seu aumento natural de preço. Isso ocorre devido à constância da procura pelo bem dentro do país, veja o que acontece com o ouro e o diamante, difíceis de serem encontrados na natureza, daí seu preço elevado.*

Da análise do governo de Venceslau Brás, conclui-se que a lei da oferta e da demanda teve participação decisiva nas crises, à medida que a produção interna foi direcionada ao mercado internacional.

A Primeira Guerra Mundial impactou, diretamente, a importação de produtos para o Brasil. Diante deste novo cenário econômico, deu-se internamente a diversificação da produção nacional. As circunstâncias favoreceram as exportações de produtos primários brasileiros, por conta dos esforços das grandes potências mundiais, que almejam a vitória no conflito que o Brasil passou a exportar mais que importava fato que favoreceu o aumento de suas reservas e certo desenvolvimento da indús-

tria nacional, porém, tímido, devido à ausência de uma política voltada, exclusivamente, aos setores emergentes.

Consequência deste período da história econômica nacional, em 1917, tiveram a primeira grande greve dos operários e o início da formação de uma burguesia industrial, que ganhou mais força nos anos de 1920, e com forte protagonismo na revolução de 1930, que alça Getúlio Vargas ao poder, como veremos mais adiante.

Pela primeira vez fala-se em "substituição das importações", termo bastante utilizado no estudo da história econômica nacional, constituía-se, basicamente, em um esforço para que o Brasil produzisse, internamente, bens antes importados. Este esforço permeou a política econômica de vários governos, em especial, dos militares.

## **Governo de Delfim Moreira**

Delfim Moreira da Costa Ribeiro era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Exerceu na República, as funções de deputado estadual, federal e senador. Assumiu a presidência do país em um curto período, entre os anos de 1918 e 1919.

Fato curioso no período foi que Delfim Moreira não foi eleito Presidente do Brasil, e sim, vice-presidente de Rodrigues Alves que retornava ao maior cargo do Executivo, mas devido à gripe espanhola, faleceu em 16 de janeiro de 1919, assumindo, provisoriamente, Delfim Moreira, uma vez que, a Constituição de 1891 previa que, "caso o cargo se tornasse vago, antes dos dois anos de mandato, novas eleições deveriam ser convocadas".

Delfim Moreira, também, não gozava de plena saúde, recorreu então ao seu Ministro de Viação e Obras Públicas, Afrânio de Melo Franco, para conduzir os principais assuntos do país. Durante seu breve governo foram tomadas medidas para corrigir o déficit orçamentário, consequência da Primeira Guerra Mundial. No seu mandato, mesmo que breve, foram realizadas novas emissões de títulos da dívida e tentativas de redução dos gastos públicos. No entanto, a carestia continuava

pelas mesmas razões existentes no governo de Venceslau Brás. As greves emergentes estiveram presentes durante todo o seu mandato.

## **Governo de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa**

Epitácio Pessoa foi o décimo primeiro Presidente do Brasil, eleito em 13 de abril de 1919, tomando posse em 28 de julho do mesmo ano, governou o país até 1922. Seu governo foi permeado por crises políticas, visto que desde 1917, cresciam em número e intensidade as greves operárias.

Na sua primeira mensagem ao Congresso, Epitácio já demonstrava sua preocupação com a inflação, custo de vida, déficits financeiros e empréstimos externos. O curioso é que Epitácio Pessoa foi eleito com fortes promessas de dias melhores para o Brasil, em especial, pelo final da Primeira Grande Guerra, acabou por enfrentar ao final do seu mandato (1922), uma enorme crise fiscal, no café e altas taxas de inflação.

Lembre-mos que a grande guerra acabou em 1918, ocasião em que a safra de café no estado de São Paulo foi arrasada por uma forte geada. Unindo-se aos fatores climáticos, a Europa, após a desmobilização das tropas, passou a demandar uma quantidade maior do produto, fatores que elevaram o preço do café a patamares jamais vistos. Os exportadores comemoravam, mas, internamente, o povo sofria com a carestia do produto.

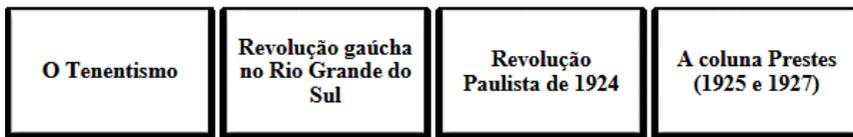
## **Governo de Artur da Silva Bernardes**

Advogado e político, Artur Bernardo foi o décimo segundo Presidente do Brasil durante a República Velha. Governou o país de 1922 a 1926, antes de ser eleito Presidente da República, governou Minas Gerais até 1922.

O período foi marcado por enormes controvérsias políticas, surgiram movimentos e grupos que contestavam a política oligárquica do café com leite, anunciando o fim de esse poder político. Artur Bernardes agiu de forma autoritária para reprimir tais revoltas, inclusive, foi o primeiro a realizar reformas na

constituição de 1891, alterando trechos que tratavam do estado de sítio instalado em boa parte do seu governo.

### **Movimentos surgidos no período:**



No campo econômico, o governo de Artur Bernardes foi marcado pelo desequilíbrio nas contas públicas federais, fato combatido com aumento de impostos e redução das despesas públicas. O Brasil, cada vez mais, dependia de empréstimos internacionais para financiar a política de valorização do café e a construção de armazéns para a constituição de estoques reguladores. Na mesma linha do governo de Venceslau Brás, foi incentivada a diversificação da produção interna e da indústria extrativista, em especial, do ferro e do carvão mineral.

### **Governo de Washington Luís Pereira de Sousa**

Washington Luís foi o décimo terceiro Presidente do Brasil e o último na República Velha, iniciou seu governo em 15 de novembro de 1926, e entregou o poder em 24 de outubro de 1930. Assumiu o país com um crescente endividamento interno, externo e retração das exportações, consequência da crise de 1929, que será objeto de estudo nos próximos capítulos.

Seu governo foi assolado pela crise da bolsa de Nova Iorque, em 1929, que de forma indireta atingiu a economia brasileira, em especial, os produtores de café, que naquela ocasião exigiram mais uma vez a desvalorização da moeda nacional. A proposta não foi aceita, findando-se, assim, depois de duas décadas, o acordo de Taubaté, celebrado no governo de Rodrigues Alves.

Vamos falar um pouco sobre a desvalorização da nossa moeda, que foi uma demanda dos cafeicultores ao longo dos go-

vernos da República Velha. É importante entender que, à época, a exportação do café era paga em moeda estrangeira, enquanto a produção interna era paga com capital nacional, incluindo salários e parte dos insumos. Essa prática colocava em destaque a taxa de câmbio, pois a desvalorização da nossa moeda tinha o objetivo de financiar a produção interna a custos mais baixos e garantir ganhos indiretos com a desvalorização cambial.

No campo político, para a sucessão presidencial, Washington Luís apoiou a candidatura do paulista Júlio Prestes, deixando descontente a oligarquia mineira que almejava a Presidência da República em oposição a Aliança Liberal, que naquela ocasião havia lançado a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa como seu vice.

## **A crise política de 1930**

Em 1º de março de 1930, ocorreram às eleições para a presidência do país, sagrando-se vencedor Júlio Prestes. Porém, a Aliança Liberal considerou as eleições como fraudulentas, gerando uma enorme crise política na nação.

O estopim para a crise foi o assassinato de João Pessoa, então, candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Diga-se de passagem, a morte de Pessoa não teve nenhuma relação com sua candidatura, foi fruto, exclusivamente, de desavenças pessoais e regionais na Paraíba. Mesmo assim, o assassinato foi atribuído a questões relacionadas ao pleito de 1930, e em 24 de outubro do mesmo ano, Washington Luís foi deposto, assumindo a presidência uma junta militar provisória.

No curto período em que a junta militar esteve à frente do país, foram instaladas outras nos estados da nação. Elas permaneceram por apenas dez dias no poder, transferindo o comando do país, em 3 de novembro de 1930, a Getúlio Vargas.

Vamos para mais um resumo:

<b>Presidentes</b>	<b>Mandatos</b>
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Florianô Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894
Prudente de Morais	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914
Venceslau Brás	15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918
Delfim Moreira	15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919
Epitácio Pessoa	28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922
Artur Bernardes	15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926
Washington Luís	15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930

# Capítulo XV

## GOVERNO PROVISÓRIO E CONSTITUCIONAL DE VARGAS (1930-1937)

### Governo de Getúlio Dornelles Vargas

O fim da República Velha e o surgimento do Estado Novo.

Assumiu o governo, provisoriamente, em 3 de novembro de 1930, após tumultuada disputa política, recebendo o governo de uma junta militar.

Vamos recapitular, nas eleições de março de 1930, sagrou-se vencedor o candidato Júlio Prestes, porém, alguns setores mais radicais da Aliança Liberal alegaram fraude nas eleições, organizando, assim, um levante que ficou conhecido como a Revolução de 1930. O estopim, que serviu como pretexto, foi o assassinato de João Pessoa na Paraíba. O governo de Vargas iniciou-se com medidas de centralização do poder.

Podemos dividir o governo de Getúlio Vargas em três grandes momentos:

Governo provisório de 1930 a 1934.

Governo Constitucional de 1934 a 1937.

Estado Novo de 1937 a 1945.

## Governo Provisório

A centralização foi a marca principal do governo provisório, em especial pela eliminação dos órgãos Legislativos (federal, estadual e municipal). Nesta fase também ficou evidente a forte participação de militares no governo, em especial, dos Tenentes, que foram enviados aos estados visando anular a ação política dos antigos coronéis. As ações do governo provisório resultaram em um ambiente de disputa entre os militares interventores e a velha oligarquia. Acontece que, após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, o Brasil passou por um período de instabilidade política. Em 1932, houve a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, onde as elites paulistas se revoltaram contra o governo de Vargas, em parte devido a descontentamentos com sua liderança e a forte centralização de poder.

Apesar de ter derrotado as forças oposicionistas, Getúlio Vargas buscou legitimar seu governo por meio de uma Assembleia Constituinte e de eleições diretas. No entanto, durante o processo eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1933, o desgaste político e os conflitos em São Paulo, levaram a mudanças significativas na composição do poder:

**Perda de espaço militar:** o governo de Vargas era, inicialmente, apoiado por setores militares. No entanto, devido aos conflitos e desgastes políticos, as principais figuras militares perderam espaço político, enfraquecendo a presença militar no governo.

**Eleições para a Constituinte:** as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte ocorreram em maio de 1933. Vargas adotou uma postura conciliadora e permitiu a participação de várias correntes políticas, incluindo partidos de oposição, no processo eleitoral.

**Promulgação da Constituição de 1934:** a Assembleia Constituinte elaborou e promulgou a Constituição de 1934. Esta Constituição estabeleceu princípios democráticos, como a separação dos poderes e a garantia de direitos civis e sociais. Também estabeleceu eleições diretas para Presidente do Brasil.

Porém, a estabilidade política alcançada com a Constituição de 1934 foi efêmera. Em 1937, Getúlio Vargas deu um golpe de estado, dissolvendo o Congresso e instaurando o Estado Novo, um regime autoritário que durou até 1945. Parte superior do formulário

A Constituição de 1934 deu maiores poderes ao Executivo, adotou medidas democráticas e criou as bases da legislação trabalhista. Além disso, sancionou o voto secreto e o voto feminino. Por meio dessa resolução e o apoio da maioria do Congresso, Vargas garantiu mais um mandato.

## **Governo Constitucional**

No segundo mandato de Getúlio, chamado de Constitucional, existia duas divisões políticas bem aparentes: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Naquela ocasião, a ANL, valendo-se do seu ideal revolucionário e influenciado pelo comunismo soviético, tentou o golpe no país. Em 1935, ocorreram em alguns estados revoltas no interior de algumas instituições militares. O movimento ficou conhecido com a Intentona Comunista, fracassou devido à falta de coordenação com outros estados. O governo controlou, facilmente, o movimento.

Getúlio Vargas, que já possuía um viés centralizador, aproveitou a revolta para declarar estado de sítio, perseguiu seus oponentes e debelou em definitivo o movimento comunista. Ainda no mesmo contexto, Getúlio anulou as eleições de 1937, e dissolveu o Poder Legislativo, dando início ao Estado Novo.

"Estado Novo - em 1937, alegando a existência de um pretenso plano para instalar o comunismo no Brasil, Getúlio fechou o Congresso Nacional, marcando o início do ESTADO NOVO, que se estendeu até 1945."

## **Economia no Estado Novo (governo Vargas)**

A industrialização do país foi destaque neste período, sob uma forte intervenção do Estado, foi dado início a um processo

de substituição das importações. Alguns historiadores atribuem a forte concentração do poder estatal como a grande mola da industrialização no país, proporcionada pela centralização das decisões econômicas e políticas. Não se pode negar que o crescimento vertiginoso na industrialização dos países que estiveram engajados, diretamente, na Segunda Grande Guerra, foi um fardo para o governo brasileiro. Lembrando que, a Segunda Guerra Mundial ocorreu entre os anos de 1939 e 1945.

A administração de Getúlio caracterizou-se pela criação de alguns institutos, dentre eles, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto do Café, o Conselho Nacional do Petróleo, o Instituto do Açúcar e do Alcool e uma Comissão de Planejamento Econômico, o que certamente facilitou o desenvolvimento do país.

Naquela ocasião, o país não necessitava apenas de indústrias, mas de uma estratégia política que permitisse seu crescimento, dessa forma, o Estado Novo investiu grandes somas de recursos em empresas estatais, em especial, na indústria da siderurgia, como a Companhia de Siderurgia Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica de Motores.

## **A ruptura com o fluxo circular do café**

Um importante fato ocorrido no governo de Getúlio Vargas foi a ruptura com as práticas econômicas da política de protecionismo do café. É notório que a produção cafeeira, principal produto de exportação nacional, enfrentou diversas crises nos anos de 1920, o que obrigou os governos anteriores a priorizarem as políticas de proteção desse importante ramo da nossa economia. No entanto, Vargas e sua equipe econômica resolveram romper com a fase de empréstimos externos, que tinham como objetivo financiar o excedente e, conseqüentemente, blindar este produto nacional. Quando foram retiradas as medidas protetivas, rompeu-se com o fluxo circular do café, direcionando o país para um processo de desenvolvimento industrial.

É fácil entender os objetivos da ação do governo - sem o financiamento da produção, parte da renda dos cafeicultores e

da burguesia nacional seria direcionada para a industrialização do país. Além dessa decisão, o governo taxou a criação de novos plantios em São Paulo, reduzindo em longo prazo, as disparidades entre a produção e o consumo.

A desnecessidade de empréstimos externos alinhava-se com a política de austeridade fiscal, que foi marca do governo federal nesse período. A existência deste projeto, que passou a buscar o desenvolvimento do país, abandonando uma base agroexportadora, deu início à fase de industrialização e diversificação da produção, diminuindo o poder da indústria cafeeira.

## **A edificação de um Estado inovador**

Antes de falarmos sobre o surgimento de um Estado inovador, é fundamental que conheçamos as teorias de Schumpeter.

Joseph Alois Schumpeter, um economista e cientista político austríaco, que lecionou em Harvard de 1932 a 1950, ano da sua morte. Schumpeter inovou na ciência econômica ao caracterizar o processo de produção como a confluência entre partes materiais e imateriais. As primeiras, já conhecidas, seriam: a terra, o capital e o trabalho. A segunda estaria atrelada a fatores socioculturais, incluindo fatos técnicos e fatos de organização social, significando que a sinergia institucional de um país deveria ser considerada na alocação e distribuição dos recursos.

O pensamento inovador de Schumpeter procurou definir a figura do empresário, como aquele que inova no processo produtivo, é ele que rompe as barreiras psicológicas que o impedem de realizar coisas novas, é o indivíduo que possui a coragem para correr riscos e empreender. Porém, ao mesmo tempo, em que enaltecia a figura do empresário, 'a teoria Schumpeteriana pregava que, apenas a criatividade e a inovação dos abnegados não eram suficientes para o desenvolvimento de um país, havia, portanto, a necessidade de firmar a participação estatal, em especial, na coordenação das instituições nacionais'.

Os novos conceitos de desenvolvimento propostos evitariam surpresas, ante um sistema marcado pela eventualidade

e pelo acaso, até então, existente no Brasil. A ideia central era tratar os problemas econômicos como endógenos ao sistema e um conjunto de instituições agindo de forma coordenada, direcionaria o país ao crescimento econômico.

O alinhamento do governo Vargas com os pensamentos de Schumpeter, que pregava ainda, a diversificação da produção como um dos condicionantes para o desenvolvimento econômico de um país, propondo a transferência da figura central do empresário inovador para um conjunto de instituições impessoais, integradas e capazes de sustentar um sistema capitalista, deu novo impulso à economia brasileira.

As instituições e órgãos governamentais criados tornaram-se fundamentais, transformando, assim, o desenvolvimento nacional em uma rotina, impedindo oscilações baseadas no fluxo de renda. Cabe lembrar que, nos anos de 1930, o Brasil era incipiente no quesito aptidão empresarial, em particular, quanto à capacidade de realizar empreendimentos de grande vulto, assim, o Estado construiu um conjunto de órgãos e instituição de fomento, inclusive, financeiras e industriais, com objetivo de dar suporte ao desenvolvimento nacional sustentável e dinâmico. Tais acontecimentos deram um novo rumo à economia nacional.

"Neste momento, podemos elevar a um plano discursivo a grande questão moderna sobre a presença do Estado empresarial na economia do país. Atualmente, inúmeras vertentes discutem o tema, em especial, àquelas que defendem a saída permanente do Estado da dinâmica econômica (neoliberalismo)".

Nessa fase, o governo de Vargas passou a investir, fortemente, na modernização da economia, seja por intermédio da revisão das leis que regiam as relações sociais e econômicas, como pela criação de novos órgãos que tinham por objetivo planejar e concretizar as políticas públicas de planejamento da produção e distribuição.

Veja que estas instituições, pelo menos de início, deram o necessário impulso industrial e social no país.

“Importante, ainda, é destacar que no governo Vargas houve a dissociação da figura do governante, que trazia para si a autoria das ações que caracterizavam o desenvolvimento nacional. Ou seja, a partir do novo Estado, não era o Presidente, e sim, as instituições criadas que garantiam um país diferente.”

Foi a gênese do atual princípio constitucional da impessoalidade (CF/88), que o governo Vargas pensou um país separado das questões políticas e partidárias, livre das decisões regionais impensadas e baseadas em interesses obscuros, apesar do caráter autoritário e populista do governo.

Na última fase do governo Vargas, inúmeras foram as instituições criadas, podemos destacar: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Conselho Federal de Comércio Exterior; e Conselho Técnico de Economia e Finanças, dentre outros. Além dos citados, foram criadas empresas e órgãos de pesquisa, como o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, a Estação Experimental de Combustível e Minérios, o Instituto de Química, o Instituto Biológico Federal, o Laboratório Central e Indústria Mineral.

Mais tarde, o Instituto Nacional do Sal, em 1940, Conselho Nacional do Petróleo (1938), Fábrica Nacional de Motores (1940), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943) e do Conselho Nacional de Política Industrial (1944) e por fim, a Comissão de Planejamento Econômico (1944).

A ideia central de Vargas era colocar o país na direção do dinamismo Shumpeteriano, consolidando, assim, o capitalismo nacional.

Apesar de o governo Vargas ter dado novo rumo ao projeto econômico do país, principalmente, na coordenação das instituições criadas, o regime político a partir da Revolução de 30,

ainda vigente, não possuía fundações sólidas para construir as bases de sustentação em longo prazo, fato que obrigou Vargas a ceder a certos grupos políticos.

O Estado Novo se encerrou por conta de uma intervenção promovida pelos militares, em outubro de 1945. A perda de sustentação de Vargas no poder, fez com que o Ministro da Guerra, Góis Monteiro, desse um ultimato a Vargas exigindo sua renúncia. Ele aceitou renunciar e foi deposto em 29 de outubro de 1945. José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu a presidência interinamente.

Getúlio Vargas voltará ao poder no período conhecido por Quarta República, de 1946 a 1964.

# Capítulo XVI

## O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DURANTE A QUARTA REPÚBLICA

Antes de estudarmos os governos da chamada Quarta República, é por dever que nos debrucemos sobre uma política que transpassou vários governos, a chamada política de substituição das importações, que se tratava de uma tentativa de libertar o país das amarras internacionais.

A substituição das importações tinha como objetivo principal, diminuir a dependência brasileira de produtos importados, evitando, assim, crises provocadas por oscilações de mercado internacional e, obviamente, a promoção do desenvolvimento nacional.

Resumo da fase republicana no Brasil:

<b>Presidentes</b>	<b>Mandatos</b>
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Floriano Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894
Prudente de Morais	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914
Venceslau Brás	15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918
Delfim Moreira	15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919
Epitácio Pessoa	28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922
Artur Bernardes	15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926
Washington Luís	15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930

<b>Presidentes</b>	<b>Mandatos</b>
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930 a 10 de novembro de 1937
Getúlio Vargas	10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945

No período pós-guerra, o Brasil foi um grande exemplo de desenvolvimento econômico, interrompendo-se, somente, na década de 1980. Neste período, o país apresentou taxas de crescimento superiores a 7% ao ano. A etapa marcou a transformação de uma economia agrário-exportadora em uma economia industrial.

Essa fase, conhecida como um período de substituição de importações é objeto de estudo minucioso no curso de economia. Trata-se de um processo de grande relevância, que esteve presente na política econômica dos governos vindouros.

Podemos dividir este período da história econômica do Brasil em sete grandes subperíodos, que serão abordados nos capítulos seguintes, vejamos:

1	O Processo de Substituição de Importações (PSI) - 1930/1961.
2	A crise do PSI e as reformas institucionais no PAEG - 1962/1967.
3	O crescimento com endividamento externo.
4	Milagre econômico - 1968-1973.
5	II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1974-1979.
6	A crise da década de oitenta: o processo de ajuste externo.
7	As políticas de combate à inflação da Nova República.

Com base nessa proposta de estudo, destacaremos os principais modelos de desenvolvimento, bem como as mudanças institucionais e ciclos econômicos.

É fato que até na República Velha, a economia brasileira era inteiramente dependente das exportações, em especial, do nosso principal produto agrícola - o café - plantado na Região Sudeste do país. Dessa dinâmica econômica, resultava que o bom desempenho da nossa economia estava totalmente dependente do mercado internacional (veja que a situação não era controlada pelo Brasil, apesar de ser naquela ocasião o maior produtor mundial). Naquele momento, algumas companhias

atacadistas especulavam com os grandes estoques. As oscilações eram constantes e a desova da produção ficava à mercê do mercado internacional. Quando países como os EUA e a Inglaterra eram afligidos por crises, a demanda internacional se retraía, provocando crises sazonais na economia brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, a economia brasileira ingressou em uma fase difícil, a produção de café ultrapassou a demanda mundial, obrigando o governo a intervir no mercado, estocando e queimando o produto. O humor do mercado e a superprodução de café foram os principais motivos de crises sucessivas.

A conjugação dos dois fatores, a superprodução e as crises que assolaram o mundo nos anos de 1929/1930, fizeram com que o preço do café despencasse, forçando o governo a intervir fortemente no mercado, comprando e queimando o café, assim como, desvalorizando o câmbio na tentativa de proteger o setor cafeeiro na tentativa de equilibrar os indicadores econômicos do país, como renda, emprego e demanda. No entanto, a situação da economia brasileira, dependente de um único produto agrícola, tornou-se insustentável.

Esses eventos econômicos ocorridos na década de 1930 provocaram a ruptura no modelo de desenvolvimento nacional, abandonando de forma gradual o modelo agrário-exportador e incrementando a industrialização como uma das formas de evitar as oscilações externas e o subdesenvolvimento.

No entanto, o novo projeto envolvia enormes esforços, principalmente, no direcionamento de recursos para a atividade industrial. Aspectos políticos também estavam envolvidos, uma vez que o rompimento em definitivo com o Estado oligárquico e a centralização do poder na mão do governo federal deveria ser alcançado a qualquer preço. Esse foi o papel desempenhado pela Revolução de 1930.

Foi por intermédio dela que ocorreu o fortalecimento do Estado nacional e a ascensão de novas classes econômicas ao poder, permitindo colocar o país na direção da industrialização.

Essa fase da história econômica brasileira exigiu o chamado Processo de Substituição das Importações (PSI). Ressaltando que, o processo de industrialização do país deveria ocorrer com o objetivo prioritário de atender ao mercado interno.

Podemos destacar algumas características desta fase histórica:

---

A redução das exportações com a manutenção da demanda interna, ou seja, as importações continuavam a acontecer.

---

**PSI** Desvalorização do câmbio, aumentando-se a competitividade, mas encarecendo as importações.

---

Incentivo aos setores que substituíam importações.

---

Veja que a ideia central era retirar o Brasil da dependência econômica das exportações, os principais bens incentivados e produzidos foram:

---

**Bens de consumo leve**

---

**Bens de consumo duráveis**

---

**Bens intermediários**

---

**Bens de capital**

Perceba que o PSI se caracterizou pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários.

## **Principais dificuldades enfrentadas na implantação do PSI**

Durante três décadas, esse modelo passou por transformações nas mãos das autoridades estabelecidas. É inquestionável o impacto substancial que o mesmo teve na economia brasileira, trazendo industrialização e urbanização. No entanto, não foi uma jornada fácil. Enfrentaram-se obstáculos e dificuldades ao implementar o PSI no Brasil. Vamos conhecer as principais barreiras que surgiram nesse caminho.

## Desequilíbrio externo

A tendência ao desequilíbrio externo ancorava-se, em especial, na indústria sem competitividade, devido ao protecionismo histórico, caracterizado pelo atendimento exclusivo ao mercado interno, sem grandes ambições de alçar-se ao comércio internacional, elevada demanda por importações devido ao investimento industrial e ao aumento de renda, e por fim, o PSI, colocado como um projeto nacional, só se tornava viável com o capital estrangeiro, quer na forma de dívida externa, quer na forma de investimento direto para eliminar o chamado "hiato de divisas".

*"Sobre o conceito de hiato de divisas, representa que o país está gastando mais divisas (moeda estrangeira) do que está recebendo. Isso pode resultar em pressões sobre a taxa de câmbio e nas reservas internacionais".*

## Forte participação do Estado

O programa de substituição de importações demandou uma participação estatal intensa, sobretudo, na coordenação do desenvolvimento. A ele foi atribuída uma série de tarefas, que desempenharam um papel fundamental nesse processo. Pode-se citar:

A adequação das instituições a nova realidade, em especial, em assuntos relacionados às leis trabalhistas e ao fluxo dos recursos do setor agroexportador para a indústria.

Foram criadas agências estatais e uma burocracia para gerir o processo.

Foi dada atenção especial às áreas de transporte de energia.

Criação das estatais, em auxílio ao setor privado, dado o alto valor dos investimentos.

Importante é destacar, que esta participação estatal, diga-se de passagem, necessária, gerou um forte déficit público, em virtude da ausência de fontes de financiamento.

## O PSI e a concentração de renda

O processo de substituição de importação concentrou a renda do país, por alguns motivos:

Uso de técnicas intensivas na indústria, o que não permitiu a assimilação de grande parte da mão de obra.

Êxodo rural, em virtude da redução de investimentos na agricultura.

Esses dois processos deram origem a uma avalanche de mão de obra, ou seja, uma verdadeira enxurrada vinda dos setores agroexportadores. Porém, esses trabalhadores não estavam, devidamente, capacitados para atuar nas novas fábricas. Essa situação acabava forçando uma queda nos salários e, conseqüentemente, diminuindo a renda das famílias.

## A escassez de fontes de financiamento

A ausência de poupança interna foi um grande empecilho ao desenvolvimento da indústria nacional, na época, estava em vigor a Lei da Usura que desestimulava a poupança interna; instituições como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sofriam com as restrições, obviamente, por conta dessa dinâmica, o setor agrícola já havia sido muito penalizado e a redução da renda das famílias não permitia uma reforma tributária eficiente que permitisse o financiamento (arrecadação de impostos) da atividade industrial, principalmente, das estatais. Lembrando que grande parte da arrecadação estava baseada nas atividades com o comércio exterior, dificultando a ampliação da base tributária.

# Capítulo XVII

## GOVERNOS DEMOCRÁTICOS - A QUARTA REPÚBLICA

### O governo provisório de José Linhares

Após a deposição de Getúlio Vargas, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, nascido em Guaramiranga, estado do Ceará, assumiu, temporariamente, o poder com a aprovação das Forças Armadas. Governou o país de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946. Lembre-se, não havia vice-presidente no período do Estado Novo. Linhares convocou eleições, uma das mais livres até então. No campo econômico, apesar do pouco tempo no cargo, ele criou o Fundo Rodoviário Nacional, que financiava os estados na construção de rodovias. Na esfera política, o governo de Linhares caracterizou-se pelo fortalecimento do Poder Judiciário e pela nomeação de familiares para cargos públicos. Um fato curioso foi o surgimento da frase "Linhares tem milhares", uma forma depreciativa e crítica das práticas de nepotismo comuns em sua gestão.

Em dezembro de 1945, foram realizadas eleições para presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. José Linhares permaneceu no cargo até a posse do Presidente eleito Eurico Gaspar Dutra.

É inegável que ao longo da década de 1930, até meados de 1950, a economia brasileira passou por significativas transformações, em especial na migração de uma economia centrada na agricultura de exportação, para um intrincado sistema de produção interna baseado no desenvolvimento industrial destinado ao atendimento das demandas internas, principalmente, o urbano. Inegável, ainda, é afirmar que essa transição ocorreu de forma rápida, porém, carregada de imper-

feições. Foi nesse contexto, ou melhor, na fase final dessa transformação, que assumiu o poder Eurico Gaspar Dutra.

### ***Constituição de 1946 (República de 1946)***

*Essa Constituição, datada de 18 de setembro de 1946, retomou a linha democrática de 1934 e foi promulgada de forma legal, após as deliberações do Congresso recém-eleito, que assumiu as tarefas de Assembleia Nacional Constituinte.*

*Entre as medidas adotadas, está o restabelecimento dos direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte. A Carta também devolveu a independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário e restabeleceu o equilíbrio entre esses poderes, além de dar autonomia a estados e municípios. Outra medida foi a instituição de eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos.*

*As demais normas estabelecidas por essa Constituição foram: incorporação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de Recursos ao Poder Judiciário; pluralidade partidária; direito de greve e livre associação sindical; e condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social, possibilitando a desapropriação por interesse social.*

*Fonte: Agência Senado*

## **Governo de Eurico Gaspar Dutra**

Dutra governou o Brasil de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951, eleito como o 16º Presidente do Brasil.

Importante aqui destacar, que nos anos finais da década de 1940, o Brasil vivia a fase da recente democratização, com a promulgação de uma Constituição liberal. Cabia, portanto, ao novo Presidente criar e recriar instituições vocacionadas à vida democrática.

No ambiente internacional, ainda com fortes reflexos da Segunda Grande Guerra, que terminara há poucos meses, emergia como a maior potência mundial os Estados Unidos da



América (EUA), enquanto as economias europeias e japonesas saíam destruídas do conflito.

O fato de Dutra ter sido antecedido pelo governo centralizador de Getúlio Vargas teve seus efeitos positivos, sobre, especialmente, à possibilidade de se desenvolver políticas econômicas, uma vez que Getúlio havia rompido com as velhas oligarquias agrárias. Foi por conta dessa ruptura que o poder público tomou para si a tarefa de acelerar e aprofundar as mudanças no sistema econômico. Assim, estabeleceu-se uma relação mais estreita entre o Estado e a iniciativa privada, que acabou por nortear o desenvolvimento econômico brasileiro no período. Lembre-se do alinhamento do governo Vargas com os pensamentos Schumpeterianos estudados nos capítulos anteriores.

Dutra inicia seu governo propondo um rompimento com o passado recente do país, entendia que o fim da ditadura e da Segunda Guerra Mundial, abria espaço para a normalização e desenvolvimento de políticas econômicas sem uma forte presença do Estado.

Procurou equilibrar as finanças públicas, propondo uma menor emissão de moeda, não descurando, porém, de emití-las caso fosse necessário para atender o sistema produtivo. As medidas iniciais e liberais geraram forte otimismo nos mercados, tanto internamente como externamente.

É de se anotar que, ao final da Segunda Grande Guerra, o Brasil esperou um fluxo maior de capital proveniente dos Estados Unidos, o que não ocorreu, uma vez que os EUA se voltaram à reconstrução da Europa e Japão (Plano Marshall).

O certo é que as gordas reservas internacionais brasileiras no pós-guerra eram constituídas por apenas 12% de moeda conversível (Dólar), que em menos de um ano do governo do General Dutra foram gastas, exigindo dos formuladores de políticas econômicas a procura por soluções que viabilizassem o desenvolvimento do país, principalmente, com medidas de restrições as importações.

“Moeda conversível é aquela que é aceita dentro e fora do país, seja por intermédio da própria circulação interna ou a troca por ouro, ou outros bens de valor”.

Destaca-se que há controvérsia entre os economistas, quanto ao fato da crise cambial surgida no governo Dutra, ter sido provocada pela malversação dessas reservas ou, simplesmente, por elas serem de má qualidade, ou mesmo insuficientes para o reaparelhamento da economia.

Foi em torno da política cambial que se deram os principais embates nos primeiros meses do novo governo, de um lado os que defendiam a estabilidade cambial para importar produtos supérfluos, e do outro os industriais que necessitavam da moeda conversível para manter o desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente, pela importação de máquinas e equipamentos. Prevaleram os interesses do segundo grupo.

No plano interno, o governo preocupou-se com o combate à inflação por meio do controle dos gastos públicos e da redução da presença do Estado nas atividades econômicas (política fiscal e monetária restritiva). A redução na emissão de moeda retirou o excesso de dinheiro em circulação, fato que, aliado à queda do nível geral de preços, resultou para o sistema econômico o efeito colateral de diminuição no seu ritmo de crescimento.

## **O segundo governo Vargas (1951-1954)**

Vargas foi eleito pelas vias democráticas nas eleições de 1950, comandou novamente o país entre os anos de 1951 e 1954, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que ajudou a fundar.

Vargas foi eleito após um alinhamento com os governos estaduais. Seu governo ficou marcado por fortes tensões políticas que acabaram por provocar o trágico suicídio do Presidente. O tumultuado governo de Vargas sofreu com a influência de duas correntes bastantes distintas quando o assunto era desenvolvimento nacional, de um lado os nacionalistas que defendiam a ausência de grupos e capitais estrangeiros no país e, por outro lado, os que defendiam que a influência de corporações estrangeiras era bem-vinda naquele momento. Os embates políticos tiveram como pivô a decisão de Vargas de investir no desenvolvimento do país, por meio do incentivo à indústria de base. A política econômica ficou conhecida como nacional desenvolvimentista, a ideia central era valorizar os bens produzidos pela indústria brasileira com o apoio do Estado.

A grande marca do novo governo Vargas foi o petróleo, lembrando que o primeiro poço foi descoberto no Brasil em 1939, durante o governo Dutra, que permitiu a exploração tanto pelo capital privado, nacional e internacional, fato que gerou um movimento chamado de "O petróleo é nosso", que defendia a exploração da riqueza apenas por empresas nacionais. Vargas, alinhado com este pensamento, propõe a criação de uma empresa nacional para monopolizar a extração do petróleo, cria então, em 1953, após forte embate no Senado, a Petrobras. É de se lembrar de que Vargas e Dutra governaram durante o período da guerra fria.

"Guerra fria: após o fim da Segunda Grande Guerra, o mundo foi dividido em áreas de influência, de um lado os Estados Unidos da América e do outro a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atual Rússia. Apesar do termo guerra, não foi dado nenhum disparo, pelo menos entre as duas potências, mas a disseminação das ideologias capitalistas e socialistas. A historiografia considera esse, o período compreendido entre o surgimento da doutrina Truman em 1947 e a dissolução da URSS, em

1991. Foi um período de enormes tensões geopolíticas".

# Capítulo XVIII

## O PLANO DE METAS

### **Governo de Juscelino Kubitschek**

O Plano de Metas, também conhecido como Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, foi um programa de desenvolvimento econômico implementado no Brasil durante o governo de JK, que se estendeu de 1956 a 1961. Embora tenha sido um período de crescimento econômico significativo no país, o plano também enfrentou críticas e desafios.

Com o lema "cinquenta anos em cinco", Juscelino assume a Presidência em 31 de janeiro de 1956 e coloca em prática o Plano de Metas.

Nesse período, o governo procurou identificar os estrangulamentos existentes e fomentar o ingresso de recursos internacionais, promovendo fóruns que apresentavam o país como um nicho mercadológico promissor.

O plano consistia em atender à demanda reprimida por bens duráveis, como geladeiras e fogões, conhecidos até hoje como linha branca. Além desses itens, a ideia central era fomentar toda a cadeia produtiva, principalmente, com incentivos à produção de insumos aplicados na produção, estimulando o desenvolvimento de novos setores, principalmente, o de componentes, a exemplo, o de autopeças.

### **Quais eram os objetivos do Plano de Metas?**

Podemos estabelecer os seguintes objetivos para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek:



Sobre a criação de infraestrutura estatal, principalmente, nos setores de transporte e energia elétrica, cabe aqui uma reflexão, a priorização do transporte rodoviário em detrimento do ferroviário foi um erro histórico, ocorreu, exclusivamente, devido ao poder econômico e a influência política da indústria automobilística.

Sobre o incentivo à construção civil, destaca-se o grande feito de JK, a construção de Brasília.

O plano tinha uma base lógica, inicialmente, garantir que não faltasse matéria-prima para as indústrias que iriam surgir e, por outro lado, era o incremento dos investimentos estatais que produziriam bens intermediários ou ofereceriam os serviços que não fossem de interesse dos grandes empresários, em virtude do alto valor a ser investido. Obviamente, o plano ainda trazia incentivos fiscais, tanto ao capital nacional como ao internacional.

O objetivo do plano foi alcançado em alguns setores e em outros não, com destaque para a agricultura, que pouco foi contemplada com os incentivos. Percebe-se nessa fase a continuidade da clara intenção de industrializar o país.

## Principais problemas do Plano de Metas

**Endividamento externo:** o plano exigiu grandes quantias, alocadas nos investimentos em infraestruturas, como estradas e indústria pesada. O Brasil não possuía poupança interna suficiente para arcar com tamanho desafio, assim, recorreu a empréstimos internacionais.

**Inflação:** os investimentos em infraestrutura e a industrialização fizeram surgir pressões inflacionárias no país, a chamada inflação de demanda, considerando que a procura por bens e serviços aumentou abruptamente, ocasionando a majoração dos preços praticados.

**Concentração de renda:** o plano de metas focou em grandes projetos, muitos dos quais suportados, financeiramente, apenas por grupos econômicos de envergadura nacional, concentrando a riqueza na mão de poucos e exacerbando a desigualdade de renda no país.

**Deslocamento de comunidades:** a construção de grandes obras de infraestrutura, como usinas hidroelétricas, deslocou comunidades inteiras de suas áreas de origem.

**Impactos ambientais:** o incipiente debate sobre questões ambientais trouxe reflexos negativos durante a aceleração do desenvolvimento, muitas vezes, resultando em degradação ambiental.

**Dependência de tecnologia externa:** a industrialização, baseada, principalmente, na importação de tecnologia estrangeira, em especial, dos Estados Unidos, ampliou a dependência do Brasil em relação a outros países.

**Disparidades regionais:** mesmo que o plano de metas tenha contribuído para o desenvolvimento do Brasil na totalidade, esse crescimento não se refletiu por igual em todas as regiões do país.

**Déficit na balança de pagamentos:** a aceleração do crescimento gerou déficit na balança de pagamentos do país, consequência da forte saída de divisas. O Plano de Metas deu visibilidade às contradições existentes no programa de substituição de importações (PSI), à medida que tornou claro os limites do arcabouço institucional vigente.

## **Conquistas do Plano de Metas**

O plano não foi apenas fracasso, conquistas como a implantação da indústria automobilística por meio da concessão de incentivos fiscais, a exemplo da Veículos e Máquinas Agri-

colas (VEMAG). Apostou-se na produção de veículos genuinamente nacionais com a instalação das fábricas da Volkswagen, Mercedes Bens, Willis Overland e a General Motors. No ano de 1957, a Volks passou a produzir seus automóveis, inteiramente, no país.

No campo energético, foram construídas as usinas hidrelétricas de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, em 1957. No ano de 1955, iniciaram-se as obras de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais. A fim de evitar as desigualdades regionais, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), extinta, posteriormente, devido ao alto grau de corrupção e, por fim, a grande obra de Juscelino, a construção de Brasília.

Brasília, o Distrito Federal do Brasil, foi construído entre os anos de 1956 e 1960. A mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, exigiu o dispêndio de enormes quantidades de recursos financeiros, materiais e humanos.

# Capítulo XIX

## A CRISE DOS ANOS 1960 E O PAEG

A década de 1960 foi marcada pela primeira grande crise do país em sua fase industrial, caracterizada, principalmente, pela forte redução na renda nacional. Nesse cenário, para a consecução do desenvolvimento econômico e a ampliação da infraestrutura urbana, vários problemas se colocaram no caminho, em especial, a ausência de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público, que se encontrava com elevado déficit público devido aos gastos realizados no Plano de Metas (durante o governo de Juscelino Kubitschek), como para o setor privado, em um momento em que as altas escalas de capital dos setores a serem implantados, necessitavam de maiores recursos financeiro para viabilizar o investimento.

Outro problema surgido decorreu da redução do poder de compra das famílias, ou seja, a demanda por bens finais não ocorreu na mesma medida da produção, consequência da redução e da concentração da renda, o que ocasionou a desaceleração da economia e aumento da inflação.

Juscelino Kubitschek foi sucedido pelo de Jânio Quadros, candidato da União Democrática Nacional (UDN), que obteve a maioria esmagadora dos votos nas eleições presidenciais. João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, apesar da disparidade política em relação ao candidato à Presidência, foi reeleito para o cargo de vice-presidente. Jânio Quadros e João Goulart assumiram os postos em 31 de janeiro de 1961.

### **Governo de Jânio Quadros**

Jânio da Silva Quadros conduziu o país de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano, precedido por João

Belchior Marques Goulart (8 de setembro de 1961 a 1º de abril de 1964). O governo de Jânio foi um período caracterizado por enormes controvérsias. Confuso e adotando medidas impopulares, atraiu o isolamento político. Após pouco mais de seis meses no cargo, tentou uma jogada política desastrosa, que acabou por levar a sua renúncia à Presidência do Brasil. Nas eleições, Jânio conseguiu atrair tanto os votos da classe alta quanto da classe média, que enxergavam nele uma ponta de esperança no combate à inflação, continuidade do crescimento econômico do país, combate aos altos gastos governamentais, moralização da administração e da política do Brasil.

Nas questões relacionadas à economia, como prometido na campanha, o grande foco de Jânio Quadros foi o combate à inflação. Para isso, deu início a um plano econômico de austeridade fiscal que previa redução de gastos e, para tal, impôs algumas medidas bastante impopulares. De início, desvalorizou a moeda nacional em relação ao dólar em 100% e, em seguida, retirou subsídios ao petróleo e à produção de trigo.

Como resultado dessas medidas iniciais, o país passou por séria crise interna, principalmente, com a disparada nos preços de produtos importados, acompanhados internamente pelos combustíveis, passagens de ônibus e pão.

As medidas foram bem recebidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Clube de Haia, que eram, na ocasião, credores do Brasil. No entanto, o custo político para Jânio foi irreparável, o que fez com que ele alterasse pontos do plano original, direcionando o foco para um projeto mais desenvolvimentista. As decisões impopulares não ficaram apenas no plano econômico, durante seu curto mandato, curiosamente, proibiu as corridas de cavalos e, pasmem, o uso de biquínis nas praias.

A condução da política externa foi o golpe final no seu governo. Após apregoar uma política externa independente, Jânio defendeu como ele bem chamava, uma terceira via, redefinindo as relações com os Estados Unidos e retomando os contatos com a União Soviética, suspensas em 1947. O auge da nova política externa foi a condecoração de Ernesto Che Guevara, líder da Revolução Cubana, ligado à URSS.

Jânio, já sem o apoio do Congresso e abandonado politicamente, inclusive, por seus aliados, apresentou sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Com a renúncia, deu-se início a uma crise política no país, principalmente, pela cúpula militar que via Jango, seu sucessor, como um político de ideologia comunista.

Com a esquerda defendendo sua posse, a solução foi o estabelecimento do parlamentarismo do país, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves.

## **Governo de João Goulart (Jango)**

João Goulart foi Presidente do Brasil de 1961 a 1964. Assumiu logo depois da renúncia de Jânio Quadros e sendo deposto pelo Golpe Civil-Militar de 1964, na verdade, o mandato de João Goulart foi permeado por uma iminente revolução político-militar.

Um novo contexto político-social imergiu no país. Esse novo quadro caracterizou-se por uma intensa crise econômico-financeira, frequentes crises políticas institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e o fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes. A instabilidade na condução da política econômica refletiu-se ao verificarmos que, nesse período de 32 meses em que Jango ocupou a Presidência, na pasta da Fazenda tivemos cinco Ministros: Walter Moreira Salles, Miguel Calmon, San Thiago Dantas, Carvalho Pinto e Ney Galvão.

Do ponto de vista econômico, o governo parlamentarista não apenas herdava as profundas distorções da política desenvolvimentista do governo Kubitschek, como também tinha de fazer face às consequências imediatas das medidas econômico-financeiras postas em prática pela fracassada administração Quadros.

No período Kubitschek, ao optar por um elevado nível de investimentos e ao manter as importações de equipamentos necessários ao desenvolvimento econômico, apelou-se para

um progressivo endividamento externo. No período 1956/1960, mostram os dados oficiais, o déficit nas transações correntes (mercadorias e serviços), que alcançou a elevada cifra de 1,2 bilhões de dólares.

A taxa inflacionária elevou-se, significativamente, nos últimos anos do governo Kubitschek, agravada fundamentalmente pela "deterioração das relações de troca, acúmulo de estoques invendáveis de café adquiridos pelas autoridades monetárias; crescimento insuficiente da oferta de produtos agrícolas e oligopolização do comércio atacadista de gêneros alimentícios".

No período desenvolvimentista anterior, houve um acentuado descompasso entre o crescimento do setor industrial e o da agricultura. Com o insuficiente crescimento da produção agrícola para o mercado interno, passaram a ocorrer, a partir de 1961, agudas crises de abastecimento, gerando inquietações sociais e movimentos reivindicatórios de grande extensão nos campos e nas cidades.

Além desses problemas, o governo que se empossava tinha de enfrentar graves consequências da reforma cambial precipitadamente realizada por Quadros. Através da famigerada Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), instituiu-se o regime de liberdade cambial (enganosamente denominado de "verdade cambial"). A partir de agora, as importações passavam a ser realizadas a taxas de mercado livre, ficando suprimidos os subsídios governamentais às compras de petróleo, trigo e papel. Na justificativa oficial, buscava-se alcançar o equilíbrio das transações com o exterior, altamente comprometido no governo Kubitschek. A eliminação dos subsídios teve como consequência uma brusca e imediata alta do custo de vida, particularmente, daqueles produtos que eram fundamentais no orçamento das classes trabalhadoras.

João Goulart ocupou a Presidência do Brasil de 1961 a 1964, sucedendo à renúncia de Jânio Quadros e sendo deposto pelo Golpe Civil-Militar de 1964. O mandato de Goulart foi marcado por uma iminente revolução político-militar, resultando em um novo cenário político e social no país. Esse período foi caracterizado por uma intensa crise econômico-financeira,

frequentes crises político-institucionais, ampla mobilização política das classes populares, fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores rurais, crise no sistema partidário e aumento da luta ideológica de classes.

A instabilidade na condução da política econômica ficou evidente, durante os 32 meses de Presidência de Goulart, com a pasta da Fazenda passando por cinco Ministros: Walter Moreira Salles, Miguel Calmon, San Thiago Dantas, Carvalho Pinto e Ney Galvão. Economicamente, o governo parlamentarista herdou as distorções da política desenvolvimentista de Kubitschek e teve que lidar com as consequências das medidas econômico-financeiras da administração Quadros.

Durante o governo Kubitschek, a opção por altos investimentos e a manutenção das importações para o desenvolvimento econômico resultaram em um crescente endividamento externo. No período de 1956 a 1960, o déficit nas transações correntes atingiu a cifra elevada de 1,2 bilhões de dólares. A taxa inflacionária aumentou nos últimos anos do governo Kubitschek, agravada pela deterioração das relações de troca, acúmulo de estoques invendáveis de café e crescimento insuficiente da oferta agrícola.

O descompasso entre o crescimento industrial e agrícola gerou crises de abastecimento a partir de 1961, resultando em inquietações sociais e movimentos reivindicatórios. Além desses desafios, o governo enfrentou as graves consequências da reforma cambial realizada por Quadros, que instituiu o regime de liberdade cambial. Isso resultou na eliminação dos subsídios governamentais às importações de petróleo, trigo e papel, causando um aumento imediato no custo de vida, especialmente, para as classes trabalhadoras.

Recapitulando:

Presidentes	Mandatos
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Floriano Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894

Presidentes	Mandatos
Prudente de Moraes	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914
Venceslau Brás	15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918
Delfim Moreira	15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919
Epitácio Pessoa	28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922
Artur Bernardes	15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926
Washington Luís	15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930 a 10 de novembro de 1937
Getúlio Vargas	10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945
José Linhares	29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946
Eurico Gaspar Dutra	31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951
Getúlio Dornelles Vargas	31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954
Café Filho	24 de agosto de 1954 a 9 de novembro de 1955

Presidentes	Mandatos
Carlos Coimbra da Luz	9 de novembro de 1955 a 11 de novembro de 1955
Nereu de Oliveira Ramos	11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956
J u s c e l i n o Kubitschek de Oliveira	31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961
Jânio da Silva Quadros	31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961
João Belchior Marques Goulart	8 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964

As reformas institucionais tornaram-se imprescindíveis, os governos de Jânio Quadros e de João Goulart foram prisioneiros dessa necessidade imperiosa. Restou, portanto, a intervenção militar para a reorganização do país, como condição essencial para conduzir a economia do país de forma adequada e segura.

# Capítulo XX

## DO CRESCIMENTO ACELERADO À CRISE

Antes de estudarmos os governos militares, faremos um resumo da fase vivida pelo país no período, abordando conjuntamente as crises, medidas e planos econômicos adotados. Posteriormente, apresentaremos de forma abreviada cada governo.

### As reformas institucionais do PAEG – O Brasil na década de 1970

Esse período pode ser dividido em dois momentos:



Atualizando:

Presidentes	Mandato
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Floriano Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894
Prudente de Moraes	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902

Presidentes	Mandato
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914
Venceslau Brás	15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918
Delfim Moreira	15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919
Epitácio Pessoa	28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922
Artur Bernardes	15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926
Washington Luís	15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930 a 10 de novembro de 1937
Getúlio Vargas	10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945
José Linhares	29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946
Eurico Gaspar Dutra	31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951
Getúlio Dornelles Vargas	31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954
Café Filho	24 de agosto de 1954 a 9 de novembro de 1955
Carlos Coimbra da Luz	9 de novembro de 1955 a 11 de novembro de 1955
Nereu de Oliveira Ramos	11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956

Presidentes	Mandato
Juscelino Kubitschek de Oliveira	31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961
Jânio da Silva Quadros	31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961
João Belchior Marques Goulart	8 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964
Humberto de Alencar Castello Branco	15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967
Arthur da Costa e Silva	15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974

### **O milagre econômico (1968 a 1973)**

Foi um período excepcional para o país, o milagre econômico brasileiro ocorreu entre os anos de 1968 e 1973, e foi caracterizado pelas maiores taxas de crescimento já vistas no país. O Brasil cresceu à taxa de 10% ao ano, destacando-se a produção industrial. O período está compreendido entre os governos de Costa e Silva e Garrastazu Médici, que já haviam colocado o crescimento econômico, acompanhado da redução inflacionária, como metas prioritárias de seus governos.

Durante o milagre, abandonaram-se as políticas de choque, inaugurou-se uma fase, chamada de política gradualista, a qual permitiu que o crescimento econômico convivesse com a inflação girando em torno de 20 a 30% a.a.

Iniciou ainda uma política de controle de preços, onde os reajustes deveriam ter aprovação prévia do governo, que se baseava nas variações de custos. Para tal fim, criou-se o Conselho Interministerial de Preços (CIP), em 1968.

### **Principais ações governamentais no período**

- A retomada do investimento público em infraestrutura.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retomada dos investimentos das empresas estatais (neste período surgiram 231 novas empresas estatais).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementada a reforma financeira que permitiu a expansão do crédito e aumento na demanda por bens duráveis em que pese o endividamento familiar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A construção civil cresceu a uma taxa de 15% a.a., motivada principalmente pelo aumento dos investimentos públicos no setor.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento das exportações provocado pelo bom momento vivido pelo comércio mundial naquele período.</li> </ul>

Podemos, ainda, destacar avanços em outros setores, como na agricultura, no setor de bens de consumo, no setor de bens de capital e no de bens intermediários.

Importante destacar que, a expansão dos setores de bens de capital e intermediário gerou uma pressão por importações, obviamente, causada pela insuficiência de oferta interna. Na ocasião, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), concedeu fortes incentivos às importações, o que de certa forma contribuiu para o atraso na produção de bens de capital, internamente, fato que só ocorreu em meados da década de 70.

Nesse período, conhecido por milagre econômico, o excesso de importações poderia demandar forte entrada de recursos externos, o que, certamente desequilibraria a balança comercial. O movimento foi barrado pela elevação das exportações do país.

O crescimento das exportações foi também beneficiado pela expansão do comércio mundial, decorrente, principalmente, do excesso de liquidez internacional. Esse excesso foi ocasionado pela necessidade dos EUA financiarem seus déficits públicos e externos com a expansão monetária. A conjugação desses fatores levou tanto ao crescimento da quantidade exportada como à melhora dos termos de troca, redundando numa balança comercial equilibrada no período.

É importante frisar que, quando o país surfava nas ondas das exportações, deu-se também a primeira onda de endividamento externo. A dívida externa cresceu em torno de US\$ 13

bilhões, sendo que US\$ 6,5 bilhões se transformaram em reservas, dando gêneses ao coeficiente de vulnerabilidade do Brasil.

“O coeficiente de vulnerabilidade é um indicador de desempenho - expresso pelo número de anos de exportação necessários para o pagamento da dívida externa”.

Obviamente, devido ao aumento nas exportações, a situação cambial brasileira era bastante confortável. O volume de reservas internacionais do país correspondia a mais de um ano de importações. Para podermos ter ideia da tranquilidade vivida, os critérios técnicos estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para as reservas são que elas deveriam corresponder a pelo menos três meses de importações.

Não podemos nos esquecer de que o milagre econômico foi marcado, também, pela forte presença do Estado na economia, nos seguintes aspectos:

- Por meio do controle dos preços (câmbio, salário, juros, tarifas, etc.); e,
- Era responsável pelas principais decisões de investimentos, quer feitos pelas empresas públicas, como os investimentos públicos (formação bruta de capital).

Podemos ressaltar a concentração de renda ocorrida no período e ela pode ser considerada a principal crítica ao ‘milagre’. Os críticos argumentam que as autoridades tinham a concentração como estratégia necessária para aumentar a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e com isso o crescimento econômico, para que depois todos pudessem usufruir. Este argumento ficou conhecido como a “Teoria do Bolo”, segundo a qual o bolo deveria crescer primeiro para depois ser dividido.

Outros analistas concordavam com a posição oficial de que a concentração de renda era uma tendência natural de um país que se desenvolvia e que demandava crescentemente de mão de obra qualificada.

Dada à escassez dessa mão de obra, houve aumento maior da renda dos profissionais mais qualificados em relação aos menos especializados (cuja oferta era abundante). Defendiam que,

apesar de a concentração de renda ter aumentado, a renda per capita<sup>7</sup> de toda a população cresceu, o que significa que todos devem ter melhorado em termos de condições de vida, embora as classes mais ricas tivessem melhorado bem mais que as classes mais pobres.

## **O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)**

O pleno emprego, caracterizado pela ocupação de toda a capacidade de trabalho ociosa, atingido por conta do rápido crescimento durante o período do milagre econômico, levou ao aparecimento de alguns desequilíbrios que produziram pressões inflacionárias e problemas na balança comercial.

A manutenção desse ciclo expansionista dependia de uma situação externa favorável que, infelizmente, foi rompida em fins de 1973 quando eclodiu o primeiro choque do petróleo, ocasião em que os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), quadruplicaram o preço do barril de petróleo.

“A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), foi fundada em setembro de 1960, em Bagdá, Iraque. É uma organização que administra os assuntos e interesses relacionados ao petróleo e sua exploração, produção e exportação/importação pelo mundo. Seus membros atuam de maneira conjunta para haver um controle dos preços dos barris de petróleo, visando à competitividade e estabilidade no mercado petrolífero. Vale lembrar que a sigla dessa organização em inglês é Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC)<sup>8</sup>”.

Por conta da crise do petróleo, ocorreu no país uma escalada inflacionária que elevou os preços de 15,5% no ano de 1973, para 34,4% em 1974. A necessidade de manter-se o crescimento do país forçou a equipe econômica, da época, a sustentar os mesmos níveis de importação das commodities.

---

<sup>7</sup> Renda per capita é o Produto Interno Bruto (PIB), dividido pelo número de seus habitantes. O PIB representa a soma de todas as riquezas (bens e serviços) de um país ou região. O termo per capita é um termo em latim que significa “por cabeça”, ou seja, por pessoa.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/opep.htm>.

No ano de 1974, adveio o aumento nas taxas de inflação e déficit na balança comercial brasileira, em especial, nas transações correntes, provocado não só pelo aumento no valor das importações do petróleo, mas dos bens de capital e insumos básicos necessários para manter o nível de produção corrente. Este déficit não foi totalmente coberto pela entrada de recursos, o que obviamente consumiu as reservas internacionais, revelando assim, o grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira.

“É de se destacar que o momento político vivido no país exigia um posicionamento firme diante da crise; no entanto, o ano era de mudança presidencial e diversas pressões começaram a surgir, resultando que a equipe econômica enfrentasse a dicotomia entre o ajustamento ou o financiamento do déficit.”

Importante trazer à baila um fenômeno frequente no Brasil, representado pela sobreposição de medidas políticas em detrimento das medidas econômicas. Foi esse fenômeno o responsável pela elevação da inflação e do déficit público, uma vez que a equipe econômica, naquela ocasião, fazia parte também da elite política que optou por acelerar o país, provocando todos os desajustes que passaremos a estudar.

As opções que se colocavam naquele momento eram:

- Ajustamento, com a contenção da demanda interna, evitando que o choque externo se transformasse em inflação permanente;
- Financiamento do crescimento, objetivando ganhar tempo para ajustar a oferta interna, sustentando o crescimento elevado e fazendo um ajuste gradual dos preços relativos, enquanto houvesse financiamento externo abundante.

O ano iniciou-se com o Ministro Simonsen sinalizando pelo ajustamento, buscando o controle da demanda por intermédio do controle da liquidez. Em termos políticos, a Aliança

Renovadora Nacional (ARENA), foi derrotada nas eleições para o Congresso Nacional. Esse foi o momento em que o governo abandonou de vez o viés pelo ajustamento da demanda e partiu para a aceleração do desenvolvimento nacional, lançando em 10 de setembro de 1974, ainda no início do governo do General Ernesto Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como uma alternativa à dicotomia de ajustamento ou financiamento, colocando-o como uma estratégia de ajuste de longo prazo e, simultaneamente, de desenvolvimento econômico.

O plano significou uma mudança expressiva nas prioridades da industrialização brasileira: de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda, a economia deveria passar a crescer com base no setor produtor de meios de produção, bens de capital e insumos básicos. Dois problemas centrais para a execução do plano eram as questões do apoio político e do financiamento do processo.

Nesse sentido, percebe-se uma importância maior do Estado, que se transformou em "Estado-empresário" e centrou o plano em si, tendo como agente central das transformações as empresas estatais.

O II PND tinha como metas principais manter o país crescendo economicamente a 10% a.a. e a produção industrial a 12% a.a.

O PND previa uma série de mudanças, desde a substituição de energia ao incentivo ao desenvolvimento de ferrovias e hidrovias.

No entanto, o plano seguia certa coerência com o avanço das empresas estatais em seus projetos de investimentos no setor de insumos, elas gerariam demanda derivada que estimularia o setor privado a investir em bens de capital. Fora essa possibilidade, vários incentivos foram dados ao setor privado, dentre eles: o crédito do IPI sobre a compra de equipamentos, a possibilidade de depreciação acelerada, a isenção do imposto de importação, formas mais ou menos explícitas de reserva de mercado para novos empreendimentos (por exemplo, a Lei da

Informática), garantia de política de preços compatível com as prioridades da política industrial, etc.

Para realizar o II PND, o Estado assumiu um passivo para manter o crescimento econômico e o funcionamento da economia. Dados os níveis, extremamente, baixos das taxas de juros internacionais, o Estado era capaz de pegar os juros, mas correndo o risco de que qualquer alteração na estrutura das taxas de juros poderia inviabilizar as condições de pagamento, principalmente, tendo-se em vista a característica flutuante das taxas de juros dos empréstimos. A deterioração da capacidade de financiamento do Estado, que socializou todos os custos no período do II PND (com grande aumento nos gastos, ao se autonomizar para realizar o desenvolvimento) sem criar mecanismos adequados de financiamento, constituir-se-ia no grande problema enfrentado, posteriormente, pela economia brasileira.

## **A crise da década de 1980**

O processo de ajustamento externo

Podemos descrever a situação mundial no final da década de 1970 e início da década de 1980, da seguinte forma:

Ocorriam enormes transformações no cenário internacional, deixando transparecer as vulnerabilidades da economia brasileira às condicionantes externas. É de se destacar que em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo, ocasionando reversão nas condições dos financiamentos externos, provocada, principalmente, pela elevação das taxas de juros internacionais, essa elevação ocorre, exatamente, quando o país vivia um momento de crescente endividamento externo.

No campo interno, era notória a deterioração da situação fiscal do país, destacando:

- Redução na carga tributária bruta;
- Aumento no volume de transferências, com destaque para os juros sobre a dívida interna;
- As estatais eram focos de déficits, devido ao enorme passivo financeiro e aos controles tarifários;

- O orçamento, contaminado por várias operações fiscais, apresentava profundos déficits, decorrentes principalmente das operações creditícias do governo, com o fenômeno do "spread" negativo.

Os fatores tratados anteriormente inauguraram um ciclo inflacionário no país, com viés de aceleração devido à forte indexação da economia.

Ano	Inflação	Governo
1979	77,25%	Governo Figueiredo (1979 - 1985)
1980	99,20%	
1981	95,65%	

No campo político, o período foi marcado pela transferência do Poder Executivo, do Presidente Geisel ao General Figueiredo, que nomeou como Ministro da Economia Mario Henrique Simonsen, que logo diagnosticou o problema inflacionário brasileiro como de excesso de demanda interna, materializada no déficit público, assim, a política econômica foi centrada no controle da demanda agregada.

### **Recapitulando:**

Demanda agregada, refere-se ao montante do gasto total com bens e serviços domésticos em uma economia. A demanda agregada é composta por:

- Consumo;
- Investimento;
- Gastos do governo;
- Exportações líquidas (-) exportações menos importações.

A persistência da crise levava ao aprofundamento da terapia, caminhando-se para um "choque ortodoxo", sem que se vislumbrasse eficácia no tratamento, com a inoperância dos instrumentos de política econômica tradicionais. A ameaça de

profunda queda da atividade econômica levou à grande reação política, e à substituição de Ministro, em agosto de 1979.

O Ministro Delfim Netto assumiu com um discurso desenvolvimentista e de combate à inflação, baseado no crescimento econômico, procurando reeditar a todo custo o milagre econômico. Não se sustentou como ministro.

## **Principais medidas de combate à inflação**

Podemos destacar as medidas mais importantes do período:

- Maior controle sobre as taxas de juros;
- Fomento à agricultura, com finalidade de ampliar a safra na década de 80;
- Revisão das tarifas das empresas estatais;
- Eliminação de alguns incentivos fiscais às exportações;
- Estímulo à captação externa, reduzindo o custo do dinheiro externo via diminuição dos impostos sobre a remessa de juros;
- Maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, em dezembro de 1979;
- A prefixação da correção monetária e cambial em 50% e 45%, respectivamente, para o ano de 1980, visando combater a inflação com um golpe psicológico;
- A aprovação de uma nova lei salarial (Lei n.º 6.708), que instituiu a semestralidade dos reajustes salariais, bem como os reajustes diferenciados por faixas de salários.

Alguns resultados foram obtidos com as medidas elencadas acima, dentre elas:

- Aumento da inflação (100% a.a) decorrente dos aumentos dos preços públicos, do descompasso salarial e da desvalorização cambial que onerou as importações.

Em função da segunda crise do petróleo, ocorreu o ápice da crise internacional pós-guerra, elevando-se os juros internacionais, em especial, devido ao aumento das taxas de juros nos Estados Unidos.

A política econômica implementada mostrou-se ineficaz em função da forte crise inflacionária.

Esses fatores somados provocaram a deterioração das contas externas, ampliando a dívida externa e levando à perda de reservas.

O agravamento da crise cambial levou o governo, em 1980, a reverter à política econômica e a adotar uma política ortodoxa, denominada "ajustamento voluntária", pois ainda não recorria ao FMI e à renegociação da dívida (que ocorreria mais tarde). O diagnóstico permaneceu sendo o tradicional excesso de demanda interna.

Diante dos fatos elencados acima, cabe aqui uma reflexão:

"Considerando a crise internacional, os países encontravam dificuldades para renovar os seus empréstimos externos, incluindo-se neste rol, o Brasil. Assim, o encarecimento, por conta de taxas de juros mais elevadas, fez com que o país pausasse sua política interna pela redução da necessidade de divisas. Também, era fato, que o sucesso na reorientação dos fatores de produção para a atividade exportadora facilitaria o ajuste, com menor redução do PIB e geração de divisas".

Bem, em primeiro momento, vale aqui analisar o diagnóstico, podemos afirmar que apenas a existência do desequilíbrio externo não representa que o país estivesse vivendo acima dos seus limites de demanda agregada, mas pode ser consequência de um processo de endividamento externo que tem sua fatura cobrada, ou mesmo, de uma elevação das taxas de juros internacionais, combinada com a deterioração dos termos de troca. Esse parece ser o caso do Brasil, que havia se endividado no período anterior por conta da celebração de contratos futuros com base em taxas flutuantes. Quando essas se elevaram, a situação de endividamento, que parecia estar sob controle, mostrou-se insustentável.

“Em junho de 1981, o Federal Reserve, o Banco Central Americano, fez aquilo que hoje parece impossível. A instituição elevou a taxa de juros americana para 21,5% ao ano, em um dos momentos mais dramáticos da economia mundial”.

## **O ano de 1982**

O ano de 1982, foi extremamente difícil para os países em desenvolvimento, vivia-se um contexto de altas taxas de juros e escassez de recursos, esses dois fatores dificultavam a rolagem dos passivos acumulados e muitos países se viram às voltas com problemas para honrar a dívida externa. A força da crise levou alguns países como a Polônia e Argentina a declararem insolvência, e o México a cair em moratória, esse período ficou conhecido como “setembro negro”.

Consequência desses advenços foi à interrupção do fluxo de recursos voluntários aos países em desenvolvimento, o que ocasionou uma procura incessante pela geração de superávit comercial para enfrentar o pagamento da dívida externa. Vejam que os países caíram em uma armadilha, enquanto na década de 1970, o endividamento era a salvação, nos anos de 1980, passou a ser um grande vilão representado pela captura dos países pelo sistema financeiro.

No Brasil, esse processo de ajustamento externo, baseado na geração de superávit, iniciou-se da década de 1980, de forma espontânea, aprofundando-se no final do ano de 1982, mas com a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tinha vindo ao país com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa.

### **Principais medidas adotadas no período:**

- Contenção da demanda agregada, com a redução dos investimentos públicos (déficit público);
- Aumento das taxas de juros internas e redução do crédito, redução do salário real;
- Estímulo à competitividade da indústria brasileira.

O resultado da política de ajustamento proposta foi uma profunda recessão entre os anos de 1981 e 1983, caracterizada, principalmente, pelo baixo crescimento econômico em 1982, e pela queda na renda per capita das famílias.

A inflação, inicialmente, estabilizada em 100% nos anos de 1981 e 1982, acelerou-se em 1982, devido a alguns choques de oferta e à deterioração da situação financeira do Estado. A política foi bem-sucedida no tocante ao comércio exterior, observando-se profunda reversão no saldo da balança comercial, passando de um déficit em 1980, para superávit da ordem de US\$ 6,5 bilhões em 1983, e um recorde de US\$ 13 bilhões em 1984.

Há males que vem para o bem, o ajustamento deu seus primeiros passos devido à própria recessão que inibiu as importações e estimulou as exportações. No ano de 1984, o superávit foi atingido, mesmo com uma pequena recuperação do produto interno, o que pode ser explicado pelo sucesso do II PND, que deu ênfase à substituição de importações, criando, assim, setores com competitividade externa.

## **As dificuldades do ajuste externo**

No entanto, o grande desafio no momento era o equacionamento das contas internas, que não se resolviam, apenas, com a geração de superávits externos. O problema principal consistia no fato da dívida externa não está concentrada de forma proporcional à importância do setor, assim, o ônus da dívida recaía sobre alguns setores que faziam um esforço hercúleo para auferir divisas em moeda estrangeira para honrar seus compromissos.

No caso brasileiro, 80% da dívida eram do setor público, devido ao processo de estatização (socialização) da dívida externa, enquanto a maioria da geração do superávit se dava no setor privado. Para o governo adquirir as divisas, ele deveria gerar um superávit fiscal compatível com a transferência externa, ou emitir moeda, ou endividar-se internamente. A primeira alternativa era inviável, pois a situação fiscal do setor público já

se vinha deteriorando desde o II PND, agravada pela política de ajustamento externo, por várias razões:

- As maxidesvalorizações da moeda nacional aumentavam o custo da dívida;
- A recessão agia diminuindo a base tributável;
- Os incentivos às atividades exportadoras funcionavam como renúncia fiscal;
- Os juros altos, necessários para conter a demanda agregada, encareciam a rolagem da dívida interna;
- A aceleração inflacionária diminuía a arrecadação.

“Efeito Tanzi, bastante conhecido na economia, foi desenvolvido pelo italiano Vito Tanzi, no ano de 1969, nele, Tanzi analisou o efeito da inflação no decorrer do tempo sobre a arrecadação fiscal do governo. O conceito estabelece a influência da escalada de preços sobre o valor das receitas fiscais, identificando uma defasagem desde o momento do fato gerador até o ingresso nas contas públicas, tais valores sofrem desvalorização provocada pelas altas taxas de inflação, e assim, diminuindo a arrecadação real do governo”.

A segunda alternativa mostrava-se incompatível com a política de controle de absorção interna, manutenção de taxas de juros elevadas e tentativa de controle inflacionário. A única alternativa era representada pelo endividamento interno, através da colocação de títulos públicos, que se fazia em condições cada vez mais precárias: maiores juros e menores prazos. Esse processo acelerou a deterioração das contas públicas e ampliou o grau de indexação da economia.

O último ponto a ser destacado é que esse processo de ajustamento externo se deu em um contexto de abertura política, com amplos questionamentos sobre a condução da política econômica pelo governo. Esse fato se manifestou na derrota do partido do governo nos principais estados, na eleição para governadores, em 1982. A aceitação de o país assumir todo o peso do ajustamento era cada vez mais criticada e ganhava forças à

ideia de como a moratória da dívida externa sofreria um ajustamento sem sacrificar o crescimento.

Esse questionamento ganhou forças no contexto de mudança de governo em 1984, e o surgimento das "Diretas Já". Assim, apesar de se ter conseguido o ajustamento externo, o modelo adotado era cada vez mais questionado pela população, que tinha o desemprego como ameaça latente. A inflação se mostrava resistente às políticas ortodoxas, e várias vezes defendiam formas alternativas de combate à inflação. Enfim, foi nesse clima que terminou o regime militar e se iniciou a nova República, com a esperança de fazer os ajustamentos, sem impor sacrifícios à população.

### Contextualizando

Presidentes	Mandatos
Deodoro da Fonseca	15 de dezembro de 1889 a 23 de novembro de 1891
Floriano Peixoto	23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894
Prudente de Morais	15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898
Campos Sales	15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902
Rodrigues Alves	15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906
Afonso Pena	15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909
Nilo Peçanha	14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910
Hermes da Fonseca	15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914
Venceslau Brás	15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918

Delfim Moreira	15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919
Epitácio Pessoa	28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922
Artur Bernardes	15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926
Washington Luís	15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930 a 10 de novembro de 1937
Getúlio Vargas	10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945
José Linhares	29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946
Eurico Gaspar Dutra	31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951
Getúlio Dornelles Vargas	31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954
Café Filho	24 de agosto de 1954 a 9 de novembro de 1955
Carlos Coimbra da Luz	9 de novembro de 1955 a 11 de novembro de 1955
Nereu de Oliveira Ramos	11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956
Juscelino Kubitschek de Oliveira	31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961
Jânio da Silva Quadros	31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961
João Belchior Marques Goulart	8 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964

Humberto de Alencar Castello Branco	15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967
Arthur da Costa e Silva	15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974
Ernesto Geisel	15 de março de 1974 a 15 de março de 1979
João Baptista de Oliveira Figueiredo	15 de março de 1979 a 15 de março de 1985

# Capítulo XXI

## QUINTA FASE REPUBLICANA

### O governo Castelo Branco

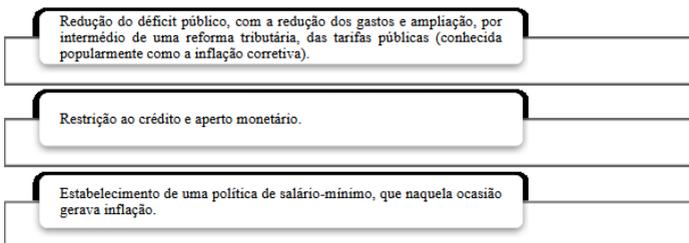
Foi lançado, então, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), dividido em dois grandes eixos:

- Políticas conjunturais de combate à inflação, associadas às reformas estruturais que permitiriam o equacionamento dos problemas inflacionários e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico;
- Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e, com isso, o emprego, e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo.

### As medidas de combate à inflação do PAEG

No ano de 1963, a inflação alcançou os 83,2% ao ano, consequência do excesso de demanda e da política salarial frouxa dos períodos anteriores, marcados, principalmente, pela forte presença de políticas populistas e pela expansão do crédito.

Nesse contexto, o governo estabeleceu metas para o PAEG:



Com estas medidas, a inflação reduziu-se entre os anos de 1964 e 1967, da casa dos 90% a.a. para os 20% a.a. Esse resultado se deve, na maioria, a uma retração nas taxas de crescimento econômico.

Durante os governos militares, mais precisamente no ano de 1967, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os recursos depositados no fundo, somados a poupança voluntária, constituiu o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), que subsidiou o Sistema Brasileiro de Habitação (SBH), por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH).

## **As reformas institucionais do PAEG**

As reformas tornaram-se indiscutíveis, a começar pelo estabelecimento de correção monetária diante de uma economia com altas taxas de inflação. Diga-se de passagem, que na ocasião estava em vigor no país a Lei da Usura, que não permitia taxas de juros superiores a 12% a.a. A inflação, conjugada à Lei da Usura, desestimulava a canalização de poupança para o sistema financeiro.

## **Principais reformas instituídas pelo PAEG**

Reforma tributária;

Reforma monetária e financeira;

Reforma do setor externo.

## **Governo de Artur Costa e Silva**

De certa forma, Costa e Silva rompeu com as políticas econômicas do governo anterior, caracterizado por medidas de austeridade fiscal, como congelamento de salários, redução do crédito e contenção dos gastos governamentais. O objetivo era a redução da inflação.

O novo Presidente optou por uma política econômica desenvolvimentista, aos mesmos moldes das aplicadas em 1950, objetivando estimular o consumo e o investimento público. A nova política deu início ao chamado "milagre econômico" vivido pelo país entre os anos de 1968 e 1973, período caracterizado pelo rápido aquecimento da economia e forte crescimento econômico.

Os resultados para a economia durante o "milagre econômico" foram expressivos: em 1968, o PIB cresceu 11,2%, e em 1969 o crescimento foi de 10%<sup>3</sup>. No entanto, nesse período o país foi assolado por um acentuado processo de concentração de renda, intensificação da desigualdade social e o endividamento governamental.

## **Governo de Emílio Garrastazu Médici**

Devido ao estado de saúde delicado de Costa e Silva, nos fins de 1969, os militares declararam vago o cargo de Presidente da República, nomeando para exercê-lo o General Garrastazu Médici.

Médici nomeou como Ministro da Economia Delfim Neto, defensor de uma perspectiva econômica produtivista, incentivando o reaquecimento das atividades econômicas. Como bem dizia: *"é preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo"*. O certo é que seu plano fez o país crescer a taxas em 10% ao ano. Essa fase da historiografia nacional foi palco de obras faraônicas, que davam a impressão de que o país se modernizava rapidamente, como, por exemplo, a rodovia transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. No entanto, as obras eram financiadas por intermédio de empréstimos que giravam em torno de 10 bilhões de dólares americanos. O Estado

aumentou sua participação, vertiginosamente. Para podermos ter uma ideia foram criadas, aproximadamente, 300 empresas estatais, além de agências de desenvolvimento social, dentre elas o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), o Movimento Brasil Alfabetizado (MOBRAL) e o Plano de Integração Nacional (PIS), todos eles no eixo político implementado pelos militares. Nesse período surgiu o sonho da casa própria, a ideia de um carro novo e compras em estabelecimentos comerciais localizados em shopping. Em resumo, o Brasil estava dando certo. Ocorre que, em meados de 1973, eclodiu a primeira crise do petróleo, consequência da guerra do Yom Kippur, que expôs as vulnerabilidades da economia nacional. Na época, o Brasil importava mais da metade dos combustíveis que consumia e, não resistiu ao impacto causado pela alta nos preços do combustível. Em curto espaço de tempo, a euforia transformou-se em problemas como alta inflação e rápido endividamento externo.

“Curiosidade: a guerra do Yom Kippur foi um conflito ocorrido no Oriente Médio no ano de 1973, envolveu diretamente os países árabes, dentre eles Israel. Como consequência da guerra, o preço do barril de petróleo saiu de US\$ 3,00 para US\$ 12,00”.

## **Governo de Ernesto Geisel**

A crise se estendeu ao governo de Geisel, que na ânsia de resolver o grande dilema vivido pelo país, convocou Mario Henrique Simonsen para assumir o Ministério da Fazenda, anunciando o II Plano Nacional de Desenvolvimento que procurava conciliar o desenvolvimento econômico com o controle da inflação. Geisel deu prioridade ao estimular as empresas de produção de bens de capital, principiante para exportação. Porém, assim como o Brasil, outros países saíram fragilizados da grande crise de 1973, adotando medida de retração econômica. O governo Geisel iniciou um processo gradual para a entrega

do poder aos civis, fez reformas políticas importantes, dentre elas a revogação do AI-5, e deixou abertura para que o próximo Presidente pudesse instalar no país o estado de sítio, transferindo o poder a João Baptista Figueiredo.

## **Governo de João Figueiredo**

O General Figueiredo, mascado por enorme crise econômica, iniciou o processo de abertura política, uma das principais medidas tomadas por esse novo governo foi abolir o sistema bipartidário, realizar a anistia política dos militares e perseguidos políticos. Surgiram, portanto, o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Outros partidos foram fundados, dentre eles: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular (PP).

No campo econômico, Figueiredo nomeou, novamente, Delfim Neto para a pasta da Fazenda, que lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento. O plano não surtiu os efeitos desejados, devido, principalmente, às restrições creditícias, consequência da recessão vivida pelos países credores. Em meio à crise política e econômica, o Congresso tentou aprovar a emenda "Dante de Oliveira" que estabelecia eleições diretas para o ano de 1985. No entanto, outro caminho para a democratização foi tomado, participaram do pleito dois civis, sendo eleito, diretamente, o candidato Tancredo Neves, que não chegou a assumir devido a um câncer no intestino, deixando o cargo para José Sarney. Iniciava-se a nova República.

# Capítulo XXII

## A NOVA REPÚBLICA E AS FASES DE AJUSTE

### Planos econômicos

Podemos conceituar um plano econômico, como uma tentativa de trazer os indicadores macroeconômicos de um país a patamares aceitáveis que, em geral, é implementado pelo governo quando esse percebe que, necessariamente, deve intervir para evitar um colapso econômico ou o caos social. No Brasil, um dos indicadores que assombrou e, ainda, hoje, é motivo de preocupação aos formuladores de políticas econômicas é a inflação e, por esse motivo, parte significativa das ações dos planos estão relacionadas ao controle deste indicador.

### Principais planos econômicos no Brasil

#### Planos Cruzados I e II

#### Governo de José Sarney

Lançado em fevereiro do ano de 1986, durante o governo de José Sarney, as medidas ficaram conhecidas como Plano Cruzado. No entanto, seu nome técnico era Plano de Estabilização Econômica (PEE). O nome cruzado surgiu pelo fato de o plano substituir o cruzeiro pelo cruzado, com o corte de três zeros na antiga moeda (Cr\$ 1000=Cz\$ 1). Além da medida anterior, o plano ainda previa:

Congelamento de taxa de câmbio oficial;

Congelamento de preços.

Na ocasião, houve forte apelo do governo aos cidadãos para que fiscalizassem se os estabelecimentos comerciais estavam seguindo o tabelamento de preços fixado pela Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). As pessoas, principalmente, as donas de casa, se intitulavam como "as fiscais do Sarney".

Fato marcante nesse período foi à criação do chamado "gatilho salarial". Funcionava assim, sempre que a inflação atingisse 20% ao mês, os salários seriam corrigidos na mesma proporção. Surgiu a "tablita" que balizava a transformação de dívidas contraídas em períodos de inflação muito elevada. Ainda como medida do plano, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), foi transformada em Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), cujo objetivo era desindexar a economia e a correção monetária generalizada de preços.

Logo de início, houve queda nos índices de inflação mensal (IPCA), caindo de 12,72% em fevereiro, para 0,78% em abril de 1986, aumentando assim o poder aquisitivo das famílias, evento que gerou grande expectativa de estabilização e de dias melhores para a economia. No entanto, o congelamento de preços gerou forte desequilíbrio nas finanças dos produtores, pois, alguns estavam com os preços de seus produtos congelados em um patamar muito baixo, o que provocou a escassez, em especial, dos alimentos.

Ainda no ano de 1986, outra tentativa foi feita com o lançamento do Plano Cruzado II, que descongelou os preços de alguns produtos e serviços e reajustou tarifas públicas como medida para reduzir o crescente déficit público. O congelamento da taxa de câmbio oficial provocou valorização artificial do cruzado, favorecendo as importações e prejudicando as exportações, fato que reduziu, drasticamente, as reservas internacionais do país, levando o Brasil a declarar moratória da dívida externa, em fevereiro de 1987. A inflação no período já alcançava 14,15% em dezembro do mesmo ano.

## **Plano Bresser**

No ano de 1987, é lançado o Plano Bresser, chamado assim, porque naquela ocasião o Ministro da Fazenda era Luiz Carlos Bresser Pereira. O plano iniciou com um novo congelamento de preços e a extinção do gatilho salarial. O principal objetivo do plano era fortalecer as reservas internacionais e promover o superávit comercial. Na ocasião, a taxa de câmbio foi desvalorizada e foi criado o indexador financeiro, chamado de Unidade de Referência de Preços (URP), cuja finalidade era reajustar preços e salários.

Inicialmente, a inflação mensal caiu de 19,71% para 4,87% entre os meses de junho e agosto de 1987, porém, logo voltou a subir, uma vez que havia forte desrespeito ao congelamento de preços, o que ocasionou o fracasso do plano.

## **Plano Verão**

Em meados de 1989, o governo anunciou novo plano de estabilização econômica, o chamado Plano Verão que, novamente, realizava alteração do padrão monetário, trocava o cruzado pelo cruzado novo, suprimindo três zeros (Cz\$ 1.000 = NCz\$ 1) e mais uma vez o congelamento de preços. No intuito de promover a desindexação da economia, foram extintas a URP e a OTN. Como nos outros planos, a inflação reduziu-se no primeiro momento. Em março de 1989, o IPCA contabilizou 6,82% ao mês, mas em maio observava-se novo aumento inflacionário, alcançando a marca de 17,92% e, novamente, o plano fracassou.

Nos anos de 1990, significativas mudanças na economia global, em especial, no lado produtivo e no lado financeiro, intensificaram a financeirização do capitalismo. Isso ocorre quando a riqueza financeira cresce mais que a riqueza real, ocasionando a concentração da riqueza no país. Recursos financeiros não respeitam fronteiras, sem quaisquer regras ou controle, produzindo crises cíclicas, como a ocorrida em 2008, que será estudada mais adiante.

O Brasil, com sua estrutura produtiva pouco diversificada e com a ausência de políticas de inserção na nova divisão do

trabalho, limitou a geração de sua capacidade de criar postos de trabalho mais especializados e com melhores salários. Foi, exatamente, nesse contexto, que o país iniciou um ciclo de planos econômicos, buscando de forma errônea e acelerada a solução para problemas macroeconômicos estruturais.

## **Plano Collor I e II**

### **Governo de Fernando Collor de Mello**

Fernando Collor de Mello governou o país entre 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992, quando sofreu o "impeachment", diga-se de passagem, foi o primeiro Presidente eleito, democraticamente, após o período militar. Logo após a sua posse, lançou o Plano "Brasil Novo". Entre as medidas, uma foi destacadamente desastrosa, o confisco dos ativos (bloqueio dos depósitos à vista e de poupança pelo prazo de 18 meses). Naquela ocasião, somente era permitido o saque de até NCz\$ 50 mil.

Retornou ao cruzeiro com o corte de três zeros na moeda antiga e, sem fugir à regra dos outros planos, estabeleceu mais um congelamento de preços. O regime cambial foi flexibilizado e o governo promoveu a abertura gradual da economia, principalmente, com o fim das reservas de mercado e a redução da máquina administrativa com a extinção de vários órgãos da Administração Pública Federal.

*"Reservas de mercado são ações do governo que visam proteger certos setores da economia".*

O resultado do plano Collor I foi recessão e inflação galopante, chegando a 1.621% ao ano, em 1990.

Em meados de 1991, lançou-se o Plano Collor II, com os mesmos ingredientes, congelamento de preços e salário, e o fim das contas indexadas de curtíssimo prazo para pessoas físicas, "overnight". Uma novidade foi a criação da Taxa de Referência (TR), que é utilizada até hoje. O certo é que o plano Collor II, no

contexto do Plano Brasil Novo, só conteve a inflação por pouco tempo, entre abril de 1991 e junho do mesmo ano, a taxa mensal de inflação saiu de 4,99% para 11,19%. Em setembro de 1992, a instabilidade econômica juntou-se à crise política dos primeiros anos da redemocratização. Seu sucessor, Itamar Franco, trocou, sucessivamente, de Ministros da Fazenda no primeiro ano de governo. Em agosto de 1993, determinou a última troca do padrão monetário antes do real, de cruzeiro para cruzeiro real, com corte de três zeros (Cr\$ 1000 = CR\$ 1).

## **Plano Real**

### **Governo Itamar Franco**

O Plano Real nasceu em 1993, durante o governo de Itamar Franco, que havia nomeado como Ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, mais tarde eleito Presidente da República.

O referido veio para dar uma guinada nos fundamentos da economia brasileira, em especial, no controle da inflação. Esse plano consistia, basicamente, em criar uma Unidade Real de Valor (URV), cujo objetivo era desvincular todos os preços da moeda vigente, na ocasião o cruzeiro real (CR\$). Uma URV correspondia a U\$ 1,00 (um dólar), a estratégia foi desvalorizar o cruzeiro real em relação à URV e o dólar, posteriormente, a Unidade Real de Valor passaria a ser a única unidade de referência da economia. O Plano Real foi um sucesso depois de tantos planos fracassados em governos anteriores.

*“Unidade Real de Valor – URV: foi a ‘quase’ moeda utilizada, exclusivamente, como padrão de valor monetário (unidade de conta). A URV foi utilizada por quatro meses até o início da vigência do real, em 1º de julho de 1994. Para facilitar a adoção do novo padrão monetário, vários preços e valores contratuais foram, gradualmente, convertidos de cruzeiros reais para URVs, cuja cotação era atualizada por meio de comunicado diário do BC. Os primeiros preços a serem convertidos em URV foram os salários, os benefícios da seguridade social e os contratos do se-*

*tor público. Em 1º de março de 1994, a primeira cotação da URV, era CR\$647,50. Com a atualização diária, eram necessários cada vez mais cruzeiros reais para converter em uma URV. Os preços das mercadorias e serviços eram denominados em URV e pagos em cruzeiros reais. As correções diárias da URV terminaram em 30 de junho de 1994, quando o BC estabeleceu que CR\$2.750 equivaliam a uma URV.”*

*No dia 1º de julho de 1994, uma URV foi convertida em R\$1,00 (um real) e deixou de existir, ou seja, CR\$2.750 passaram a valer R\$1,00 e todos os preços da economia passaram a ser denominados, exclusivamente, em reais. O novo dinheiro brasileiro já tinha sido emitido e distribuído pelo BC e podia atuar plenamente como moeda<sup>9</sup>.*

## **Governo de Fernando Henrique Cardoso**

Em 1994, disputaram as eleições para Presidente da República, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que foi Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e coordenador do Plano Real, o êxito na estabilização econômica fez com que Fernando Henrique fosse eleito no primeiro turno. Com o novo Presidente, nascia o Plano Real com uma nova moeda nacional forte frente ao dólar e trazendo consigo enormes benefícios, dentre eles:

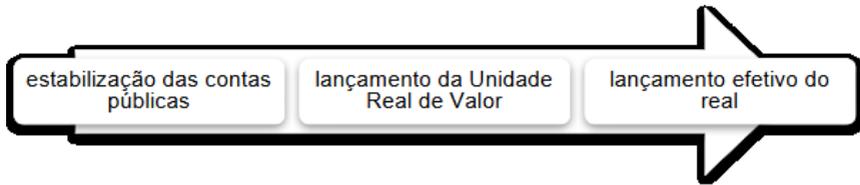
Facilidade nas importações de matérias primas;

Redução dos custos de importação de máquinas;

Os produtos importados ingressavam no país com preços abaixo dos produzidos internamente;

O Plano Real foi desenvolvido em três etapas bem distintas e previsto pelo próprio FHC. A primeira fase foi o momento de estabilização das contas públicas, a segunda fase o lançamento da Unidade Real de Valor (URV) e a terceira fase foi o momento do lançamento efetivo do real.

<sup>9</sup> Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>.



A sociedade apoiou inteiramente o plano, uma vez que a inflação chegou ao nível mais baixo em toda a sua história. Patrões e trabalhadores não tinham mais razão de reivindicar aumentos. O governo divulgou, amplamente, a melhoria do poder aquisitivo dos menos favorecidos, que a partir do Plano Real poderiam comprar a crédito, considerando que as prestações não sofreriam aumento todo mês como ocorria antes. O brasileiro passou a comprar mais, a economia foi reaquecida. A grande diferença entre o Plano Real e os outros Planos é que ele desindexou a economia sem a aplicação de congelamento de preços.

## **O Proer**

A acentuada queda nos índices de inflação foi sentida de diversas formas pelos setores produtivos. O setor financeiro, por exemplo, considerou-se prejudicado e recorreu ao governo para evitar uma quebra generalizada de Bancos, isso porque estas instituições tinham parte de seus lucros oriundos da espiral inflacionária. Com a estabilização, estas receitas ilusórias desapareceram e alguns banqueiros tiveram dificuldade em lidar com a nova realidade. A solução foi socorrer os Bancos que, ainda, tinham salvação. Neste sentido, foi liberado a título de ajuda, 20 bilhões de reais, como Programa de Estímulo à Reestruturação (Proer) que, posteriormente, foi amplamente discutida, inclusive, com a abertura de CPI no Congresso Nacional.

## **O equilíbrio fiscal**

Com a divisão do Plano Real em três fases, o governo foi progressivamente realizando as medidas necessárias à sustentação da economia, dentre elas, podemos citar: o equilíbrio das contas públicas com a fixação de metas que visavam sua redu-

ção, privatizações e aumento das receitas do governo a curto e longo prazo. Na ocasião os impostos federais foram reajustados em 5%, bem como, feita uma reforma orçamentária que consistia na desvinculação de alguns tributos fixados pela Constituição Federal de 1988, permitindo que o governo manejasse, livremente, 20% dos recursos federais destinados a áreas como educação, saúde e outros.

#### Resumo dos Planos Econômicos

<b>Moeda</b>	<b>Período</b>
Cruzeiro	Agosto de 1984 e fevereiro de 1986.
Cruzado	Fevereiro de 1986 e janeiro de 1989.
Cruzado Novo	Janeiro de 1989 e março de 1990.
Cruzeiro	Março de 1990 a 1993.
Cruzeiro Real	Agosto de 1993 a junho de 1994.
Real	De 1994 até o presente momento.

#### **A crise de 1998-1999**

O Brasil, no final do ano de 1998, foi assolado por uma crise econômica que ficou conhecida, como ataque especulativo ou crise cambial, em que a causa principal foi a venda desenfreada de títulos da dívida pública e a retirada de investimentos estrangeiros no país. A desconfiança nas políticas econômicas da época e as dúvidas quanto à solidez da economia, fizeram com que uma parcela considerável de moeda estrangeira tomasse outro destino. Na época, o governo brasileiro vivia às voltas com uma política chamada de "banda cambial", na qual o governo estabelecia faixas de valor para o dólar em relação ao real. A crise especulativa, ancorada na retirada dos investimentos, consistia, basicamente, na tentativa de desvalorizar a moeda nacional.

O auge da crise foi em 1999, quando o governo anunciou que não conseguiria manter o dólar dentro das bandas estabe-

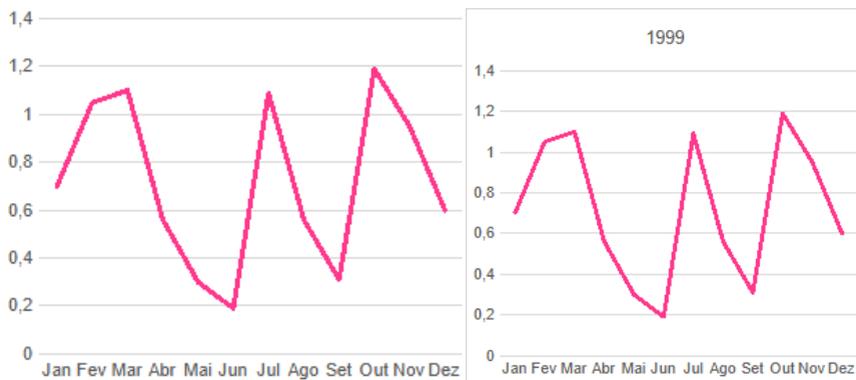
lecidas, deu-se início a uma desvalorização controlada do real. No entanto, a forte especulação fez com que a moeda nacional sofresse sensível perda de valor. A crise, obvio, impactou a economia brasileira, ocasionando o aumento da dívida externa, da inflação e do desequilíbrio na balança comercial, dada a forte presença do dólar nas transações brasileiras. Diante da situação forçosa, o governo aumentou as taxas de juros, cortou gastos e recorreu ao FMI.

Após o ano de 1999, o governo implementou uma série de medidas visando fortalecer a economia nacional e reduzir suas fragilidades.

### Dólar x real no ano de 1999

A cotação do dólar permaneceu oscilando entre R\$1,73 e R\$1,98 em 1999, terminando o ano já cotado a R\$ 1,789.

### Inflação – 1998 e 1999



FONTE: IBGE

# Capítulo XXIII

## GOVERNOS PÓS PLANO REAL

Em 1º de janeiro de 2003, assume a Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, governando o país por dois mandatos, encerrando seu governo em 1º de janeiro de 2011, quando transmitiu a Presidência a sua Ministra de Minas e Energia - Dilma Rousseff. O governo de Lula foi marcado por um ligeiro crescimento econômico, consequência do bom momento vivido pelo mundo. No entanto, foi marcado também por forte corrupção que acabou por abalar sua credibilidade.

O governo Lula iniciou-se carregado de incertezas, devido às bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi o Presidente eleito.

Vejamos algumas:

Críticas ao superávit fiscal;

Defendia a auditoria da dívida externa, o que representava uma moratória velada;

Prometeu aumentar os gastos com assistência social sem informar a fonte de financiamento;

Era favorável à redução no pagamentos de juros da dívida.

### Economia no governo Lula

Lula iniciou seu governo com uma inflação de 12,53% ao ano, pode-se considerar que parte dela foi herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2006, a inflação chegou a 3,14% ao ano, abaixo da meta estabelecida para o período e acabou transmitindo o poder a sua sucessora, com a inflação já alcançando a marca de 5,90%.

Lula manteve as práticas econômicas estabelecidas por FHC, divulgada antes do pleito pelo, então, candidato à Presidência em um documento chamado de "carta ao povo brasileiro" alcançando, assim, sucesso em diferentes indicadores econômicos. Após eleito, baseou sua política econômica no pilar neoliberal do governo anterior.



No âmbito das políticas sociais, o governo petista se comprometeu com o combate à miséria e às desigualdades sociais e, principalmente, com o programa assistencial de transferência de renda intitulado de Bolsa Família que, em linhas gerais, foi responsável por tirar um número considerável de brasileiros da condição de miserabilidade absoluta e proporcionar um ligeiro processo de distribuição de renda.

Na política econômica, o controle inflacionário e a estabilidade do real foram os principais focos do seu governo. Outros índices também foram positivos, como o crescimento do PIB (em média, cresceu 4% ao ano), consequência, na maioria, do forte desenvolvimento econômico de países como a China, que se transformou em um dos principais parceiros econômicos do Brasil.

## A crise de 2008

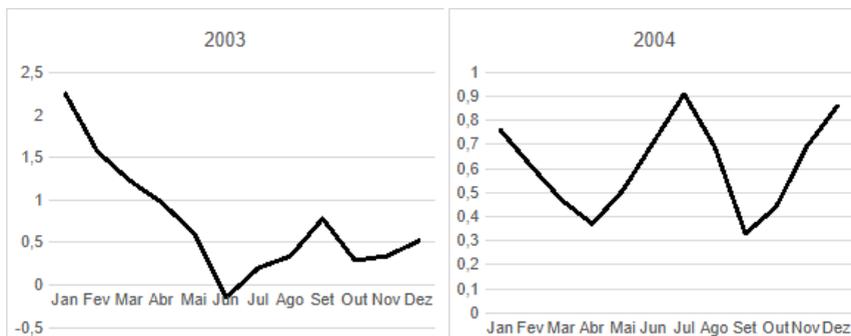
No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o produto interno cresceu a uma média de 4% ao ano. A elevação do PIB ancorou-se, sobretudo, no crescimento das exportações de maté-

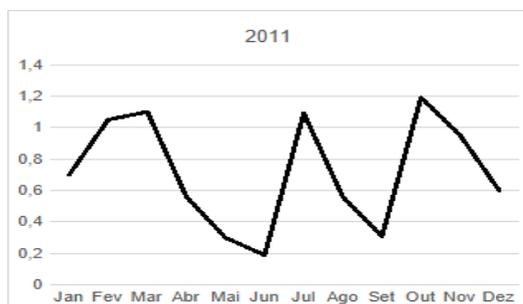
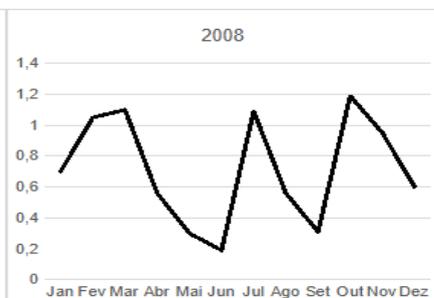
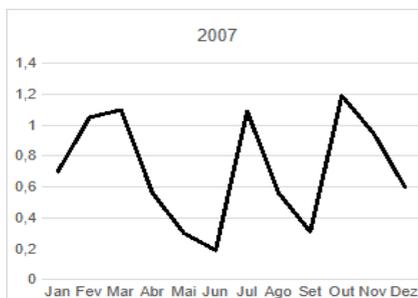
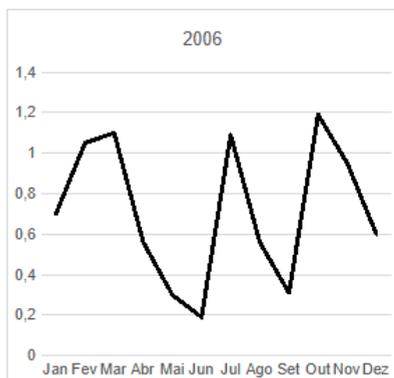
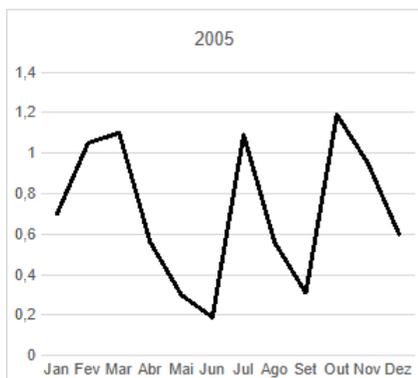
rias-primas e commodities do Brasil para nações em vertiginoso crescimento.

Para podermos ter uma ideia do crescimento da participação da China na economia brasileira, em dados de 2017, os três principais produtos de exportação do Brasil tiveram como destino o país asiático.

No ano de 2008, o Brasil atravessou uma severa crise, fruto da forte financeirização do capitalismo moderno. Considerada por muitos economistas, como a pior crise econômica desde a Grande Depressão (1929). A crise financeira de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. No entanto, o fortalecimento da economia durante os anos de 2003 a 2007, minimizou seus impactos na economia nacional, diferentemente, do ocorrido na comunidade internacional.

### **Inflação no governo Lula**





O sucesso no enfrentamento de problemas sociais e a continuidade das políticas econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu que candidatos oriundos dos partidos de esquerda continuassem a conduzir os rumos do país, a continuidade se deu com as duas vitórias consecutivas de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 e de 2014. O primeiro governo de Dilma Rousseff ficou caracterizado como uma continuidade do petismo no comando do governo federal.

## **Governo de Dilma Vana Rousseff**

Dilma Rousseff, economista, governou o Brasil por dois mandatos, o primeiro entre os anos de 2011 e 2014, o segundo encerrou-se de forma abrupta em 2018, após um processo de *impeachment*. Nesse período, o país enfrentou sérios desafios, dentre eles, a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da inflação. No campo político, dada à continuidade da equipe proveniente do governo Lula, muitos desafios tiveram que ser superados pela então Presidente, ou Presidenta, como ela gostava de ser chamada.

A vitória de Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais de 2010, representou a continuidade do petismo no governo federal, mais do que isso, por ter sido "apadrinhada" por Lula, a expectativa era de que Dilma, ao menos no início, seguisse de modo muito contundente as políticas praticadas por seu antecessor. Registre-se que, apesar do seu caráter tecnicista, não conseguiu equilibrar as contas públicas, fato que gerou pressões inflacionárias, principalmente, pelas medidas expansionistas. O período foi marcado ainda pela elevação das taxas de juros para conter os preços da cesta básica. Para ilustrar, em 2014, o governo Dilma gastou R\$ 32,5 bilhões a mais que arrecadou, causando o primeiro déficit desde 2002.

No que se refere à política fiscal, o governo foi extremamente questionado, principalmente, pela elevação dos gastos públicos, consequência do impulsionamento de programas sociais.



Além dos relacionados, logo no primeiro trimestre de seu primeiro mandato, Dilma lançou o Programa Rede Cegonha, de apoio a gestantes, nutrizes e bebês. Porém, o maior impulso em relação ao estabelecimento de novos programas e políticas sociais, promovido pelo governo Dilma Rousseff ocorreu a partir de junho de 2011, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria.

Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente. Os autores do pedido de afastamento alegaram que ela maquiou as contas públicas e desrespeitou a Lei Orçamentária durante a campanha eleitoral. O objetivo seria dar uma falsa sensação de segurança à economia e garantir a reeleição, em 2014. E, ainda, contou com o avanço da operação Lava Jato, que, dentre outros eventos, identificou que Dilma e Lula, segundo delação do doleiro Alberto Youssef, conheciam o esquema de corrupção na Petrobras. Outros fatores ainda contribuíram para seu afastamento, como:

- Criação de créditos suplementares sem a necessária autorização do Poder Legislativo, o que caracterizaria crime de responsabilidade fiscal; e,
- Pedaladas Fiscais: fazer com que bancos públicos paguem débitos que pertencem ao governo.

## **Operação Lava Jato**

Segundo o Ministério Público Federal, a operação Lava Jato foi uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, iniciada

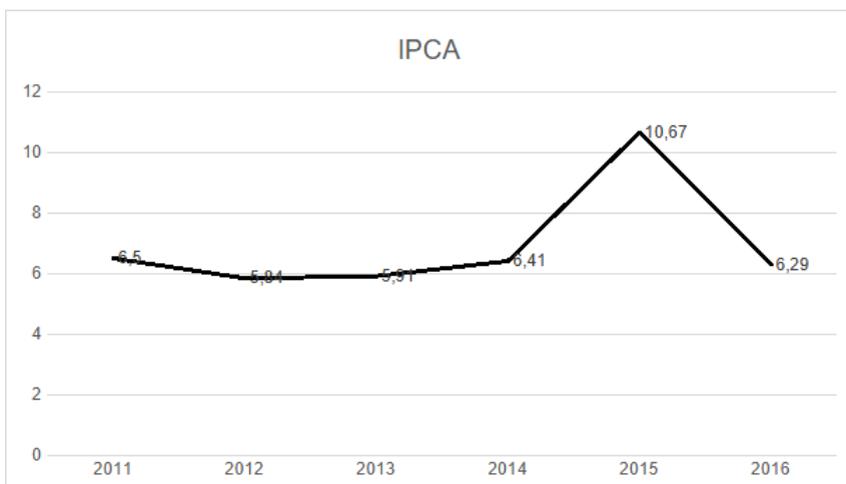
em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal, em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e em contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

## Afastamento da Presidente

Em 31 de agosto de 2016, ocorreu o afastamento definitivo de Dilma Rousseff com 61 senadores votando a favor da saída e 20 pela manutenção do mandato. Dilma transmitiu o poder a Michel Temer, com o país mergulhado na mais brutal recessão econômica da história, com queda anual do PIB, beirando os 4%, índice de desemprego nas alturas e um ambiente econômico desalentador.

Para que se tenha uma ideia do tamanho do prejuízo causado ao povo brasileiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, ficou em 0,96% em dezembro de 2015, fechando o ano em 10,67%, a maior taxa desde 2002.

## IPCA durante o governo Dilma



## IPCA

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2011	0,83	0,8	0,79	0,77	0,47	0,15	0,16	0,37	0,53	0,43	0,52	0,5
2012	0,56	0,45	0,21	0,64	0,36	0,08	0,43	0,41	0,57	0,59	0,6	0,79
2013	0,86	0,6	0,47	0,55	0,37	0,26	0,03	0,24	0,35	0,57	0,54	0,92
2014	0,55	0,69	0,92	0,67	0,46	0,4	0,01	0,25	0,57	0,42	0,51	0,78
2015	1,24	1,22	1,32	0,71	0,74	0,79	0,62	0,22	0,54	0,82	1,01	0,96
2016	1,27	0,9	0,43	0,61	0,78	0,35	0,52	0,44	0,08	0,26	0,18	0,3

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>.

## Governo de Michel Temer

Michel Miguel Elias Temer Lulia foi o 37º Presidente do Brasil. Nasceu no dia 23 de setembro de 1940, na cidade de Tietê (estado de São Paulo). Vice de Dilma Rousseff assumiu o poder após o impedimento da Presidente.

Com 75 anos, foi o político mais velho a assumir o cargo de Presidente da República. Temer governou o país de 31 de agosto de 2016 a 1º de janeiro de 2019.

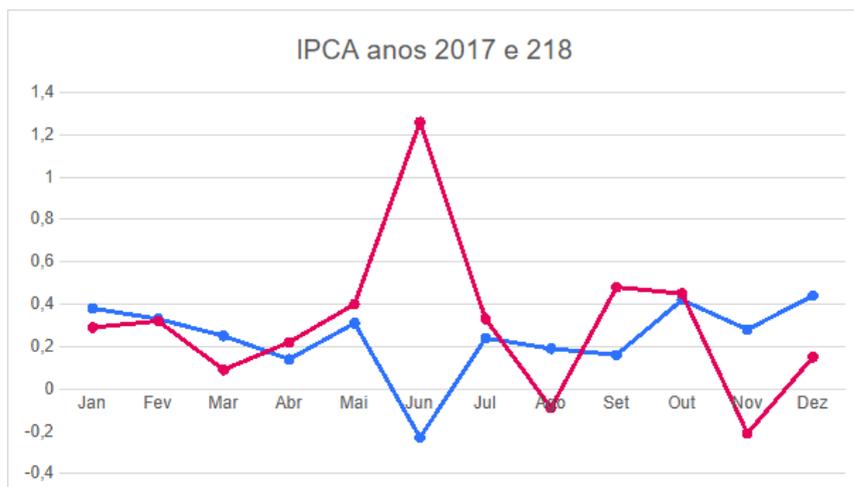
Podemos considerar que Temer assumiu o comando do país, em 12 de maio de 2016, após o afastamento da então Presidente por 180 dias.

Nos dois anos de seu mandato, preocupou-se com a redução da taxa de juros, com a queda da inflação e, principalmente, com o equilíbrio das contas públicas. Destaque do seu governo foi a redução da taxa básica de juros da economia. De junho de 2016 a março de 2018, a Selic caiu de 14,25% para 6,5% ao ano. Nesse mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), despencou de 9,32% para 2,76% no ano, conforme dados divulgados pelo Banco Central. A desaceleração da inflação preservou o poder de compra e permitiu a retomada da renda do brasileiro.

## Inflação no governo Temer

IPCA												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2017	0,38	0,33	0,25	0,14	0,31	-0,23	0,24	0,19	0,16	0,42	0,28	0,44
2018	0,29	0,32	0,09	0,22	0,4	1,26	0,33	-0,09	0,48	0,45	-0,21	0,15

### Evolução gráfica



O Produto Interno Bruto (PIB), que havia experimentado queda de 3,5% no ano de 2015 e 3,6% em 2016, voltou a crescer em 2017, com tímido avanço de 1%.

Fato marcante no governo de Michel Temer foi a aprovação no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. A proposta fixou as despesas para o ano seguinte do governo federal, do Congresso Nacional, Ministério Público e Judiciário como sendo a despesa do ano anterior, acrescida da inflação (IPCA). Merece destaque, que a Emenda alterou a Constituição, com a exigência de que a criação de nova despesa deveria ter fonte de receita, claramente, identificada ou ser compensada por redução equivalente de outra despesa. A medida foi uma demonstração de responsabilidade fiscal, lastreada, principalmente, na contenção dos gastos públicos. No

ano de 2017, Temer emplacou a reforma trabalhista, na ocasião foram alterados mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A inovadora proposta definiu que os acordos e convenções coletivas deveriam se sobrepor às leis em alguns aspectos.

Dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) mostram que durante o governo Temer, foram gerados, em março de 2018, 56.151 novos postos de trabalho. O número refere-se ao emprego formal.

Apesar de uma série de medidas benéficas à economia, Michel Temer chega ao fim do seu mandato com apenas 7% de aprovação. Outros 29% consideravam sua gestão regular. E a rejeição beirava os 62%.

## **Governo Bolsonaro**

Jair Messias Bolsonaro foi o 38º Presidente do Brasil, com mandato de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. Durante sua gestão, mesmo com o forte impacto da pandemia de covid-19, o crescimento do PIB foi em média de 1,5%. Ele entregou o poder com o PIB em média de 2,9%.

No plano econômico, seu governo passou por três fases distintas. Em seu primeiro ano, o Brasil estava estagnado, com fraco crescimento econômico, inflação contida e desemprego relativamente estável.

No campo político, sua gestão enfrentou muitas dificuldades, principalmente, no trato com o Congresso Nacional e com a tomada de protagonismo político pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em que tais incidentes impediram o presidente de realizar suas prioridades de gestão.

A segunda fase foi marcada pela pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020. O Brasil, junto com muitos outros países, entrou em recessão técnica. O desemprego aumentou e muitas pessoas perderam sua fonte de renda, obrigando o governo a implementar um resgate social, considerado como a maior transferência de renda da história do nosso país.

“O programa ‘Auxílio Brasil’: com o correr da pandemia, foi implantado um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Inicialmente as parcelas mensais foram estabelecidas em até R\$ 400, em dezembro já alcançava os R\$ 600. O programa, iniciado em novembro de 2021, adotou como base o antigo Bolsa Família, programa social já existente e carro chefe das gestões do Partido dos Trabalhadores”.

Em 2021, quando a economia começou a dar sinais de melhora, a inflação começou a disparar devido ao colapso da cadeia produtiva mundial e à eclosão da guerra na Ucrânia, que elevou os preços dos combustíveis e de outros itens no mercado internacional.

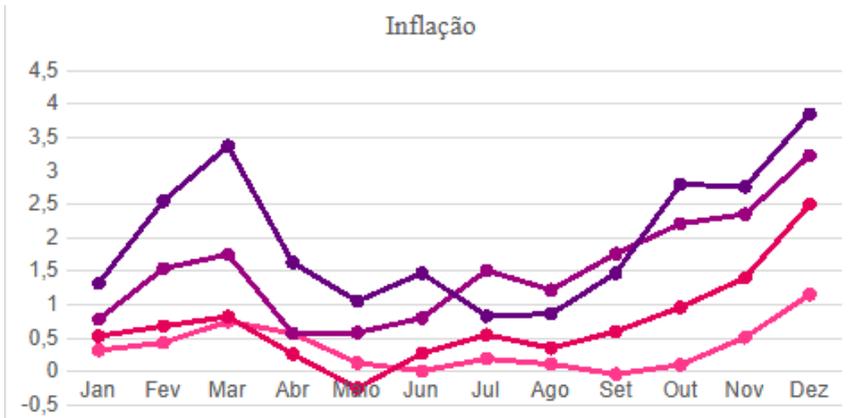
A terceira e última fase foi marcada pela recuperação e crescimento econômico, queda do desemprego e aumento da renda, consequência de um pacote de gastos públicos e redução de tributos.



## Inflação durante o governo Bolsonaro

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	0,32	0,43	0,75	0,57	0,13	0,01	0,19	0,11	-0,04	0,1	0,51	1,15
2020	0,21	0,25	0,07	-0,31	-0,38	0,26	0,36	0,24	0,64	0,86	0,89	1,35
2021	0,25	0,86	0,93	0,31	0,83	0,53	0,96	0,87	1,16	1,25	0,95	0,73
2022	0,54	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	-0,68	-0,36	-0,29	0,59	0,41	0,62

## Representação gráfica da evolução inflacionária



## Produto Interno Bruto, no governo Bolsonaro

Ano	Valor do PIB (em reais)
2019	7,3 trilhões
2020	7,4 trilhões
2021	8,7 trilhões
2022	9,9 trilhões

# Capítulo XXIV

## A PANDEMIA E OS REFLEXOS ECONÔMICOS

### Um mundo apavorado

Em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuran, no sudoeste da República Popular da China, surgiram diversos casos de uma pneumonia desconhecida. A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre a nova doença.

Tratava-se de uma nova cepa, (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Sete dias após o alerta, as autoridades chinesas informaram que o novo tipo de coronavírus se alastrava rapidamente e levava a óbitos os infectados.

A Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, declarou o surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional; porém, a demora na divulgação da nova doença, tanto por parte das autoridades chinesas como pela própria OMS, permitiu que muitos infectados percorressem o mundo.

Historicamente, a emergência de coronavírus somou-se a outras cinco que se alastraram, anteriormente, pelo planeta.



A pandemia de covid-19 infectou mais de 655 milhões de pessoas, deixando um rastro de tristeza e incertezas sobre como viver em um mundo doente. O certo é que o coronavírus deixou mais de seis milhões de vítimas.

O mundo parou e os hospitais passaram a ficar lotados, e o pior, não havia leitos suficientes para acolher tamanha emergência, levando ao colapso dos sistemas de saúde de diversos países. Pessoas foram atendidas em corredores, em cadeiras e a indústria correu para suprir os postos de saúde com respiradores e outros insumos, em especial, as máscaras.

As relações de trabalho foram revistas e novas formas de produção tomaram protagonismo. Aqueles que desenvolviam trabalhos intelectuais foram transferidos para o teletrabalho, os que não dispunham de tal regalia, se aventuravam em ônibus ou metrô lotados, na esperança de manterem seus empregos e garantir o sustento ao final do mês. A máscara tornou-se item obrigatório.

A solução emergencial proposta pela OMS era a redução da circulação do vírus, por intermédio do chamado *lockdown* e do distanciamento social, o que incorporou novos hábitos ao cotidiano das pessoas. A pandemia de covid-19 acabou por impactar diversas esferas da sociedade, indo muito além dos aspectos sanitários, repercutindo na vida cotidiana, na economia e na política.

## **A pandemia no Brasil**

Tristemente, o Brasil foi o segundo país com mais mortes por covid-19 no mundo, ficando atrás apenas dos EUA. O coronavírus chegou ao país em 25 de fevereiro de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso. O estado brasileiro que apresentou o maior número de vítimas foi São Paulo, com 154.450, seguido do Rio de Janeiro, com 69.141 mortos.

No ano de 2021, o Brasil recebeu as primeiras vacinas, a primeira foi aplicada em 17 de janeiro. Seis meses depois, cerca de 50% da população já havia recebido a primeira dose do medicamento.

País	Número de mortos
EUA	791.414
Brasil	616.018
Índia	473.952
México	295.313
Rússia	278.131
Peru	201.450
Reino Unido	146.281
Indonésia	143.893
Itália	134.386
Irã	130.356



Fonte: Organização Mundial de Saúde (OMS).

Com a declaração da pandemia e a revisão das relações de trabalho, muitos perderam seus empregos, consequência da redução da produção em todo o mundo. A prioridade passou a ser a vacina, insumos hospitalares, como os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e álcool, bem como os famigerados respiradores. Ficou evidente que os países sofreriam com a redução do Produto Interno Bruto e com a escassez de itens não

prioritários. Um dos setores mais prejudicados foi à indústria do turismo e do entretenimento, por consequência do *lockdown*. O certo é que a pandemia da covid-19 aprofundou as desigualdades socioeconômicas, tornando a parcela mais pobre da população ainda mais vulnerável.

O Brasil, pelo menos no aspecto econômico, não se saiu tão mal do período pandêmico.

No ano de 2020, diante das diversas ondas de covid-19 que impactavam a economia mundial, o PIB brasileiro caiu 3,3%, após um leve crescimento de 1,2% no ano de 2019. Em valores correntes, o PIB foi de 7,6 trilhões e o PIB per capita, de R\$ 35.935,74, segundo dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

PIB na pandemia: os resultados do Brasil.

Ano	Valor do PIB (em reais)
2019	7,3 trilhões
2020	7,6 trilhões
2021	8,7 trilhões
2022	9,9 trilhões

Fonte: Bacen.

## Presidentes do Brasil

1. Manoel Deodoro da Fonseca - 15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891.
2. Floriano Vieira Peixoto - 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894.
3. Prudente José de Moraes e Barros - 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898.
4. Manuel Ferraz de Campos Sales - 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902.

5. Francisco de Paula Rodrigues Alves - 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906.
6. Afonso Augusto Moreira Pena - 15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909.
7. Nilo Procópio Peçanha - 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910.
8. Hermes Rodrigues da Fonseca - 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914.
9. Venceslau Brás Pereira Gomes - 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918.
10. Delfim Moreira da Costa Ribeiro - 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919.
11. Eptácio da Silva Pessoa - 28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922.
12. Artur da Silva Bernardes - 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926.
13. Washington Luís Pereira de Souza - 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930.
14. Getúlio Dornelles Vargas - 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945.
15. José Linhares - 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.
16. Eurico Gaspar Dutra - 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951.
17. Getúlio Dornelles Vargas - 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954.
18. João Café Filho - 24 de agosto de 1954 a 9 de novembro de 1955.
19. Carlos Coimbra da Luz - 9 de novembro de 1955 a 11 de novembro de 1955.
20. Nereu de Oliveira Ramos - 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.
21. Juscelino Kubitschek de Oliveira - 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961.

22. Jânio da Silva Quadros - 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961.
23. João Belchior Marques Goulart - 8 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964.
24. Pascoal Ranieri Mazzilli - 1 de abril de 1964 a 15 de abril de 1964.
25. Humberto de Alencar Castello Branco - 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.
26. Arthur da Costa e Silva - 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969.
27. Emílio Garrastazu Medici - 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.
28. Ernesto Geisel - 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.
29. João Baptista de Oliveira Figueiredo - 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.
30. Tancredo Neves – 15 de janeiro de 1985 a 21 de abril de 1985.
31. José Ribamar Ferreira de Araújo da Costa - 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990.
32. Fernando Collor de Mello - 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992.
33. Itamar Cautiero Franco - 2 de outubro de 1992 a 1 de janeiro de 1995.
34. Fernando Henrique Cardoso – 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1998.
35. Fernando Henrique Cardoso – 1º de janeiro de 1998 a 1º de janeiro de 2003.
36- Luiz Inácio Lula da Silva – 1º de janeiro de 2003 – 1º de janeiro de 2011.
37 - Dilma Vana Rousseff – 1º de janeiro de 2011 – 31 de agosto de 2016,
38 – Michel Miguel Elias Temer Lulia – 31 de agosto de 2016 – 1º de janeiro de 2019,

38 – Jair Messias Bolsonaro – 1º de janeiro de 2019 – 1º de janeiro de 2023,

39 – Luiz Inácio Lula da Silva – 1º de janeiro de 2023 -

## Moedas nacionais

Período	Moeda
Até 1942	Mil-réis
1942-1967	Cruzeiro
1967-1970	Cruzeiro novo
1970-1986	Cruzeiro
1986-1989	Cruzado
1989-1990	Cruzado novo
1990-1992	Cruzeiro
1992-1994	Cruzeiro real
Fev/1994-Jun/1994	Sistema bi-monetário com URV e cruzeiro real
Jul/94 em diante	Real

## Série histórica do PIB brasileiro

Ano	Valor do PIB (em reais)
2000	1,19 trilhão
2001	1,31 trilhão
2002	1,48 trilhão
2003	1,71 trilhão
2004	1,95 trilhão
2005	2,17 trilhões
2006	2,40 trilhões
2007	2,72 trilhões

2008	3,10 trilhões
2009	3,33 trilhões
2010	3,88 trilhões
2011	4,37 trilhões
2012	4,81 trilhões
2013	5,33 trilhões
2014	5,77 trilhões
2015	5,99 trilhões
2016	6,26 trilhões
2017	6,28 trilhões
2018	7,04 trilhões
2019	7,1 trilhões
2020	7,4 trilhões
2021	8,9 trilhões
2022	9,9 trilhões

Fonte: IBGE

### **População brasileira durante a República Velha**

Ano	População
1889	14.115.568
1890	14.333.915
1891	14.557.036
1892	14.788.548
1893	15.033.251
1894	15.293.926
1895	15.575.332
1896	15.881.578
1897	16.217.735

Ano	População
1898	16.586.086
1899	16.991.616
1900	17.438.434
1901	17.929.307
1902	18.461.629
1903	19.031.450
1904	19.634.822
1905	20.269.567
1906	20.928.257
1907	21.608.640
1908	22.306.766
1909	23.020.652
1910	23.742.439
1911	24.470.111
1912	25.199.720
1913	25.929.302
1914	26.650.913
1915	27.362.602
1916	28.060.420
1917	28.742.252
1918	29.400.416
1919	30.032.850
1920	30.635.605
1921	31.207.610
1922	31.748.579
1923	32.264.309
1924	32.758.986
1925	33.238.089
1926	33.703.196

Ano	População
1927	34.159.827
1928	34.612.169
1929	35.065.652
1930	35.521.996

Fonte: Dados do IPEA - [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

## Glossário e dados estatísticos

**Autoridade monetária:** conjunto de instituições responsáveis pela concepção e execução da política monetária e pela fiscalização do sistema financeiro nacional.

**Balanco comercial:** resultado da diferença entre os valores das exportações e importações ( $X - M$ ).

**Balanco de pagamentos:** registro sistemático de natureza contábil de todas as transações econômicas entre os residentes no país e residentes no resto do mundo, durante um determinado período, geralmente, um ano.

**Banco Central do Brasil:** é o Banco dos Bancos, é a instituição cuja responsabilidade é controlar os meios de pagamentos na economia. Um Banco Central também exerce outras funções, tais como: compensação de cheques (delegada ao Banco do Brasil), guarda das reservas internacionais e fiscalização das instituições financeiras.

**Bancos comerciais:** empresas de propriedade privada que recebem depósitos à vista e a prazo, efetuam empréstimos e mantêm, entre seus haveres, outros ativos financeiros.

**Banda cambial:** intervalo no qual a taxa de câmbio pode mover-se sem que o Banco Central se sinta compelido a intervir no mercado de câmbio.

**Base monetária:** meios de pagamento disponíveis em poder do público (papel-moeda em poder do público mais as reservas bancárias).

**Meios de pagamento:** papel-moeda em poder do público, mais depósito à vista em Bancos comerciais (M1).

**Carga tributária:** quantidade total de tributos incidentes sobre o público residente no país.

**Comissão de valores mobiliários:** é o órgão do governo federal que disciplina o funcionamento do mercado de ações, debêntures e outros valores.

**Depreciação:** é um conceito de natureza contábil, pelo qual se apropriam no balanço patrimonial as parcelas de redução no valor dos ativos (bem de capital ou de direito), em razão de seu desgaste pelo uso, de obsolescência tecnológica, da queda de seu preço de mercado (no caso de máquinas, equipamentos e edificações) ou de vencimento do período de uso exclusivo (no caso de marcas, patentes e direitos autorais).

**Desemprego:** subutilização de um recurso disponível.

**Dinheiro:** papel-moeda e moeda metálica.

**Duopólio:** mercado onde existem apenas dois vendedores.

**Estagflação:** coexistência de uma alta taxa de inflação com altas taxas de desemprego.

**Impostos ad valorem:** imposto cobrado segundo uma percentagem fixa sobre o preço de uma mercadoria.

**Insumos:** matéria-prima e serviços utilizados no processo de produção.

**Investimentos:** acúmulo de capital.

**Liquidez:** facilidade de um produto/serviço ser comercializado ou circulado no curto prazo.

**Racionamento:** mecanismo utilizado pelo mercado ou pelo governo para equilibrar demanda e oferta.

**Contabilidade Nacional:** é um método que permite mensurar a totalidade das atividades econômicas num determinado período.

**Produção:** é a atividade social cujo objetivo é adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas.

**Produto:** é a soma daquilo que foi produzido em um país durante um determinado período.

**O crescimento econômico** de um país em determinado período é definido como o aumento da produção neste período.

**Desenvolvimento econômico:** é caracterizado como o crescimento econômico acompanhado de melhoria no padrão de vida da população e de alterações na estrutura da sociedade e do país.

**Valor adicionado:** valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido ao valor das matérias-primas utilizadas, expresso em valor monetário (dólar, real, etc.).

**Valor Bruto da Produção (VBP):** é a expressão monetária da produção de todos os bens, na qual estão contabilizados os valores dos bens intermediários. Por esse motivo, o VBP superestima a produção, ao contabilizar duas vezes o valor da matéria-prima (dupla contagem).

**Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm):** valor monetário de venda dos bens produzidos dentro do país em determinado período, tomando-se o cuidado de não se incorrer em problemas de dupla contagem, isto é, deve-se deduzir os gastos referentes aos insumos utilizados.

**Produto Interno Bruto a custo de fatores (PIBcf):** é o Produto Interno Bruto a preços de mercado, menos os impostos indiretos, somados aos subsídios concedidos.  $PIBcf = PIBpm - \text{impostos indiretos} + \text{subsídios concedidos}$ .

**Os impostos indiretos (ICMS e IPI):** fazem com que o preço de mercado seja maior que o custo de produção da mercadoria, ou seja, nem toda a receita com a venda, corresponde à renda dos fatores de produção envolvidos naquela produção. Alguns bens não pagam impostos indiretos e podem, inclusive, receber subsídio para sua produção.

**Subsídio:** corresponde ao pagamento, pelo governo, de parte dos custos de produção, fazendo com que o preço pelo qual o bem é vendido (preço de mercado) seja menor que o custo de produção. Nesse caso, o subsídio funciona como um imposto indireto negativo.

**Produto Nacional Bruto a custo de fatores (PNBcf):** é o Produto Interno Bruto a custo de fatores, menos a renda líquida enviada ao exterior.  $(PNBcf) = PIBcf - \text{Renda líquida enviada ao exterior}$ .

**Renda líquida enviada ao exterior** é a diferença entre o que é pago por fatores de produção externos utilizados internamente e o que é recebido do exterior por fatores de produção nacionais empregados em outros países.

**Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm):** é o Produto Interno Bruto a preços de mercado menos a depreciação.

**Produto Interno Líquido a custo de fatores (PILcf):** é o Produto Interno Líquido a preços de mercado menos os impostos indiretos somados aos subsídios.  $PILcf = PILpm - \text{impostos indiretos} + \text{subsídios}$ .

**Produto Nacional Líquido a custo de fatores (PNLcf):** é o Produto Interno Líquido, menos a renda líquida enviada ao exterior.  $PNLcf = PILcf - \text{renda líquida enviada ao exterior}$ .

**Renda Nacional (RN):** é igual ao Produto Nacional Líquido a custo de fatores.  $RN = PNLcf$ .

**Renda Pessoal (RP):**  $RP = RN - \text{lucros retidos} - \text{impostos diretos sobre empresas} - \text{outras receitas do governo} + \text{transferências governamentais}$ .

**Renda Pessoal Disponível (RPD):**  $RPD = RP - \text{impostos diretos sobre famílias}$ .

**Produto nominal:** é aquele medido a preços correntes. Como a moeda está sujeita à perda de valor ao longo do tempo, devido à inflação, é necessário retirar os efeitos da desvalorização monetária sobre a medida do produto.

**Produto real:** é medido a preços constantes. Para tanto, é usado um índice de preços específico para fazer o deflacionamento. No caso do Brasil, o mais difundido é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

**Estagnação:** situação em que o crescimento do produto nacional se mantém no nível da flutuação populacional do país

ou região, isto é, cresce no mesmo ritmo do incremento populacional, ou abaixo desse. Por consequência, ela pode ocorrer mesmo quando acontece uma ampla mobilização dos recursos do país ou região, se o crescimento da produção agregada não superar a taxa anual de incremento populacional.

## BIBLIOGRAFIA

FURTADO, C. O Mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Rio de Janeiro, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea. 2010.

MILTONS, Michele Merética. Col. Diplomata - Macroeconomia, 1ª edição. Saraiva, 10/2015.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAMPAIO, Luiza Maria Moreira. Esquemático - Macroeconomia, 2ª edição. 2nd edição. Saraiva Educação. 2012.

VICECONTI, Paulo. Introdução à economia, 12ª edição, 12th edição. Saraiva, 07/2009.

WESSELS, Walter J. Microeconomia: Teoria e aplicações, 2ª edição. Saraiva, 05/2006.

## O AUTOR

**Uilton Luiz Soares Feitosa**, servidor público do Ministério da Defesa, nascido na cidade de Guadalupe, estado do Piauí, mudou-se para a cidade de Fortaleza, no ano de 1982. Estudou na Escola Municipal Rodolfo Teófilo e na antiga Escola Técnica Federal do Ceará, onde concluiu seu ensino médio. Ingressou na Escola Militar, em 1990. Concluiu o curso de Ciências Econômicas na Universidade de Fortaleza no ano de 1999, sendo naquela ocasião o orador do corpo discente. Conclui a pós-graduação em gestão pública, pela Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro. Atualmente, cursa licenciatura em História pela Universidade Estácio de Sá.

Em que pese ter lecionado, anteriormente, em algumas escolas públicas no estado do Ceará, iniciou sua jornada acadêmica como docente no nível superior, no ano de 2004, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá (IEVAL), lecionando as disciplinas de introdução à economia, economia brasileira contemporânea, econometria, estatística aplicada e outras. Nessa cidade teve a oportunidade de orientar o desenvolvimento de cooperativas de microcrédito para agricultores locais e realizar inúmeras consultorias a empresários locais. Lecionou a disciplina de administração pública no curso de pós-graduação da Faculdade de Rondônia (FARO). Residindo em Brasília, lecionou administração pública em vários cursos na cidade. Já na cidade de Fortaleza, continua a lecionar em instituições de nível superior.

# HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva  
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heróico o brado retumbante,  
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó Liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
“Nossos bosques têm mais vida”,  
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro desta flâmula  
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

# HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!  
Soa o clarim que a tua glória conta!  
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta  
Em clarão que seduz!  
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro  
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!  
Chuvas de prata rolem das estrelas...  
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,  
Ressoe a voz dos ninhos...  
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos  
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,  
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!  
Ruja teu peito em luta contra a morte,  
Acordando a amplidão.  
Peito que deu alívio a quem sofria  
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!  
Vento feliz conduza a vela ousada;  
Que importa que teu barco seja um nada,  
Na vastidão do oceano,  
Se, à proa, vão heróis e marinheiros  
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!  
Porque esse chão que embebe a água dos rios  
Há de florar em messes, nos estios  
Em bosques, pelas águas!  
Selvas e rios, serras e florestas  
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,  
Sobre as revoltas águas dos teus mares!  
E, desfaldando, diga aos céus e aos ares  
A vitória imortal!  
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,  
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!



# ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Mesa Diretora 2023-2024

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Osmar Baquit**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Dannel Oliveira**  
1º Secretário

**Deputada Juliana Lucena**  
2ª Secretária

**Deputado João Jaime**  
3º Secretário

**Deputado Dr. Oscar Rodrigues**  
4º Secretário

# EDIÇÕES INESP

**João Milton Cunha de Miranda**  
Diretor Executivo

## EDIÇÕES INESP

**Ernandes do Carmo**  
Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

**Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,  
Hadson França e João Alfredo**  
Equipe de Acabamento e Montagem

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**  
Equipe de Produção em Braille

**Mário Giffoni e Ricael Gomes de Oliveira**  
Diagramação

**José Gotardo Filho, Saulo Macedo e Valdemice Costa (Valdo)**  
Equipe de Design Gráfico

**João Victor Sampaio e Leticia Gomes Albuquerque**  
Estagiário

**Rachel Garcia Bastos de Araújo**  
Redação

**Valquiria Moreira**  
Secretaria Executiva / Assistente Editorial

**Manuela Cavalcante**  
Secretaria Executiva

**Luzia Lêda Batista Rolim**  
Assessoria de Imprensa

**Gustavo Rodrigues de Vasconcelos, Lúcia Maria Jacó Rocha e  
Sandra Bastos Mesquita**  
Equipe de Revisão

**Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studert Vieira**  
Equipe Auxiliar de Revisão

**Site:** [https://www.al.ce.gov.br/paginas/  
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp](https://www.al.ce.gov.br/paginas/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp)  
**E-mail:** [presidenciainesp@al.ce.gov.br](mailto:presidenciainesp@al.ce.gov.br)  
**Fone:** (85) 3277-3702



## ALECE

Av. Desembargador Moreira, 2807,  
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.170-900  
**Site:** <https://www.al.ce.gov.br/>  
**Fone:** (85) 3277.2500



# ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Mesa Diretora 2023-2024

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Osmar Baquit**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Daniel Oliveira**  
1º Secretário

**Deputada Juliana Lucena**  
2ª Secretária

**Deputado João Jaime**  
3º Secretário

**Deputado Dr. Oscar Rodrigues**  
4º Secretário



Escaneie o QR CODE  
e acesse nossas  
publicações